



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Carla de Oliveira Espanhol

**O pensamento brasileiro e latino-americano nos Programas de Pós-
Graduação em Relações Internacionais**

Rio de Janeiro

2019

Carla de Oliveira Espanhol

**O pensamento brasileiro e latino-americano nos Programas de Pós-Graduação em
Relações Internacionais**

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof. Dra. Mônica Leite Lessa

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

E77 Espanhol, Carla de Oliveira.
 O pensamento brasileiro e latino-americano nos Programas de Pós-Graduação
 em Relações Internacionais / Carla de Oliveira Espanhol. – 2019.
 160 f.

 Orientadora: Mônica Leite Lessa.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto
 de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Relações internacionais – Estudo e ensino – Teses. 2. Política internacional
 – Teses. 3. Relações internacionais – Teses. I. Lessa, Mônica Leite. II.
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências
 Humanas. III. Título.

CDU 327(07)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carla de Oliveira Espanhol

**O pensamento brasileiro e latino-americano nos Programas de Pós-Graduação em
Relações Internacionais**

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Política Internacional

Aprovada em 18 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Mônica Leite Lessa (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Layla Ibrahim Abdallah Dawood

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Adriano de Freixo

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Assim, agradeço à CAPES por sua atuação no incentivo à pós-graduação no país e que, por dois anos, financiou e possibilitou minha dedicação para realização desta pesquisa.

Agradeço aos professores que estiveram comigo durante esta trajetória. Em especial, à minha orientadora Mônica Lessa, pela troca humana e intelectual tão enriquecedora, pela amizade e apoio durante este período e ao professor Adriano de Freixo, pelos incentivos, disposição em ajudar e cuja orientação durante a graduação foi tão determinante que me trouxe até aqui.

Agradeço aos meus amigos e amigas, verdadeira rede de carinho e amor, que me deram apoio, não só neste percurso do mestrado, mas durante a vida. Agradeço por serem tão especiais, comemorarem os bons momentos e por estarem junto quando os imponderáveis da vida se impuseram.

Agradeço aos familiares que prezam por mim e zelam por minhas lutas e conquistas. Particularmente, agradeço à Tia Marta (*in memoriam*), que se foi ao longo desta jornada, por ter sido um porto seguro e também por ter sido minha grande incentivadora.

RESUMO

ESPANHOL, Carla. *O pensamento brasileiro e latino-americano nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais*. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O campo das Relações Internacionais no Brasil tem em sua história institucional o marco do impulso de seu desenvolvimento nos anos 1990 e a consolidação e uma grande expansão nos anos 2000. A área, que surge no Reino Unido no pós-Primeira Guerra e se desenvolve substancialmente nos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial, passou a ser questionada sobre seu estudo configurado mediante o uso de teorias produzidas predominantemente em instituições norte-americanas, caracterizando um campo com monopólio de teorias anglo-saxãs. À vista disso, o presente trabalho analisa o perfil teórico do ensino de política internacional nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil, com ano base de 2018, sob a hipótese de que há uma sub-representação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro e latino-americano neste ensino. Busca-se, dessa forma, apurar quais são as teorias, temáticas e autores ensinados nas disciplinas de Teoria de Relações Internacionais I e II, Economia Política Internacional e Política Internacional, por meio de uma Análise de Conteúdo dos programas de ensino dessas disciplinas. Através das representações estatísticas reveladas por esta análise quantitativa, a pesquisa segue para uma análise qualitativa da pesquisa, com a discussão sobre as relações de poder e aspectos institucionais que perpassam as construções teóricas, assim como a interação entre dinâmicas globais e locais molda as estruturas sociais particulares para a prática e o estudo das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Ensino. Política Internacional. Pensamento Brasileiro. Pensamento Latino-Americano

ABSTRACT

ESPANHOL, Carla. *The Brazilian and Latin American Thinking in the Post-Graduate Programs in International Relations*. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The field of International Relations in Brazil, in its institutional history, has started its development in 1990s and its consolidation and great expansion in the 2000s. The area, which emerges in the United Kingdom after the First World War and is substantially developed in the United States after the Second World War, has been questioned about its configured study using theories produced predominantly by American institutions, characterizing the monopoly of Anglo-Saxon theories in the field. In the light of that, the current paper analyses the theoretical profile of the education of international politics in the Post-Graduate Programs in International Relations in Brazil, during 2018, under the hypothesis that there is an under-representation of the Latin American theories and Brazilian social thought within this area of research. As a consequence, we look into determining which are the theories, themes and authors taught in the disciplines of International Relations Theory I and II, International Political Economy and International Politics, through a content analysis of the educational programs of these disciplines. Through the statistical representations revealed by this quantitative analysis, the research proceeds to a qualitative analysis of the research, with the discussion around the relations of power and the institutional aspects that spreads in the theoretical constructions. Moreover, the analysis concerns how the interaction between global and local dynamics contribute in shaping social structures, particular point to the practice and study of International Relations.

Keywords: International Relations. Teaching. International Politics. Brazilian Thinking. Latin American Thinking.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRI	Associação Brasileira de Relações Internacionais
APE	Análise de Política Externa
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCN'S	Diretrizes Curriculares Nacionais
EPI	Economia Política Internacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPRI	Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISEBI	Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério de Relações Exteriores
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PI	Política Internacional
PPG	Programas de Pós-Graduação
PPGRI	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
PROSPER	Programa de Seguimiento de las Políticas Exteriores Latinoamericanas
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBPI	Revista Brasileira de Política Internacional
RI	Relações Internacionais

RIAL	Relações Internacionais da América Latina
SPNG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TRI	Teoria das Relações Internacionais
TRI II	Teoria das Relações Internacionais II
TRIP	Teaching, Research & International Policy
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO EM DEBATES.....	13
1.1 O Surgimento da Área de Relações Internacionais: Teorias e Debates	13
1.2 O campo das Relações Internacionais no Brasil	17
1.2.1 <u>Institucionalização da área</u>	19
1.2.2 <u>A expansão da área nos anos 2000</u>	23
1.2.3 <u>O Investimento público em pesquisa e na Pós-Graduação</u>	28
1.2.4 <u>A Associação Brasileira de Relações Internacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais</u>	31
1.3 Um balanço sobre o Pensamento Brasileiro e Latino-americano nas Relações Internacionais.....	39
2 PANORAMA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	59
2.1 Metodologia de Pesquisa	59
2.2 Os Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil.....	63
2.3 As Estatísticas.....	69
2.3.1 <u>Política Externa Brasileira</u>	70
2.3.2 <u>Sobre as disciplinas analisadas</u>	73
2.3.2.1 Teoria de Relações Internacionais	76
2.3.2.2 Teoria de Relações Internacionais II	79
2.3.2.3 Economia Política Internacional	82
2.3.2.4 Política Internacional.....	85
2.3.3 <u>Disciplinas relacionadas ao Brasil e à América Latina</u>	87
3 PROCESSOS E DISPUTAS	90
3.1 Examinando os dados.....	90
3.2 O campo em disputa e a disposição do conhecimento.....	96
3.3 Sobre pensar o mundo a partir do Brasil e América Latina <i>vis-à-vis</i> uma disciplina global.....	105
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	115

APÊNDICE A – Disciplinas Obrigatórias e Optativas nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais.....	130
APÊNDICE B - Disciplinas de Política Externa Brasileira, Análise de Política Externa e outras disciplinas sobre Política Externa em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais.....	147
APÊNDICE C – Conteúdo das ementas das disciplinas analisadas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais	149

INTRODUÇÃO

Esta dissertação possui como objetivo principal mapear o perfil teórico a fim de refletir sobre o ensino dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) no Brasil, atualmente em número de 14 programas, entre instituições públicas e privadas. Destaque-se que a expressiva expansão dessas pós-graduações, desde o início dos anos 2000 (de 2 para 14), foi acompanhada pela criação, no mesmo período, de 148 cursos de graduação em Relações Internacionais oferecidos pelo setor público e privado.

A expansão do campo das Relações Internacionais¹ no Brasil, assim como em vários outros países ocidentais, intensificou-se na virada do século XX em grande medida devido ao fim do mundo bipolar, aos avanços da política de globalização e aos impactos provocados pelas novas tecnologias de comunicação, especialmente em sua notável “compressão do tempo-espaço”. Favorecida e impulsionada por esse contexto, a expansão desse campo foi marcada pelo predomínio da comunidade norte-americana de RI (HOFFMANN, 1977). A partir dos anos 1980, porém, as correntes teóricas hegemônicas passaram a ser questionadas sobre sua neutralidade científica, seu “velado compromisso na defesa do *status quo* do poder internacional”, sobre a validade de seus cânones teórico-metodológicos (RODRIGUES, 2013). As críticas epistemológicas vieram por meio de estudos e investigações que passaram a evidenciar o caráter estadunidense das principais teorias consideradas pelo campo, iniciativas que nos levaram à pergunta central desta proposta de pesquisa: em que medida a expansão da área se traduz em uma agenda própria de ensino, identificada com os desafios nacionais e regionais face ao mundo globalizado?

Diante deste cenário, as iniciativas de crítica epistemológica sobre essa condição na área de RI que partem tanto do Brasil como da América Latina inspiraram a realização desta pesquisa. Assim, evidenciamos o pensamento latino-americano que tem longa data e valiosa tradição na construção de estudos que reflitam sobre a região, a conjuntura global e a reflexão sobre a amenização das consequências de séculos de dominação. Neste seguimento, a perspectiva decolonial ampara teoricamente esta pesquisa. Os trabalhos decoloniais, que decorrem nos anos 1990, buscaram reforçar a existência de estudos a partir de um referencial latino-americano, reivindicando uma perspectiva pós-colonial voltada para a América Latina, considerando que tiveram um passado colonial distinto do que ocorreu, por exemplo, nos

¹ Este texto segue a convenção da grafar “Relações Internacionais” com maiúsculas (ou RI) quando nos reportamos à área e com minúsculas quando tratamos do objeto de estudo.

territórios asiáticos e africanos. Assim, referenciamos o conceito de colonialidade do poder, proposto por Aníbal Quijano (2009), que analisa a continuidade das consequências que o período colonial promoveu em seus territórios, que não desapareceram após o processo de independência e descolonização e continuaram manifestadas em diversos aspectos e nuances, entre eles, a do saber. À vista disso, os autores inseridos nesta proposta empenham-se na crítica epistemológica e discursiva, propondo a revisão de algumas epistemologias e metodologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanas.

Com base nesta iniciativa, buscamos pesquisar sobre o ensino no campo das RI no Brasil, considerando o monopólio anglo-saxão da produção teórica nesta área (GONÇALVES E MONTEIRO, 2015). Esta pesquisa pretende se juntar aos demais esforços de avaliação da área, que se institucionaliza na década de 1980 e que se solidifica e expande na primeira década do século XXI. Neste intuito, pretende-se uma avaliação do perfil teórico da área, em vista averiguar a hipótese principal desta dissertação: existe uma subrepresentação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro no ensino da área de RI no Brasil. Temos como objetivo apurar quais são as teorias, temáticas e autores ensinados nas disciplinas de estudo sobre a Política Internacional – sendo assim, selecionamos as de Teoria de Relações Internacionais, Economia Política Internacional e Política Internacional - para testar nossa hipótese.

Para dar prosseguimento a esta pesquisa, o primeiro capítulo aborda o surgimento da área das RI e contextualiza a institucionalização do campo no Brasil, apresentando os principais esforços e iniciativas em prol de seu desenvolvimento e de sua notável expansão desde o início dos anos 2000 até os dias atuais. Com intuito de averiguar a ocorrência do pensamento nacional e/ou latino-americano no ensino dos PPGRIs, apresentamos também um balanço sobre as principais dinâmicas e contribuições teóricas nacionais e regionais empenhadas nos estudos internacionais.

No segundo capítulo, apresentamos os dados que reunimos durante a pesquisa, provenientes da análise dos ementários dos cursos dos PPGRIs, em uma abordagem empírica do ensino nas disciplinas previamente selecionadas para serem analisadas. Com base na metodologia da Análise de Conteúdo, através de procedimentos sistemáticos, como as regras de corte, a categorização e codificação para a exploração do material, fizemos a análise, definindo os critérios que determinam nossa perspectiva de sub-representação. Assim, elencamos como critérios teorias, temáticas e autores do pensamento político brasileiro e/ou latino-americano. Dessa forma, pudemos fazer a investigação quantitativa, que englobou uma análise exploratória e descritiva, e uma análise qualitativa resultante dessa primeira fase.

No terceiro e último capítulo, após a apresentação organizada e categorizada das ementas dos PPGRI, analisamos os dados extraídos do estudo das referidas ementas, em que buscamos demonstrar comprovar a hipótese principal desta dissertação, de que existe um subrepresentação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro na área de RI no Brasil. Dessa forma, analisamos que, mesmo as indicações de textos com reflexão crítica na área são feitos por estudiosos de países do centro² e que não foram incorporados conhecimentos múltiplos de outras regiões. Após, apresentamos uma discussão sobre disputa de campo científico, com base no conceito designado por Pierre Bourdieu, ponderando sobre as relações de poder e aspectos institucionais que perpassam a construção do conhecimento. Em seguida, fazemos uma reflexão sobre pensar o mundo a partir do Brasil e da América Latina, sobre considerar os aspectos locais e globais, analisando a maneira como a interação entre dinâmicas globais e locais molda estruturas sociais particulares para a prática e estudo das RI, o que nos encaminha a pensar sobre o tema de hibridismo no conhecimento e o conceito de pensamento de fronteira discutido por Walter Mignolo. Por fim, trazemos as considerações finais da pesquisa, com uma avaliação geral sobre as inferências obtidas pelos dados e uma discussão sobre o tema e sua contribuição para a área das RI.

² Os termos centro e periferia são formulados na teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1996). O autor considera a economia mundial como um sistema socialmente construído em que as atividades de elos mais lucrativos se concentram geograficamente em poucas e, relativamente, pequenas áreas, que são chamadas de centro, ao passo que as restantes formam a periferia.

1 O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: FORMAÇÃO EM DEBATES

Este capítulo contextualiza a institucionalização do campo das Relações Internacionais no Brasil apresentando os principais esforços e iniciativas em prol de seu desenvolvimento e de sua notável expansão no início dos anos 2000 até os dias atuais. Para introduzir a análise sobre a ocorrência do pensamento nacional e/ou latino-americano no ensino dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), apresentamos as principais dinâmicas e contribuições sobre o tema.

1.1 O surgimento da área de Relações Internacionais: Teorias e Debates

A área das RI tem como marco de sua origem a criação da primeira cátedra dedicada a esse campo de estudo, a Woodrow Wilson, em 1919, em Aberystwyth, no País de Gales, no Reino Unido. O desenvolvimento como campo autônomo de conhecimento, no entanto, ocorreu substancialmente nos Estados Unidos da América do (EUA), no pós-Segunda Guerra Mundial. Em sua definição institucional, o estudo das RI nos EUA esteve fortemente vinculado ao campo da Ciência Política enquanto no caso britânico observou-se o desenvolvimento de uma área à parte (HERZ, 2002, p.9). Antes desse período, os estudos sobre história e política internacional eram sobretudo do domínio da História, do Direito e da Economia.

Com o surgimento da área, observa-se também novas abordagens para o estudo das relações internacionais, bem como de discussões sobre as teorias julgadas mais apropriadas para o novo campo de estudo. Convencionou-se que essas abordagens e suas construções teóricas configuraram grandes debates, os quais, por sua vez, resultaram em sucessivos avanços epistemológicos, marcos do processo de delineamento das fronteiras do campo que conferiram identidade à área. Nesse contexto de constituição da área, considera-se que os principais desafios impostos na construção de uma teoria própria têm duas origens: a evolução da política internacional e a evolução da própria disciplina (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 5).

Brian Schmidt (1998, p. 21), no entanto, considera que a história da área é resumida pela série de debates disciplinares porque “os poucos trabalhos que tentam descrever a história das Relações Internacionais são aceitos de forma tão pronta e acrítica que os estudiosos não julgaram necessário investigar mais a história substantiva do campo ou as suposições

historiográficas subjacentes”³. Esses pressupostos, continua Schmidt (1998, pp. 22-23, 37), implicam em uma série de vieses interpretativos que levantam inúmeras questões metodológicas, por exemplo: ao analisar a historiografia da área ele aponta que esta forma peculiar de descrever a história do campo em “grandes debates” reforça a imagem de que o campo se desenvolveu através de uma série de fases endossando, assim, explicitamente, a noção de avanço científico. Sugere, então, a reconstrução da história do campo a partir de uma prática discursiva que observe o diálogo entre as diferentes comunidades acadêmicas de RI no mundo e seus respectivos desenvolvimentos, de forma a considerar as transformações ocorridas no campo, englobando todas as comunidades, seguindo e descrevendo o diálogo relativamente coerente entre seus participantes.

A argumentação proposta pelo norte-americano Brian Schmidt remete à discussão desencadeada pelo austro-estadunidense Stanley Hoffmann (1977) ao defender as RI como uma ciência social norte-americana, argumento reiterado pelo escandinavo Ole Wæver (1998) e pelo britânico Steve Smith (2000). Wæver (1998, p. 697) comparou a nacionalidade dos autores publicados nos principais periódicos da área - e que são todos norte-americanos - *International Organization*; *International Studies Quarterly*; *International Security*; *World Politics* -, entre 1970 e 1995. Em sua análise, Wæver constatou que os autores norte-americanos representavam entre 66 e 100% do total de autores publicados nas edições dos periódicos, perfazendo uma média de 88,1%.

Ao examinar o desenvolvimento das comunidades europeias de RI, Wæver (1998) considerou praticamente inexistente a relação entre sociologia da ciência e RI observando que os especialistas da área escrevem sobre a disciplina sem qualquer estrutura teórica, mais preocupados com os debates passados, sobre quem estaria “certo ou errado” ou quais erros foram cometidos. Mesmo o debate sobre a americanização da área Wæver (1998, p. 692) concluiu que sua condução segue os moldes norte-americanos quando deveria ser “mais dedutivo, orientado por desenvolvimentos teóricos na sociologia da ciência e dentro de um quadro geral para explicar as evoluções dentro das teorias das Relações Internacionais”⁴.

Porém, mesmo em face do domínio norte-americano, Wæver estimou que as RI passariam por uma mudança lenta em direção a uma relativa abdicação do domínio norte e no surgimento de grandes comunidades acadêmicas de RI se formando em torno de seus próprios

³“The few works that do attempt to describe the history of international relations are so readily and uncritically accepted that scholars have not deemed it necessary to investigate further either the substantive history of the field or the underlying historiographical assumptions”.

⁴ “One must be more deductive, guided by theory developments within the sociology of science, and set up a general framework for explaining evolutions within IR theory”.

núcleos independentes na Europa, e posteriormente além do Ocidente - “questão importante que permanece para a futura sociologia da disciplina de RI” (1998, p. 726).

O que observamos é que as previsões de Waever têm se concretizado. A “Global IR”, por exemplo, insiste que trazer ideias e agências não-ocidentais amplia os horizontes do conhecimento das RI, contribui para essa comunidade superar o domínio norte-americano e ocidental, promove uma maior diversidade e o reconhecimento de lugares, papéis e contribuições dos povos e sociedades “não-ocidentais” (ACHARYA, 2016).

Essa discussão ganha relevância na medida em que os cursos de RI, de graduação e pós-graduação, se expandem em um cenário intelectualmente dominado por teorias desenvolvidas pelo/para/sobre o centro, conforme indicou Hoffmann (1977). Desde seu texto, um número crescente de analistas incumbiu-se de questionar o caráter paroquial e pouco internacional deste campo de estudo. Em recente artigo sobre o tema, Villa e Pimenta (2017, p. 23) apontaram que a percepção da comunidade acadêmica latino-americana estima que a “influência norte-americana segue sendo dominante em seus aspectos epistemológicos, paradigmáticos e de representações institucionais na região”, ainda que os autores tenham registrado certa tendência “à miscigenação epistemológica e paradigmática”,

Nesse sentido, a discussão sobre maior ampliação teórica da área remete ao papel que o estudo das relações internacionais desempenha em cada região ou país. Essas são questões que já haviam sido evidenciadas nas RI, principalmente pelos autores do chamado Terceiro Debate. O trabalho de Michel Foucault, é uma das principais contribuições para os pós-estruturalistas no campo das RI durante nesse contexto. Para o filósofo francês, toda forma de dominação depende da articulação entre conhecimento e poder, uma vez que o poder depende do conhecimento para operar, e o conhecimento é produzido no âmbito das redes de poder (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 194). Dessa forma,

a presença do pensamento de Foucault foi crucial, demonstrando nas RI os processos de produção de verdades ou conhecimentos através da análise das relações de poder-saber e como incentivo à luta concreta para a libertação do conhecimento, temáticas e metodologias subterrâneas ou desqualificadas pelo *mainstream* acadêmico da área
¹⁷(RODRIGUES, 2014, p.91).

É de grande relevância observar que as abordagens e teorias que conduziram os estudos sobre as relações internacionais foram formuladas com base em valores próprios de um contexto, cabendo “reconhecer que há uma busca de explicações das soluções consideradas necessárias para fundamentar ações e interesses relacionados com o posicionamento do país” (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 3). Gonçalves e Monteiro (2015, p. 69), no entanto, destacam que

“poucos são aqueles países em que o mundo acadêmico pensa as relações internacionais segundo sua própria tradição cultural e segundo seus próprios interesses nacionais”.

A reflexão sobre este aspecto que perpassa, não só as RI, mas as demais áreas do conhecimento, nos remete ao conceito de colonialidade do saber trabalhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que se junta à iniciativa dos intelectuais latino-americanos, que tem longa data e valiosa tradição, de estudar e evidenciar as relações de poder que perpassam as mais diversas esferas da sociedade - entre elas a do conhecimento. Esta iniciativa inspira e ampara teoricamente a pesquisa aqui proposta, que tem por foco como objetivo analisar o lugar do pensamento brasileiro e latino-americano no ensino da área de RI, e se insere no contexto dos debates decoloniais.

O pensamento decolonial figura o debate contemporâneo do pensamento latino-americano, juntando-se ao esforço tradicional da construção de estudos que reflitam sobre a região. Tem como base a reivindicação de um estudo pós-colonial voltado para a América Latina, com uma metodologia que evite generalizações, considerando que os países da região tiveram um passado colonial distinto do que foi, por exemplo, nos territórios asiáticos e africanos. Por esta razão, os elementos de análise não são os mesmos, evidenciando a necessidade de uma investigação que considere os aspectos históricos e sociológicos da região. Este movimento decorre nos anos 1990, com importante iniciativa de Quijano, quando um grupo heterogêneo e transdisciplinar de autores, como Enrique Dussel, Arturo Escobar e Walter Mignolo, buscou reforçar a existência de estudos a partir de um referencial latino-americano com a revisão de algumas epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanas. Os autores constituíram assim um “programa de investigação da modernidade/colonialidade”, apresentando um entendimento distinto sobre os conceitos, pois assumem a modernidade e a colonialidade como fenômenos mutuamente dependentes e constitutivos (ESCOBAR, 2003, p.52).

Diante do entendimento que a modernidade é originária do processo colonial, Escobar (2003, p.61) afirma que a América Latina, enquanto *locus* geográfico em que se deu a confirmação desse processo, é um espaço epistemológico e político propenso a pensar formas de superação da modernidade eurocentrada. Neste aspecto, é importante a reflexão acerca do conceito de geopolítica do conhecimento, que diz que o conhecimento situado “não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o fato de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo político do sujeito que fala” (GROSFOGUEL, 2009. p.386).

Nesse seguimento, Santos e Meneses (2012, p. 12) apontam que o colonialismo também foi “uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados”. A busca por alternativas às epistemologias dominantes é designada pelo autor português como “epistemologias do Sul”, conceito que é “concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”, notadamente em países e regiões do Sul global que viveram sob o colonialismo europeu (MENESES; SANTOS, 2009, p.12). Para isso, é assumida a ideia de que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade representa um enriquecimento para conferir inteligibilidade às experiências sociais.

Retomando o conceito de colonialidade, Quijano (2009, p. 73) pondera que é um conceito diferente de, ainda que vinculado, a colonialismo, pois o colonialismo se caracteriza pela existência da administração colonial e a colonialidade como a condição de continuidade após a extinção das administrações coloniais. O autor, então, assume a noção de que o colonialismo continuou sob outras formas através da colonialidade, que se revela em variadas formas. Entre elas, a colonialidade do saber, que resulta na colonização de perspectivas cognitivas e de subjetividade. O processo de independência e descolonização dos países, portanto, não significou o fim das consequências que o colonialismo promoveu em seus territórios. Edgardo Lander, sociólogo venezuelano, igualmente esforça-se em pensar sobre a colonialidade do saber e o contexto vivenciado pela América Latina. Segundo o autor, esta iniciativa de crítica epistemológica tem levado ao “questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais” (LANDER, 2005, p. 8).

Consideramos, então, a “colonização do saber”, ou o “monopólio das teorias anglo-saxãs” nas RI, essa “ciência social norte-americana”, segundo a hipótese de Hoffmann, conclusão de Gonçalves e Valente (2015). Com base nessa discussão buscamos analisar o ensino de política internacional dos PPGRI no Brasil.

1.2 O Campo das Relações Internacionais do Brasil

No Brasil, a formação da área acadêmica de RI tem como marco a criação do primeiro curso de graduação na Universidade de Brasília (UnB), em 1974, e a de seu mestrado, em 1984. Esse fato, no entanto, O que não significa que não houvesse produção de conhecimento prévio

sobre o assunto, que resultava principalmente de pesquisas desenvolvidas por historiadores, juristas, economistas e diplomatas. Inclusive, segundo Miyamoto (1999, p.86), “tanto a prática como a teoria constituíam-se quase um monopólio dos diplomatas do Ministério de Relações Exteriores” em relação às análises sobre a política externa brasileira e as relações internacionais. A importância dos diplomatas na institucionalização da área é apontada em trabalho do embaixador Fonseca Junior (2011) ao observar que este vínculo, também comum nos Estados Unidos, foi explicitamente construído. Em sua análise sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica, Fonseca Junior (2011, p.67) mostra o papel dos diplomatas na institucionalização da área:

do ponto de vista do Itamaraty, é fundamental definir uma política de operação. Ou seja, existe, diante do fenômeno do surgimento da preocupação acadêmica, a possibilidade de definir, de forma integrada, sistemática, com perspectiva de longo prazo, uma estratégia de conduta, em uma palavra, uma política de ligação com a Universidade.

Dentre as mudanças provocadas pela institucionalização acadêmica da área de RI, a partir dos anos 1970, observa-se que esta absorveu os temas diplomáticos brasileiros transformando-os em temas de estudos acadêmicos (FONSECA JUNIOR, 1981, p. i). Esse momento corresponde, segundo Fúlvio Fonseca e Norma Santos (2009, p. 360), à busca por “mais autonomia e distanciamento com relação às injunções da política internacional ‘ditada’ pelas grandes potências”, ao esforço em se ressignificar o estudo sobre as relações internacionais até então considerado “como praticamente desnecessário, já que historicamente a política externa brasileira era conduzida com competência pelo Itamaraty”, como assinala relatório do próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), publicado em 1977:

[a] área de política internacional é quase inteiramente descuidada, com dois projetos [...] O abandono em que se encontra a área de relações internacionais encontra outro tipo de explicação. Primeiro, [...] o interesse por esta área tende a ser maior em países que desempenham um papel muito ativo no sistema internacional, que não tem sido, historicamente, o caso brasileiro. Segundo a própria excelência do corpo diplomático brasileiro, formado através do curso do Itamaraty [sic], fez com que o estudo de questões internacionais fosse desenvolvido entre nós em estreita proximidade com o serviço diplomático e afastado da universidade. Esta tendência irá certamente se alterando, na medida em que a participação do Brasil no cenário internacional aumente, e a relevância interna do sistema internacional passe a ser objeto de atenção mais geral (CNPq, 1997, p. 12-13 *apud* FONSECA E SANTOS, 2009, p. 35).

Esse panorama ajuda-nos a entender o pioneirismo da UnB na institucionalização da área, explicado por Lessa (2005, p. 6) que indica a importância da proximidade com órgãos federais e cita que “a consolidação da área no Brasil se deu em torno de programas de ensino e

pesquisa altamente vinculados com as principais redes acadêmicas e científicas especializadas em história das relações internacionais na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos”

Concentrando nosso foco nas formas como se desenvolveram as RI no Brasil, retomemos a ideia, já apresentada, de que existiam intelectuais de diferentes formações, assim como políticos, preocupados com as relações internacionais e com a política externa em períodos bem anteriores àquele que é considerado o início da institucionalização da área. Este caráter multidisciplinar está associado ao surgimento da área, observado por Vigevani (2014, p. 9) que afirma que nas “[...] instituições universitárias brasileiras foram professores e pesquisadores com formação em distintos campos de conhecimento - direito, ciência política, economia, etc. – os pioneiros na introdução definitiva e permanente do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais”. Cabe acrescentar que em contraposição aos EUA, onde a disciplina esteve associada à Ciência Política, no Brasil, houve um modesto número de profissionais nas RI oriundos daquela área, visto que o desenvolvimento do campo da Ciência Política no país também era um fato recente (MIYAMOTO, 1999, p. 88).

1.2.1 Institucionalização da Área

Além da criação do curso de graduação em RI na UnB em 1974, Herz (2012, p. 19-20) analisa como a institucionalização da área seguiu, em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, tendo como importantes marcos a criação:

do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu Programa de Mestrado, em 1987, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983 e do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987 [...].

Outros cursos de graduação só foram criados na década de 1980 após um intervalo que durou dez anos. Julião (2012, p. 35) considera que o processo de abertura desses cursos possui dois momentos: o primeiro, entre 1974 e 1995, quando, em um intervalo aproximadamente vinte anos, foram criados sete cursos de graduação - com quatro cursos criados em 1985 e dois cursos criados em 1995. O segundo período começa em 1996 e se dá até o momento de sua análise em 2008, quando os processos para abertura de cursos passaram a serem constantes (JULIÃO, 2012, p. 35). Neste intervalo de doze anos, foram criados 91 cursos de graduação. O

Gráfico 1 mostra que, entre 2000 e 2003, foram criados cinco cursos, sendo este o menor índice de variação anual registrado no período. Já em 2006 foram criados catorze cursos, o que corresponde ao maior índice (ou pico) registrado no segundo período analisado pela autora. Os dados referentes aos cursos de graduação em RI no Brasil foram no Cadastro da Educação Superior, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (JULIÃO, 2012, p. 35).

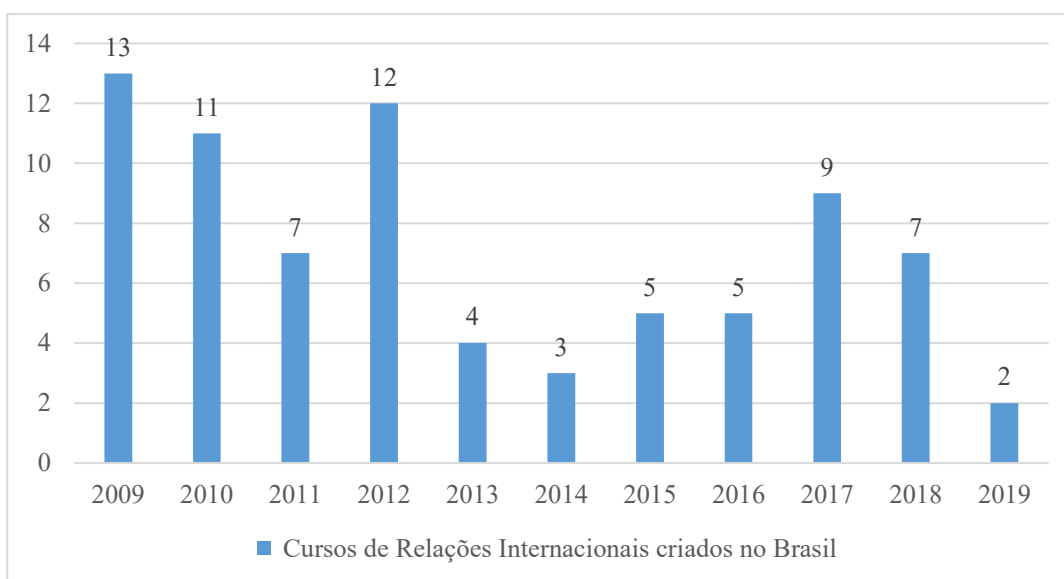
Gráfico 1 - Distribuição da criação de cursos de RI no Brasil de 1974 a 2008 (2009)



Fonte: Elaborado por Julião (2012) com base nos dados do INEP de 2009.

Com base nos dados do INEP, consultados em setembro de 2019, o número total de cursos de graduação na área de Relações Internacionais é de 166 considerando apenas a modalidade presencial. Após 2008, ano que corresponde ao marco temporal da análise empreendida por Julião (2012), foram criados 78 cursos, dado que evidencia a criação constante de cursos na área. Destaque para o período entre 2009 e 2012, quando, em apenas quatro anos foram criados 43 cursos frente aos 35 cursos criados nos sete anos posteriores, entre 2013 e 2019. O Gráfico 2 mostra os dados correspondentes ao período entre 2009 e 2019.

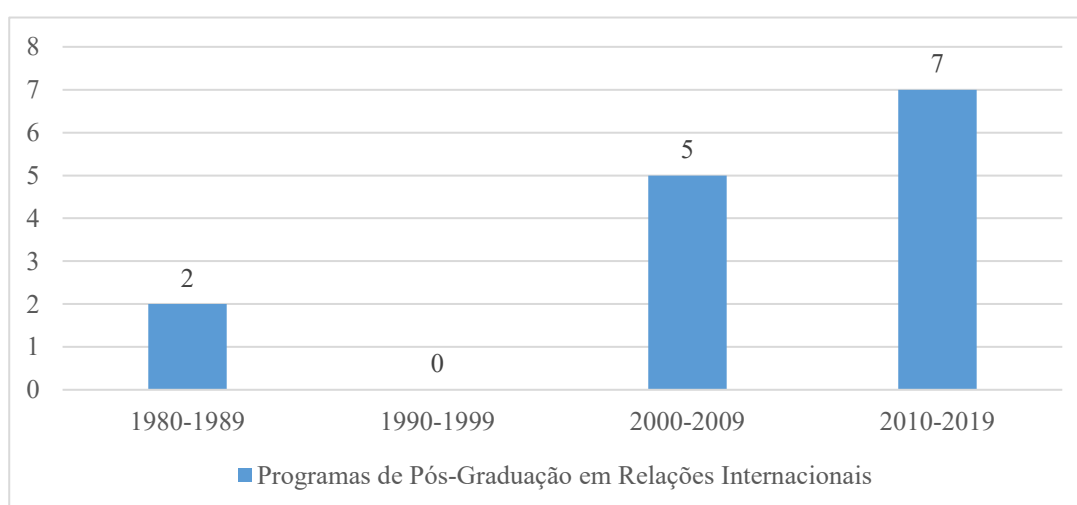
Gráfico 2 - Distribuição da criação de cursos de RI no Brasil de 2009 a 2019



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP (2019)

Em relação à pós-graduação, considerando o ano de criação dos primeiros PPGRI, na UnB, em 1984, e na PUC-Rio, em 1987, observamos que os demais PPGRI surgiram somente a partir de 2003, após iniciativa do governo federal através do edital Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino das Relações Internacionais, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, existem 14 PPGRI - três deles inaugurados em 2019.

Gráfico 3- Criação de Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil distribuídas por décadas (1980-2019)



Fonte: Elaborado própria com dados da Plataforma Sucupira (2019)

É importante ressaltar os precedentes institucionais que mostram o dinamismo dos estudos internacionais antes mesmo da expansão dos cursos de PPGRJ, decorrente da política federal dos anos 2000. Na UnB, em 1976, após a criação do curso de graduação em 1974, também foi criado na pós-graduação em História uma área de concentração em “História das Relações Internacionais” - que posteriormente foi integrada ao Instituto de Relações Internacionais (IREL) em 2002 (Fonseca e Santos, 2009, p. 361). Em 1973, foi criado o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), da Universidade Candido Mendes (então Centro Universitário Candido Mendes), cuja pós-graduação em Ciência Política oferecia na década de 1970 três disciplinas de RI (CNPq, 1977, p. 113-114). E em 1979, como já mencionado, foi criado o Instituto de Relações Internacionais (IRI) na PUC-Rio.

Cabe destacar que nos idos dos anos 1960, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), foi criada a disciplina História das Relações Internacionais no curso de graduação de História. Ainda na UERJ, em 1986, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais (ISEBI). Em 1993, após a dissolução do ISEBI, foi criado o curso de Especialização em História das Relações Internacionais e em 1995, com a criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) duas linhas de pesquisa eram oferecidas no PPGH: Política e Sociedade e História das Relações Internacionais. Em 2009, a criação do Programa de Pós-graduação em RI (2009) consolidou definitivamente a área na UERJ, que em 2013 criou o Departamento de RI e em 2015 o curso de doutorado (GONÇALVES E LESSA, 2007, p. 8-9).

Esta também é a percepção de Lessa (2005, p. 7), que reforça esses marcos afirmando que após a criação do PPGRJ na UnB, de onde saíram grandes expoentes na área de História das Relações Internacionais e da área da Política Internacional, o segundo polo de formação em nível de pós-graduação de expressão na área de RI no Brasil foi criado na PUC-Rio em 1984, onde predominaram “profissionais com atuação marcadamente caracterizada pelos aparatos analíticos da politologia, em especial de inspiração anglo-saxônica”. Por fim, entre outras experiências no campo, destaca-se a da área de História das Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UERJ, lançada anos 1990, que produziu, entre seus destaques, dissertações de mestrado que utilizaram especialmente a documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, assim como documentações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV e do Arquivo Nacional.

Essas iniciativas pioneiras correspondem à fase de implantação dos estudos internacionais fora dos círculos dos círculos militar e diplomático. Porém, a expansão dos PPGRIs em nível nacional ocorreu por esforço do governo federal através do Edital da Capes denominado Programa San Tiago Dantas de apoio ao ensino de relações internacionais em instituições públicas, conforme veremos seguidamente. Essa política governamental fez-se acompanhada da expansão dos cursos de graduação, o que determina a década de 2000 como o período de consolidação institucional da área e de sua inserção no sistema de pesquisa nacional.

1.2.2 A Expansão da Área nos Anos 2000

As razões para o desenvolvimento da área de RI no Brasil, a partir dos anos 2000, são um consenso entre os especialistas. Vigevani, Thomas e Leite (2016, p. 8) consideram que essa tendência se deveu, entre outros fatores, à globalização e maior inserção internacional do país e à expansão do comércio internacional do Brasil.

Além disso, os autores afirmam que a partir da década de 1990 houve uma expansão do mercado de trabalho e um aumento da demanda de profissionais dessa área, existindo um “impulso maior à procura de profissionais que compreendessem tanto o funcionamento do sistema e, obviamente, de suas peculiaridades, quanto o papel que o Brasil recém-democrático (transição de 1985 a 1989, durante o governo José Sarney) deveria cumprir no mundo” (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 8). Miyamoto (2010, p. 385) argumenta que, o reflexo do contexto dos anos 1990, pautado pelas dinâmicas do pós-Guerra-Fria, não apenas no Brasil, mas em outros países, promoveu “um crescimento significativo de instituições que passaram a ofertar carreiras específicas voltadas para entender tal realidade, e atender às novas necessidades impostas por esse mundo em rápida transformação”. Dessa forma, notou-se a necessidade de “ampliar o número de profissionais capazes de trabalhar na esfera pública e na privada, assim como em entidades e organizações não governamentais (ONGs). Esses profissionais foram procurados pelas empresas, pelos legislativos, por entidades empresariais e sindicais etc.” (VIGEVANNI *et al*, 2016, p. 8). Apesar da tendência apresentada pelos autores, com a multiplicação dos cursos de RI surge o questionamento sobre o mercado de trabalho que corresponde à atividade. Devemos considerar que existem diferentes perfis entre os egressos da área, dado que as grades curriculares privilegiam diferentes perspectivas, especialmente quando comparamos as graduações de instituições públicas e privadas. Sobre o caráter mais generalista do curso, que gera a possibilidade de atuação em diferentes áreas, nota-se que a formação do curso não direciona seus egressos pra atividades consideradas mais tradicionais e, com isso, o

profissional de RI por vezes relata dificuldade em encontrar seu lugar no mercado de trabalho, para além da carreira diplomática e cargos públicos⁵.

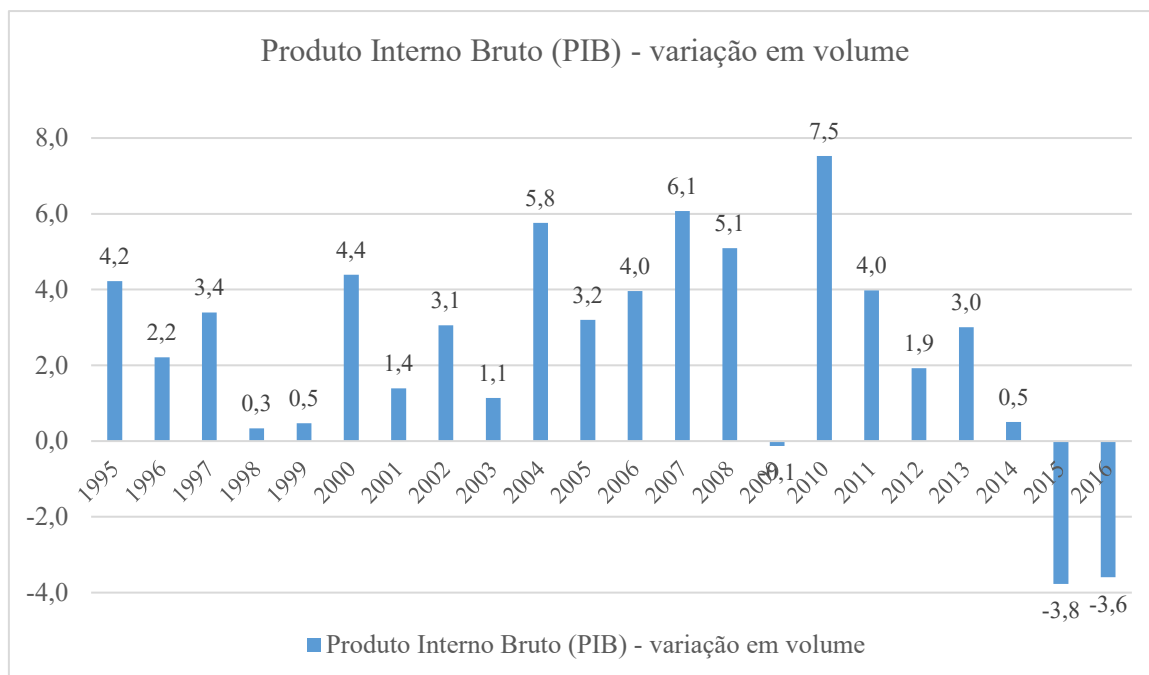
Além desta questão, dada a política de globalização e as profundas transformações advindas do fim da União Soviética nos anos 1990, observou-se um importante aumento no grau de complexidade de instrumentos analíticos das ciências sociais e humanas, que procuram dar conta de sua multidimensionalidade. Com isso, as RI apresentaram-se como “um campo privilegiado de reflexão sobre as transformações contemporâneas, que indicam uma crescente superação da centralização do poder estatal e da sua consequente erosão de sua soberania, assim como a atenção aos múltiplos atores não estatais” (FONSECA E SANTOS, 2009, p. 356). Como nota Miyamoto (2010, p. 385), “nada mais poderia ser pensado isoladamente, através de políticas particulares, sem levar na devida conta o que se passa nos outros continentes, sabendo de antemão que as influências do contexto global são inevitáveis”.

Identifica-se, então, um maior interesse de setores da sociedade brasileira por temas da política internacional e/ou da política externa nacional. Essa projeção dos assuntos internacionais passou a ocupar as páginas dos jornais, tornando mais comum a referência aos debates e às disputas travadas entre diferentes posições sobre temas como globalização, meio ambiente, integração regional, União Europeia etc., que levaram a uma “maior procura por profissionais especializados e, consequentemente, de formação adequada para entender esses novos processos” (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 10). Assim, as RI passam por um grande crescimento nos anos 1990 e consolidam-se na primeira década dos anos 2000, como vimos anteriormente, com grandiosa expansão de cursos de graduação e a criação de PPG.

A relação entre a projeção internacional do Brasil e a expansão da área das RI fundamenta-se, entre variadas razões, no crescimento da economia nacional. O Gráfico 4 mostra que durante a década de 2000, a variação em volume do Produto Interno Bruto (PIB) foi positiva (com exceção do ano de 2009, quando o PIB anual foi de -0,1%, como reflexo da crise global de 2008). Em quatro oportunidades (2004, 2007, 2008 e 2010) o índice ultrapassou a marca dos 5%, conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2018/09/1982565-cursos-generalistas-salvam-estudantes-com-dificuldade-de-escolher-a-carreira.shtml>>.

Gráfico 4 - Série Histórica do Produto Interno Bruto (1995-2016)



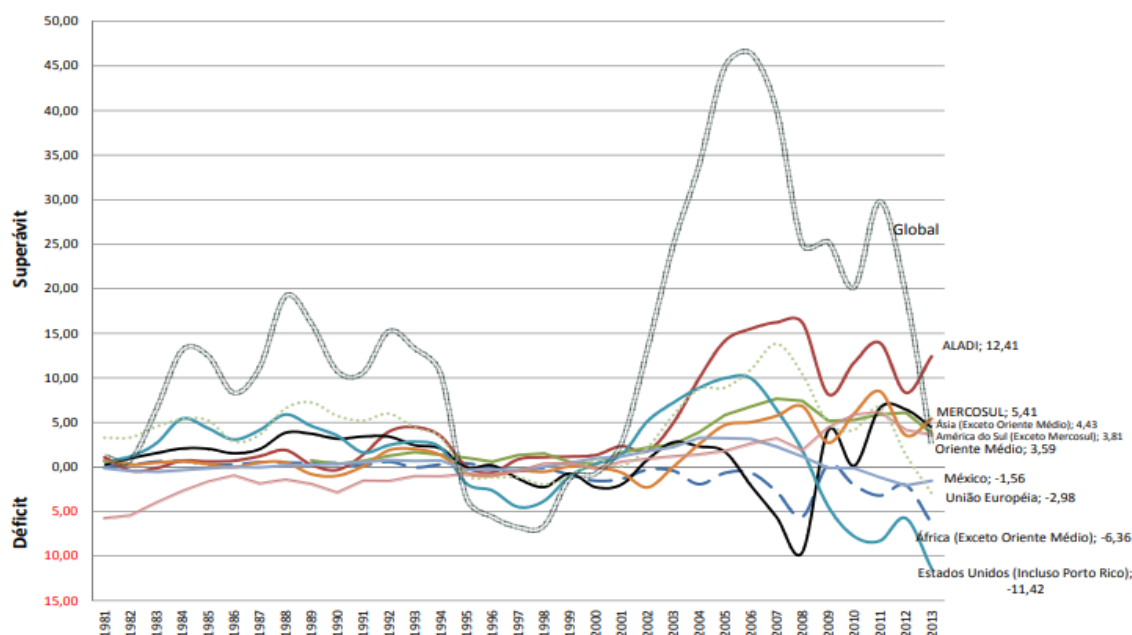
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE ⁶

Os anos 2000 também foram caracterizados pela evolução do comércio exterior, com uma balança comercial superavitária no saldo global, com saldo de US\$46,46 bilhões no ano de 2006, em contraste com o déficit da balança no saldo global durante a segunda metade dos anos 1990. Nota-se um aumento dos fluxos financeiros e tecnológicos e da sinalização do papel da maior inserção brasileira em mercados e fóruns internacionais. O Gráfico 5 apresenta os dados sobre o saldo da balança comercial brasileira (em bilhões de US\$) – por região e global – em série histórica no intervalo entre 1981 e 2013, evidenciando o crescimento do fluxo do comércio internacional no país no período.

⁶ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls>

Gráfico 5 - Balança Comercial Brasileira (Em Bilhões de US\$) (1981-2013)



Fonte: Divulgado no portal eletrônico do IPRI com dados do MDIC.⁷

Neste seguimento, observamos que o aumento do comércio internacional brasileiro sugere um paralelismo com o aumento da demanda por profissionais da área de RI, ao passo que, “vale lembrar que o peso das relações internacionais em um país não tem a ver apenas com comércio, mas também com o fluxo de capitais, a tecnologia, as finanças, o poder militar, a segurança, o meio ambiente, a cultura, os direitos humanos etc” (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 10).

Outro fator importante foi a diplomacia exercida nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), marcada por uma política externa engajada, sendo caracterizada por uma diplomacia “ativa e altiva”, expressão cunhada pelo então chanceler Celso Amorim. O período ficou marcado por um intenso programa de diplomacia presidencial, com viagens e visitas recebidas, complementado por uma ativa atuação de Celso Amorim e do assessor presidencial de assuntos internacionais Marco Aurélio Garcia na condução das dinâmicas da diplomacia brasileira. Um dado que mostra o aumento do engajamento internacional do país é o crescimento de representações diplomáticas no exterior no período. Houve um aumento aproximado de 40%, passando de 150 postos, em 2003, para 214 em 2010,

⁷ Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/rankings-de-periodicos/47-estatisticas/93-comercio-exterior>>.

um movimento que foi acompanhado, a partir de 2005, por uma alta na mesma proporção no número de diplomatas brasileiros, que passaram de 1 mil para 1,4 mil⁸.

Outros fatores também devem ser considerados na explicação sobre a expansão da área de RI, atentando-se que são similares aos encontrados em outras áreas do conhecimento. Ferreira (2015, p. 3) pontua que desde a década de 1990, o governo brasileiro criou uma sucessão de políticas para expandir a educação em todo o país, sendo um dos “atos mais importantes relacionados a esse contexto a promulgação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, como outras iniciativas importantes nos anos 2000 quando

várias outras leis regulamentaram a educação, incluindo a Lei 10.861 / 2004, que estabeleceu um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Universitária, a Lei 11.096 / 2005, que cria o PROUNI (Programa “Universidade para Todos”), através do qual o governo apoia estudantes com bolsas integrais para estudar em faculdades privadas e a Lei 5.622 / 2005, que regulamenta a educação a distância⁹ (FERREIRA, 2015, p. 3).

Importante assinalar que nos anos 90 e início dos anos 2000, as instituições educacionais federais enfrentaram sérios problemas, como infraestrutura insuficiente. Na tentativa de solucionar esses problemas foi criado, em 2003, o chamado Programa Expansão Fase I, “focado na construção de campi de universidades e institutos existentes nos estados brasileiros e na construção de novas universidades e institutos” (UFPR, 2012 *apud* FERREIRA, 2015, p. 3)¹⁰. Em 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que teve como conquista

a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Lei 6096/2007), também conhecida como REUNI. A Lei 6096/2007 teve como objetivo reunir o plano Programa de Expansão - Fase I e novas ações, contribuindo para o rápido crescimento das matrículas e a criação de novos programas em todas as áreas do conhecimento. Além da expansão das universidades privadas, em apenas 10 anos, a taxa de matrícula cresceu mais de 100% ¹¹ (Cesa, 2012 *apud* Ferreira, 2015, p.3).

⁸Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3712/brasil-aumenta-em-40-numero-de-representacoes-no-exterior-no-governo-lula>

⁹“In the 2000s, several other laws regulated education, including Act 10.861/2004, which established a National System for Evaluation of College Education, Act 11.096/2005, which creates the PROUNI (Program “University for All”), through which the government supports students with full fellowships to study in privately funded colleges, and Act 5.622/2005, which regulates distance education”.

¹⁰“[In] 2003, one of the most important public policies in education was created, the so-called *Programa Expansão Fase I*, and was “focused on building campuses of existing universities and institutes within the Brazilian states, and the construction of new universities and institutes” (UFPR 2012)”.

¹¹“One accomplishment of PDE was the creation of the Program for Restructuration and Expansion of Federal Universities (Act 6096/2007), also known as REUNI. Act 6096/2007 intended to gather the plan *Programa de Expansão–Fase I* and new actions, contributing to a fast growth in enrollment and the creation of new programs in all fields of knowledge. In addition to the expansion of private-funded universities, in only 10 years, the enrollment rate grew more than 100% (Cesa 2012)”.

O REUNI foi criado para lidar com os problemas estruturais nas universidades federais a fim de estabelecer as bases para a expansão de novas unidades no país, como constam em suas diretrizes gerais:

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (MEC, 2007).

Vigevani *et al.*, (2016, p. 19) apontam que, diante este cenário de adensamento intelectual, com o aumento do financiamento do ensino e da pesquisa por instituições como CAPES, CNPq e fundações de amparo à pesquisa estaduais (FAPs)¹², “a demanda por cursos de graduação gerou o fenômeno, também lógico e previsível, de translação da demanda, visando à ampliação dos cursos de mestrado e doutorado. Tornou-se necessário formar profissionais e docentes capazes de suprir o crescente mercado”. Consequentemente, houve aumento na procura por empregos mais qualificados e a ampliação do mercado de ensino, sobretudo na graduação, mas também em outros cursos, como as especializações (conhecidas como MBA – *Master in Business Administration*) (VIGEVANI *et al.*, 2016, p. 19).

1.2.3 O Investimento público em pesquisa e na pós-graduação

Neste panorama de investimento e ampliação da educação no ensino superior no Brasil nos anos 2000, houve incremento do investimento público especificamente para as Pós-Graduações em Relações Internacionais, que são foco desta pesquisa. Com a consolidação da área neste período, o Estado demonstrou preocupação e agiu pela consolidação e institucionalização da área de RI através de ações concretas como o edital Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino das Relações Internacionais, publicado em 2001, e o Edital Renato Archer, publicado em 2006, respectivamente pela Capes e pelo CNPq, sendo ambos resultados de ações combinadas entre o Ministério das Relações Exteriores e da comunidade acadêmica da área de RI.

O Edital San Tiago Dantas (STD), publicado em 3 de fevereiro de 2001, foi concebido para desenvolver o ensino de pós-graduação em RI em instituições públicas e tinha como objetivos relativos à área de RI “estimular a formação de recursos humanos em nível de pós-

¹² As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) são agências de fomento à pesquisa científicas e tecnológicas promovidas pelos governos estaduais no Brasil e possuem programas independentes de incentivo à inovação de acordo com as características de cada estado. Disponível em: <http://confap.org.br>, consultado em setembro de 2019.

graduação; fortalecer e ampliar os programas de pós-graduação existentes; e contribuir para a criação de novos programas pós-graduação” (Capes, 2001). O edital foi executado entre 2002 e 2007, dirigido a instituições públicas, mas admitindo-se a parceria com instituições privadas, na qualidade de associadas. Foram aprovados quatro projetos entre os onze apresentados, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), porém, ambos os programas deixaram de existir depois de alguns anos.

Na UFRGS foi criado, em 2011, o Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, com origem na Faculdade de Ciências Econômicas. Na UFF foi criado, em 2007, o Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos. Além destes, em 2001 foi criado o programa Tricampi (UNESP/Unicamp/PUC-SP) nomeado Programa San Tiago Dantas, que em 2003 diplomou sua primeira turma de mestrado e em 2011 iniciou o curso de doutorado. O PPGRI da UnB também foi contemplado pelo edital recebendo recursos importantes para o instituto (CAPES, 2008a).

O Programa Renato Archer foi estabelecido em junho de 2006, em parceria entre o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério de Relações Exteriores (MRE) com o concurso de grandes somas especialmente destinadas ao incentivo à pesquisa em relações internacionais, com ênfase nas questões prioritárias da política externa brasileira. De acordo com o Edital MCT/CNPq/CTInfra/CTVerde Amarelo nº 29/2006 (CNPq, 2006), o programa surgiu da consciência, compartilhada tanto por acadêmicos, como por autoridades governamentais, da necessidade de aproveitar essa favorável conjuntura, e criar um mecanismo inovador de incentivo à pesquisa em relações internacionais, considerando que a área de RI nas universidades brasileiras havia experimentado significativo desenvolvimento qualitativo e quantitativo na última década. Os temas apresentados pelo edital foram: Paz e Segurança Internacional; Estudos sobre Pólos de Poder; América do Sul; Desenvolvimento, Ciência e Inovação tecnológica e Normatividade e Governança Internacional. O valor global estimado de financiamento no edital foi de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e as instituições de ensino superior (IES) contempladas foram a PUC-Rio, a UnB, UFSM, UFRGS e o PPG em RI San Tiago Dantas, da UNESP, UNICAMP e PUC/SP.

Outras iniciativas foram importantes para a consolidação e expansão do ensino e pesquisa em RI. Entre elas, também no âmbito da Capes, está o edital PRÓ-DEFESA - Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional, publicado em parceria com o Ministério da Defesa, estabelecido na Portaria Interministerial n. 2.674/05. O programa revela uma “ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados ao

ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de Defesa Nacional” (CAPES, 2008b). Ele se enquadra nas diretrizes da Capes de indução temporária de áreas estratégicas, consideradas excepcionalmente priorizadas da política brasileira de ciência e tecnologia e consiste em conceder apoio financeiro aos projetos selecionados de acordo com os critérios definidos no Edital. O PRÓ-DEFESA tem como objetivo a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nessa área. O programa foi publicado quatro vezes - em 2005, 2008, 2013 e 2018 – e, embora não tenha intencionado especificamente os PPGRI, alguns deles se beneficiaram como o IRI da PUC-Rio; o IRI da USP e o PPG San Tiago Dantas, da Unesp, Unicamp e PUC-SP.

Além disso, foi divulgado em 2010 pela Capes o Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa (PPCP) com o MERCOSUL, com objetivo de estimular o intercâmbio de docentes e pesquisadores dos Estados membros e associados do bloco, vinculados a PPG de Instituições de Ensino Superior (IES), visando à formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento. A iniciativa foi importante, pois viabilizou atividades também nos PPGRI, “que foram beneficiados por já partirem de acúmulo de competência no tema de integração regional” (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 17).

Por fim, é fundamental citar o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPq, iniciado em 2008, que, embora envolvesse todas as áreas do conhecimento, teve como desdobramento o fortalecimento de PPG e cursos de graduação das universidades que dele participam, incluindo as de RI (CNPq, 2008). Igualmente importante foi o apoio das FAPs, “particularmente a Fapesp e a Faperj, que reitera a ideia de que a expansão da área de Relações Internacionais tem a ver com o aumento do financiamento do ensino e da pesquisa por instituições públicas, portanto pelo Estado (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 17-18).

A publicação destes editais promovidos pela Capes e pela CNPq demonstra o reconhecimento das RI como campo de conhecimento. Os resultados dessas iniciativas contribuíram para o fortalecimento da área, não só pelos resultados definitivos que produziram, mas por serem demonstração do reconhecimento por parte do Estado, particularmente do MEC, da relevância atribuída aos estudos de relações internacionais. Podemos notar que houve notável esforço por parte do Estado e que a iniciativa governamental incidiu em um quadro propício à expansão do ensino e pesquisa, com o aumento quantitativo e qualitativo de pesquisadores e estudos desenvolvidos na área.

1.2.4 A Associação Brasileira de Relações Internacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais

Uma manifestação visível do crescimento e consolidação das RI no Brasil foi a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em setembro de 2005. Associação científica baseada na cooperação entre as principais instituições de ensino superior e pesquisa em RI, a ABRI contribuiu para o aperfeiçoamento do ensino de graduação e pós-graduação na área, tendo como principais objetivos:

- a. estimular e difundir a produção acadêmico-científica em Relações Internacionais;
- b. incentivar o debate sobre o ensino, a pesquisa e o exercício profissional em Relações Internacionais;
- c. representar a comunidade acadêmica de Relações Internacionais no Brasil junto à comunidade científica nacional e internacional;
- d. representar esta comunidade junto aos órgãos da administração pública, direta e indireta, e junto a outras instituições de direito público e privado, relacionados ao ensino, à pesquisa, à difusão e ao fomento das atividades científicas;
- e. organizar, periódica e regularmente, congressos, encontros e seminários, em nível nacional e/ou regional¹³.

Do ponto de vista da institucionalização burocrática da área, a ABRI atuou com destaque ao abrigar a comissão de coordenadores para o encaminhamento do primeiro esboço da Diretriz Nacional de Currículos para RI, de forma a atender a regra da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional¹⁴ de 2005 (FERREIRA, 2015, p. 10). Ou seja, até aquele momento a área pautava seus *curriculums* em um documento criado na década 2000 intitulado “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” (Padrões de Qualidade em Programas de Relações Internacionais; JULIÃO, 2012) que visava “estabelecer os padrões mínimos para iniciar um programa de RI”, que foi “adotado provisoriamente pelo MEC como a principal ferramenta para credenciamento de novos graus de bacharel em campo” (FERREIRA, 2015, p. 10). No entanto, o referido documento de apenas quatro páginas, não fornecia detalhes adicionais sobre a forma como um programa de RI poderia ser conduzido e tampouco sugeria componentes adicionais de sua estrutura, surgindo, então, o desafio de propor quais seriam as diretrizes curriculares para a área.

O rumo e o conteúdo da área se consolidam com o documento normatizador do ensino dos cursos de graduação, a Resolução N° 4, de 04/10/2017, instituída no âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’S) do MEC a partir do parecer CNE/CES 243/2017. Segundo o Artigo 5° da Resolução N° 4, o curso de bacharelado em RI dever conter, enquanto projeto

¹³ Disponível em <https://www.abri.org.br>, consultado em setembro de 2019.

¹⁴ Brasil - Presidência da República. (2005). Decreto 5.622 / 2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu como diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm, consultado em setembro de 2019.

pedagógico, no âmbito de sua organização curricular, quatro eixos temáticos com as seguintes características: 1) eixo de formação estruturante; 2) eixo de formação interdisciplinar; 3) eixo de formação voltado para a atividade profissional e; 4) eixo de formação complementar. O eixo estruturante seria composto pelas seguintes disciplinas: Teorias das Relações Internacionais, Instituições, Regimes e Organizações Internacionais, Ciência Política, Política Externa, História das Relações Internacionais, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Defesa e Direito Internacional e Direitos Humanos (DIÁRIO OFICIAL, 2017, p. 18).

O documento descreve as especificações de cada eixo, mas evidenciamos aqui o eixo estruturante que assegura ao estudante o conhecimento considerado essencial à sua formação. Sobre os rumos traçados para o ensino de graduação de RI no Brasil pelo documento normatizador da área, Lessa *et al.* (2018, p. 3) analisam criticamente o documento, questionando se os critérios estabelecidos na Resolução N° 4 contemplam o projeto de estruturação de uma área com identidade própria, capaz de refletir a construção de um arcabouço, tanto metodológico, quanto teórico, de reflexão sobre a área de RI no país e na região. Dessa forma, os autores apontam para o papel do fator cultural nas relações internacionais, dimensão que estava marginalizada na estrutura curricular recém aprovada.

Outro elemento notado como ausente na estrutura curricular definida para a área são os estudos de mídia, que também denotam potencial para compreensão dos temas das relações internacionais. Lessa *et al* (2018, p. 6) argumentam e defendem a importância de uma perspectiva cultural como base constitutiva da identidade da área, uma vez que os estudos de cultura oferecem novas possibilidades de compreensão da realidade nacional e internacional, assim como outras perspectivas e abordagens epistêmicas para a área. Em uma disciplina que tem por vocação apreender realidades complexas e conflitantes e, conforme propomos nesta pesquisa, conjecturando o cenário nacional e regional nestes estudos, é preciso olhar criticamente para o documento normatizador da área, considerando o desenvolvimento de um projeto nacional voltado para uma formação crítica de profissionais, acadêmicos e não acadêmicos envolvidos com questões internacionais.

Uma contribuição importante para se pensar a área das RI é o relatório produzido por Villa *et al* (2017) no plano do Projeto *Teaching, Research & International Policy (TRIP)*, sediado pelo *Institute for the Theory and Practice of International Relations* da William & Mary College. O instituto passou a acompanhar a expressiva expansão da área de RI no mundo, a partir de 2004 com a criação do projeto, com a ambição de cobrir uma vasta área geográfica que reúne trinta e dois países. O propósito do Projeto, conforme consta em seu site, é:

reunir dados e análises sobre a disciplina das relações internacionais, para entender como os acadêmicos e os formuladores de políticas usam a pesquisa de RI para entender a política internacional contemporânea. Grande parte do nosso trabalho aborda como, se é que todos, os estudantes e acadêmicos de RI se equipam para ajudar os formuladores de políticas a enfrentar esse mundo em rápida transformação¹⁵.

Antes da publicação do relatório, Tickner (2012) havia feito um estudo sobre os dados divulgados em 2012 pelo Projeto *TRIP*, com colaboração do professor Rafael Villa, que analisou a situação de ensino e pesquisa na América Latina. A análise considera que o predomínio da academia estadunidense em RI e sua manifestação em múltiplas formas já haviam sido bastante investigadas, mas que a maneira como essa suposta hegemonia se manifesta (ou não) nas práticas cotidianas de docência e investigação, assim como a autopercepção dos acadêmicos sobre si, foram menos exploradas (TICKNER, 2012, p. 6).

Dessa forma, Tickner considera que o Projeto *TRIP* constitui um complemento inestimável para esta discussão e propõe analisar esses aspectos da área na América Latina, representada por Argentina, Brasil, Colômbia e México. Com base nos dados do questionário feito com a comunidade acadêmica desses países, a autora seleciona cinco perguntas que considera centrais sobre ensino e pesquisa, que são: “Como a disciplina de RI é percebida na América Latina? Quem são os acadêmicos de RI da região? Como os acadêmicos do RI realizam seus cursos e treinam seus alunos? Como eles fazem suas pesquisas? E como eles entendem e analisam a política internacional?”¹⁶ (TICKNER, 2012, p. 7).

Algumas conclusões do estudo elaborado pela autora merecem destaque. Uma delas diz respeito ao reconhecimento mútuo existente entre as comunidades epistêmicas nacionais distintas na América Latina. Tickner constata que o reconhecimento está em níveis baixos, assim como são precários os níveis de circulação da produção intelectual. A autora observa que uma manifestação da falta de circulação e reconhecimentos regionais da produção latino-americana em RI aparece quando ela pede a identificação de quatro acadêmicos da região que produziram o trabalho mais interessante nos últimos cinco anos. Sobre isso, a autora nota que

Não apenas existe uma forte tendência ao “nacionalismo acadêmico” - isto é, a identificação dos membros da própria comunidade - como também não há consenso forte, evidenciado em altas porcentagens de identificação, ao reconhecer aqueles que produzem o trabalho com maior impacto no campo. De fato, os entrevistados identificam 232 acadêmicos diferentes (TICKNER, 2012, p. 9)¹⁷.

¹⁵ Disponível em <https://trip.wm.edu/>, consultado em julho de 2018.

¹⁶ “¿Cómo se percibe la disciplina de las RI en América Latina?; ¿quiénes son los académicos de las RI en la región?; ¿cómo conducen los académicos de las RI sus cursos y forman a sus estudiantes?; ¿cómo realizan sus investigaciones?; y ¿cómo entienden y analizan la política internacional?”.

¹⁷ “[N]o solo se observa una fuerte tendencia al “nacionalismo académico” – es decir, la identificación de miembros de la propia comunidad – sino que no existen consensos fuertes, evidenciados en porcentajes altos de

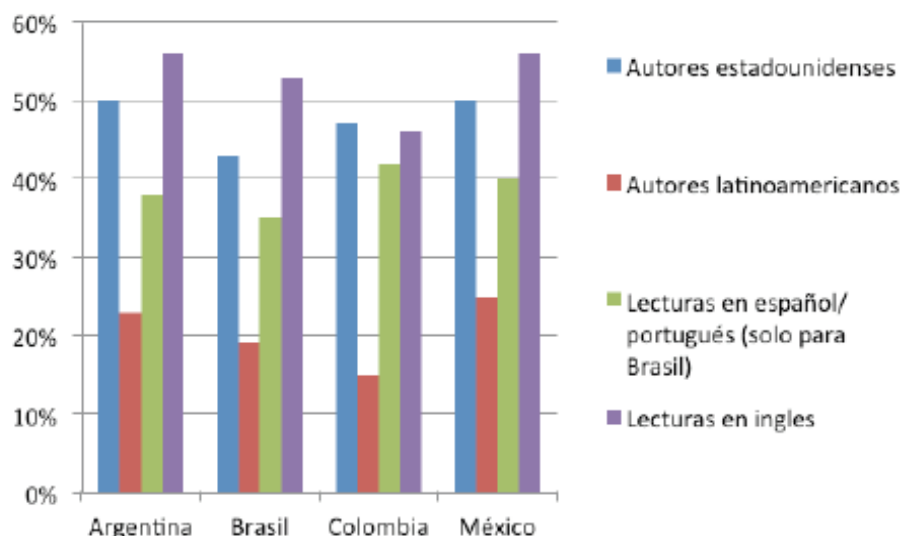
Em contrapartida, Tickner destaca que, não só nos países latino-americanos pesquisados, mas em todos os países onde o questionário do *TRIP* foi realizado, existe uma forte convergência na hora de identificar aqueles que tiveram maior influência nas RI e também aqueles que produziram o trabalho mais interessante, dado que as listas “são lideradas por acadêmicos americanos, incluindo Alexander Wendt, Robert Keohane, Kenneth Waltz, Joseph Nye, John Mearsheimer e James Fearon”, além de alguns britânicos e um canadense, “Barry Buzan, Susan Strange, Andrew Hurrell e Robert Cox, que ocupam lugares menos predominantes na hierarquia” (TICKNER, 2012, p. 9)¹⁸. Nas respostas dos questionários, enviados a 20 países, não existe sequer um acadêmico fora da América do Norte e Grã-Bretanha entre os primeiros 20 identificados cujos trabalhos tenham sido citados como influentes ou interessantes.

Outro aspecto evidenciado pela autora no ensino nas RI diz respeito às leituras recomendadas. Nesse ponto, Tickner concentra sua análise nos níveis de graduação e mestrado, já que a docência em turmas de doutorado é consideravelmente menor. Sobre os idiomas das leituras indicadas, a maioria dos textos estão escritos em inglês e mesmo quando as leituras atribuídas são em espanhol ou português, os dados sugerem que muitos deles constituem trabalhos traduzidos por autores americanos, indicando que “o inglês [como] a língua franca da disciplina de relações internacionais na América Latina (e no resto do mundo), mais uma vez confirma que os autores americanos ocupam um lugar dominante dentro dela” (TICKNER, 2012, p. 14). A assimetria existente em termos de idioma se aprofunda quando analisamos a porcentagem de autores latino-americanos *versus* estadunidenses, visto que há uma grande presença de autores dos EUA, enquanto o peso de autores de América Latina é marginal. O México é o país cuja comunidade acadêmica confere maior importância a autores latino-americanos, com suas leituras correspondendo a 25% de seus cursos, seguido pela Argentina com 23%, Brasil com 19% e Colômbia com 15% (TICKNER, 2012, p. 14). O Gráfico 6 apresenta os dados cruzados sobre a origem dos autores lidos nos cursos do RI com o idioma em que os textos atribuídos nos quatro países estão escritos.

identificación, a la hora de reconocer a quienes producen el trabajo de mayor impacto en el campo. De hecho, los encuestados identifican a 232 diferentes de académicos”.

¹⁸ “Ambas listas son encabezadas por académicos estadounidenses, entre ellos Alexander Wendt, Robert Keohane, Kenneth Waltz, Joseph Nye, John Mearsheimer y James Fearon, mientras que varios británicos y un canadiense, Barry Buzan, Susan Strange, Andrew Hurrell y Robert Cox, ocupan lugares menos predominantes en la jerarquía”.

Gráfico 6 - Origem dos autores e idiomas dos textos das leituras recomendadas



Fonte: Tickner (2012, p. 15)

Em relação ao ensino de teoria de RI, os resultados do *TRIP* apontam que os três paradigmas usados com maior frequência nos cursos introdutórios de graduação na América Latina são Realismo, Liberalismo e Construtivismo, tendência que se confirma nos demais países analisados, ainda que “os professores latino-americanos tendam a favorecer mais o realismo no ensino do que os respondentes médios. Depois de Hong Kong (36%), Colômbia (35%) e Argentina (35%) são os lugares onde esse paradigma tem maior peso”¹⁹ (TICKNER, 2012, p. 15). A pesquisa sugere, então, que o ensino de RI se limita aos parâmetros americanos, já que na maioria das vezes um curso é dedicado ao estudo de paradigmas como realismo e liberalismo. Pode-se notar, então, que os professores da América Latina dependem principalmente de autores baseados nos Estados Unidos para ensinar.

Dados publicados no Data TRIP de 2014, que cobriu cinco países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) mostram informações importantes sobre a área de RI no Brasil, a maior comunidade epistêmica de RI na América Latina. Notamos especialmente o relatório produzido por Villa *et al* (2017) que nos permite observar a evolução quantitativa e qualitativa da área no país. Neste relatório, Villa *et al* (2017, p. 225) buscam não só divulgar as principais tendências para a comunidade latino-americana de RI diante dos

¹⁹ Estas preferencias teóricas siguen la misma tendencia observada en los demás países analizados, aunque el profesorado latinoamericano tiende a privilegiar más al realismo en su docencia que el promedio de los encuestados. Después de Hong Kong (36%), son Colombia (35%) y Argentina (35%) los lugares donde este paradigma tiene mayor peso.

crescentes esforços de construir um arcabouço, tanto metodológico, quanto teórico, de reflexão sobre a área no país e na região, mas propõem “refletir sobre uma possível identidade em ascensão, qual seja, em maior ou menor medida, dissonante da irradiada pelas comunidades anglo-saxônicas de relações internacionais, consideradas *mainstream* na disciplina de RI”.

Neste sentido, atentando para a questão do ensino em RI, o cerne desta pesquisa, notamos as observações do relatório para este seguimento, assim como a questão sobre a predominância estadunidense do campo. Antes, os autores pontuam que “qualquer generalização que se faça deve ser balanceada pelo fato de se tratar de um *survey* que alcançou aproximadamente 55,4% da comunidade identificada naquela ocasião (VILLA *et al*, 2017, p. 255).

Em relação ao ensino, o relatório examina, entre outras questões, quais são os autores considerados mais influentes nas RI. Examinando os resultados de cada país, nota-se que as comunidades de RI da região tendem a ter visões parecidas neste aspecto, com autores estadunidenses dominando as listas ou *ranking* de autores mais influentes na área, como apontado anteriormente com o estudo de Tickner (2012) sobre os dados do *TRIP* de 2012. A Tabela 1 mostra quais foram os autores considerados mais influentes nas comunidades latino-americanas.

Tabela 1 - Autores mais influentes da disciplina de RI por país

Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México	
Alexander Wendt	45,7	Alexander Wendt	35,3	Alexander Wendt	46,7	Alexander Wendt	48,1	Robert O. Keohane	28,4
Robert O. Keohane	25,7	Joseph S. Nye Jr	32,4	Joseph S. Nye Jr	40,0	Joseph S. Nye Jr	30,8	Alexander Wendt	18,9
Barry Buzan	25,7	Robert O. Keohane	30,0	Robert O. Keohane	33,3	Kenneth Waltz	25,0	Joseph S. Nye Jr	17,6
Robert W. Cox	20,0	Barry Buzan	27,1	Francis Fukuyama	20,0	Barry Buzan	23,1	Kenneth Waltz	13,5
Joseph S. Nye Jr.	20,0	Kenneth Waltz	21,2	Samuel P. Huntington	20,0	Robert O. Keohane	23,1	Samuel P. Huntington	10,8

Fonte: Malianiak *et al* (*apud* Villa *et al*, 2017, p. 248).

O relatório sinaliza que as cinco comunidades identificam como mais influentes autores estadunidenses de perspectivas teóricas tradicionais positivistas (liberais e realistas), ao passo

que quase todos, com exceção do México, indicam também um autor construtivista como mais influente daquele país (MALIANIAK *apud* VILLA *et al*, 2017, p. 248). Encaminha-se, assim, para a predominância estadunidense na área de RI, algo que o relatório confirma com os dados do TRIP 2014 quando são listadas as revistas consideradas mais influentes, reforçando a percepção sobre o domínio estadunidense na produção científica da área.

No *survey* do TRIP 2014, com referência à consideração de Stanley Hoffman (1977) sobre a disciplina de RI ser uma ciência social norte-americana, também foi perguntado sobre a disciplina ser dominada basicamente pela produção, paradigmas e metodologias norte-americanas. O relatório mostra que há uma dissonância entre os países, principalmente entre a posição do Brasil e do México, conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 - Perspectiva sobre a dominância dos Estados Unidos na disciplina por país

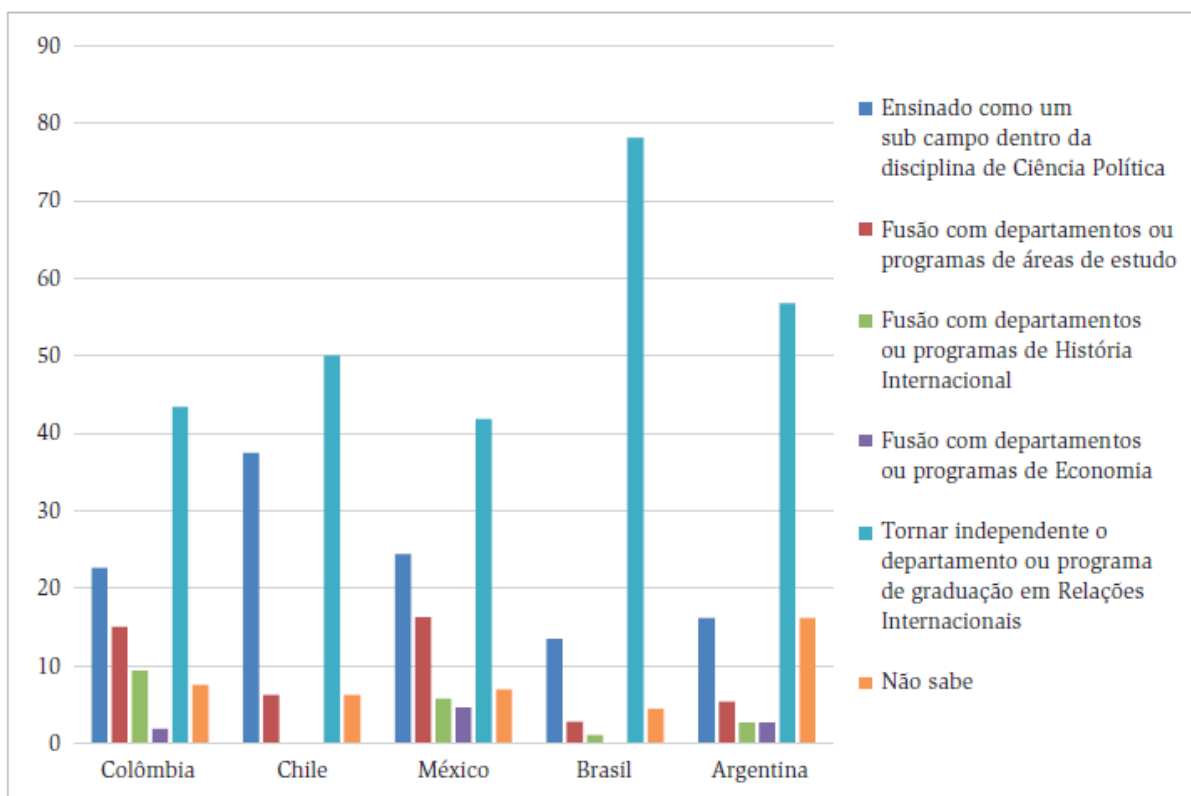
	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México
Discordo fortemente	9,09	22,77	0	5,88	4,65
Discordo	13,64	57,43	9,09	8,82	32,56
Não discordo nem concordo	22,73	1,98	9,09	11,76	13,95
Concordo	50	8,91	72,73	58,82	39,53
Concordo fortemente	4,55	8,91	9,09	14,71	9,30

Fonte: Malianiak et al (*apud* Villa et al, 2017, p. 245).

Villa *et al* (2017, p. 245) expõem que existe consenso entre as comunidades latinoamericanas sobre a disciplina ser dominada pelos Estados Unidos. No entanto, enquanto no Chile 72,73% dos entrevistados concordam, no Brasil, aproximadamente 80% dos entrevistados, discordam ou discordam fortemente dessa afirmação, indicando que a comunidade brasileira se destaca entre as demais pela “discordância e resistência quanto à predominância incontestada dos Estados Unidos na área”.

Por último, um aspecto interessante analisado no relatório diz respeito ao grau de autonomia da área de RI. Foi questionado, no âmbito dos programas de doutorado, se os docentes consideram que os programas de RI deveriam tornar-se programas de departamento com algum grau de autonomia ou que a disciplina seja ensinada como um subcampo dentro da ciência política, sendo a terceira possibilidade se fundir com estudos de área de departamentos ou programas. O resultado pode ser notado no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Considerações acerca da autonomia do campo das RI



Fonte: Malianiak et al (apud Villa et al, 2017, p. 236).

Neste quesito, destacam-se os docentes brasileiros que defendem, com percentual de quase 80%, tornar independente o departamento ou programa de graduação em RI. As opções menos consideradas foram a fusão “com departamentos de economia e de história, mostrando, assim, uma forte preferência para que a área se estabeleça de forma autônoma e independente das demais, ou mesclando-se com departamentos de ciência política, como tem sido a tendência norte-americana” (MALIANIAK *apud* VILLA *et al*, 2017, p. 236).

O relatório revela que no Brasil, face à extensão geográfica que os 166 cursos de RI devem cobrir para assegurar a formação oferecida, alguns dados importantes chamam a atenção, como a prevalência de paradigmas estrangeiros e a influência de teóricos norte-americanos. Em relação ao expressivo surgimento dos novos cursos de graduação e PPG, Lessa (2005, p. 10) pontua que “não se verificou concomitantemente o desenvolvimento de abordagens teóricas originais, [...] [sendo] extremamente populares os aparatos teóricos produzidos nos Estados Unidos”.

Observado o panorama sobre as RI no Brasil, percebemos a notória expansão do número de cursos de graduação, acompanhado pela criação de novos PPG, desde o início deste

século, o que indica a grande influência da área no espectro acadêmico, sua valoração social na competição com outras formações e o status da esfera internacional na vida nacional.

A influência teórica estrangeira sobre a comunidade brasileira de RI e o distanciamento dessa comunidade de uma produção latino-americana são fenômenos que têm sido observados suscitando abordagens críticas por parte da nova geração de internacionalistas. Nesse contexto, a crítica sobre a influência da produção norte-americana, presente desde os primórdios da área no Brasil, assinalada por autores como Miyamoto (1999; 2003), Fonseca Jr. (2011), Herz (2002), Gonçalves e Monteiro (2015), entre outros, tem mobilizado os debates sobre a validade do emprego de teorias norte-americanas voltadas para as agendas da política externa brasileira.

Esse quadro do campo das RI no Brasil nos levou à pergunta central desta pesquisa: em que medida essa expansão da área se traduz em uma agenda própria de ensino, identificada com os desafios nacionais e regionais face ao mundo globalizado? E mais: existe uma agenda nacional de pesquisa, orientada por uma abordagem teórica nacional? A comunidade brasileira de RI compartilha uma agenda latino-americana de pesquisa orientada para a análise dos problemas regionais? Existe uma abordagem teórica regional sobre a política internacional? Ou, ainda, a formação em RI afirma uma identidade que, teoricamente, problematiza a inserção do Brasil no mundo? Ou que problematiza a relação centro – periferia?

O cerne da pesquisa, portanto, é uma análise dos *curriculums* de ensino dos PPGRIs que nos permitirá observar a ocorrência de temáticas nacionais e/ou do pensamento brasileiro e/ou latino-americano na formação em foco. Para tanto, primeiramente, consideramos importante apresentar um balanço sobre o pensamento brasileiro e latino-americano suscetível para as RI destacando brevemente sua trajetória e importantes expoentes neste âmbito.

1.3 Um balanço sobre o pensamento brasileiro e latino-americano nas Relações Internacionais

Nesta seção, procuramos recuperar e fazer um balanço de importantes autores e trabalhos no âmbito do pensamento brasileiro que se dedicam às análises internacionais, contextualizando as dinâmicas nacionais e internacionais em que estavam inseridos. Para tanto, referenciamos também reflexões e estudos importantes feitos por outros pesquisadores que se dedicaram a esta iniciativa. Com isso, buscamos expor a preocupação e dedicação que existe de longa data com os assuntos internacionais, ainda que, com a institucionalização da área de

RI, estes autores muitas vezes não sejam privilegiados. Seguidamente, faremos este mesmo esforço com relação ao pensamento latino-americano, elencando autores latino-americanos com interesses sobre a região e os países que dela fazem parte no âmbito dos estudos internacionais.

Ao propor um exame do pensamento de cunho nacional e regional para as questões internacionais, pontuamos que os estudiosos e cientistas fazem parte das relações sociais de seu lugar e de seu tempo. Dessa forma, como afirmam Gonçalves e Monteiro (2015, p. 57), em um mundo dividido em Estados-nação, o vínculo nacional do cientista constitui importante fator condicionante de seu trabalho. Na área das RI, além de promover conhecimento para a formação de cidadãos conscientes e informados, é importante assinalar “que os principais interessados no conhecimento produzido pelos estudiosos das Relações Internacionais são as instituições do Estado envolvidas diretamente nas relações internacionais” (GONÇALVES E MONTEIRO 2015, p. 57). Por esta razão, há financiamento estatal nestes estudos, por meio de reconhecimento de cursos, financiamento de pesquisas, entre outras, indicando que a inscrição social do cientista tem um peso significativo na produção do conhecimento e que sua perspectiva do mundo é um elemento condicionador de seu estudo (GONÇALVES E MONTEIRO, 2015, p. 57).

Santos (2005, p. 13) também reflete sobre a nacionalidade como fenômeno subjacente à construção do conhecimento e “se o Estado-nação, ainda que não único, é o ator privilegiado da história das relações internacionais, este é, sem dúvida, um campo de estudos em que o fenômeno da nacionalidade se manifesta de forma privilegiada”. O papel social do cientista embasa o argumento que perpassa toda a pesquisa e uma reflexão sobre este papel é feita no último capítulo deste texto, mas é importante pontuá-lo uma vez que retomamos aqui autores e trabalhos dedicados ao âmbito internacional com base no país e região de onde produzem seu conhecimento.

Fonseca Jr. (1998), cuja condição e carreira de diplomata deve ser ressaltada quando elencamos sua obra, argumenta sobre a existência de elementos que, no marco de uma sociedade nacional, mostram a possibilidade de que exista “um pensamento sobre determinado aspecto de sua realidade”. Esses elementos seriam: a existência de uma intelectualidade que analisa e interpreta formas de organização e interação da sociedade em que vivem; a existência de instituições que abrigam esses pensadores e que, por meio de patrocínio, levem adiante suas análises e promoção de publicações; a fertilização, por esse pensamento, com as naturais adaptações, do debate público e da informação veiculada pelos meios de comunicação de massa, de forma que venha a ter algum tipo de ‘peso’ na definição da própria realidade que

retrata”; assim como “a presença de correntes contraditórias, escolas diferenciadas, que deem movimento ao pensamento, para que este ganhe densidade e se torne uma referência confiável para quem queira compreender a realidade” (FONSECA, 1998, p. 251).

Com isso, no marco da sociedade brasileira, buscamos identificar alguns de seus principais expoentes. A princípio, destacaram-se aqueles que se dedicavam à história diplomática do país. Santos (2005) reconhece a importância dos estudos relacionados à história diplomática nas origens da constituição da área, argumentando que a trajetória dos cursos de RI no Brasil tem seu início nos estudos de história diplomática e que a disciplina que se convencionou chamar de História das Relações Internacionais teria sido o primeiro campo da área a ser desenvolvido. A autora nos mostra que a história diplomática tinha como característica ser escrita pela elite intelectual, que muitas vezes se confundia com a governamental, com historiadores como “Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras, nomes que ilustram a atividade de pesquisa sobre a história diplomática brasileira e a prática dessa diplomacia” e destaca também o que chama “um grupo intermediário de pesquisadores, entre os quais sobressaem Hélio Vianna e Delgado de Carvalho” (SANTOS, 2005, p. 25).

Gonçalves (2007) faz uma reflexão fundamental sobre a história diplomática e história das relações internacionais e a importância do historiador José Honório Rodrigues para esta passagem no Brasil. Inicialmente, o autor apresenta as diferenças entre História Diplomática e História das Relações Internacionais, que se dá sobretudo por seu procedimento metodológico, e afirma que o nascimento desta se dá a partir daquela (GONÇALVES, 2007, p. 15). As divergências também se dão do ponto de vista do objeto de estudo, de modo que a história diplomática constitui um tipo de história institucional, em que os historiadores acreditam alcançar a verdade histórica por meio documental, e, de acordo com Santos (2005, p. 14) “é provavelmente um dos campos em que o elogio da nacionalidade aparece da forma mais evidente, [e] daí a desqualificação que tem sofrido esse campo há várias décadas e o aparecimento da História das Relações Internacionais”.

Sobre a produção de História Diplomática no Brasil, ela se deu principalmente durante a primeira metade do século XX, quando

os objetos prioritários da produção brasileira eram formados pelas questões de limites, pela Independência e pela República. Como para os historiadores europeus, a questão central para os historiadores brasileiros era a história da formação e da consolidação do Estado brasileiro, no que dizia respeito às suas relações com os demais países (GONÇALVES, 2007, p. 20).

Também é ressaltado o papel que a Primeira Guerra teve sobre o interesse pela história diplomática no Brasil “numa necessidade de revelar a verdadeira identidade do Brasil”, assim como o papel desempenhado pelo Barão do Rio Branco que solucionou de forma pacífica os problemas de fronteira do país com os países vizinhos (GONÇALVES, 2007, p. 20).

Sobre o processo de passagem a História das Relações Internacionais, Gonçalves (2007, p. 15) pontua que “a revisão das bases teórico-metodológicas sobre as quais a História Diplomática se assentava teve como fonte de inspiração, em larga medida, a discussão travada no interior da disciplina Relações Internacionais a respeito de sua própria cientificidade”. Assim, a História das Relações Internacionais se consolida com divergências em relação à metodologia e à definição do objeto, com a proposta de uma pesquisa mais abrangente que, embora não subtraia a importância do Estado e a documentação diplomática, considera fundamentais também os processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

No âmbito de reformulação do conhecimento, Pierre Renouvin foi o historiador que obteve maior reconhecimento no empenho na superação pela História das Relações Internacionais, com destaque para a publicação de *Histoire des relations internationales*, entre 1954 e 1958, enquanto, no Brasil, este papel se atribui a José Honório Rodrigues (GONÇALVES, 2007, p. 24). Em sua obra, notadamente na década de 50, o historiador passa a condição de historiador participante e “desde então, participou ativamente do debate nacional acerca dos rumos do desenvolvimento brasileiro, fazendo do conhecimento histórico a base de sua intervenção” (GONÇALVES, 2007, p. 37). Santos (2005, p. 25) igualmente destaca os trabalhos seminais do historiador e sua dedicação a aspectos ligados às relações internacionais do Brasil, indicando que ele “também é considerado o ‘pioneiro na análise de política externa’ do Brasil” (SANTOS, 2005, p. 20).

Na década de 1950, destaca-se o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) onde intelectuais de diversas procedências, civis e militares, se reuniram nos cursos promovidos na instituição a fim de “elaborar uma concepção geoestratégica condizente com a nova condição de país em desenvolvimento que o Brasil assumia” (GONÇALVES, 2007, p. 32). No contexto de pós Segunda Guerra Mundial e de ordenação bipolar do sistema internacional, ocorreram importantes mudanças no ambiente internacional, como o movimento do Terceiro Mundo, com destaque para a Conferência de Bandung de 1955, na qual os países emergentes denunciavam o colonialismo, o racismo e o bipolarismo como entraves ao desenvolvimento socioeconômico. Este foi, nas palavras de Gonçalves (2007, p. 32), “um ambiente intelectual extremamente rico em questões que desafiavam os que perseguiram a construção de uma ideia de ser nacional”. Em contexto de grande efervescência nacionalista, um marco neste período foi a criação do Instituto

Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, que tinha entre suas motivações pensar sobre o nacional-desenvolvimentismo e o papel do Brasil no mundo. O marco desse momento foi o trabalho de Hélio Jaguaribe, como o livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado em 1958, que trata diretamente da inserção do Brasil no sistema internacional.

É importante registrar, também, a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), em 1954, quando o Palácio do Itamaraty acolheu um grupo de funcionários governamentais, incluindo diplomatas, e de representantes da vida civil e da iniciativa privada, com o objetivo de “realizar, promover e incentivar estudos sobre problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil” (ALMEIDA, 2004, p. 223). Segundo Almeida (2004, p. 225), por meio de seus membros, o IBRI “contribuiu de modo insofismável para a elevação dos padrões de análise, diagnóstico e formulação de políticas alternativas na frente externa”, tendo como grande êxito o lançamento da *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, a partir de 1958. A produção da revista encontrava-se no plano das opiniões mais próximas da política oficial e “após a morte de seu idealizador e editor, Cleantho de Paiva Leite, a revista ressurgiu, em formato mais acadêmico, em 1993, patrocinada por um grupo de professores da Universidade de Brasília” (FONSECA, 1998, p. 258). Almeida (2004, p. 225) destaca a relevância da RBPI, apontando que ela

desempenhou um importante papel na difusão de matérias e documentos relativos à política internacional, às relações exteriores do Brasil, bem como ao próprio pensamento e prática brasileira em temas de política externa. Decana das revistas brasileiras de relações internacionais, a RBPI preenche um papel de relevo em nossa cultura política e acadêmica, reunindo, nas dezenas de volumes editados ao longo de quase meio século, um somatório extremamente rico e variado de informações, análises e documentos sobre a política internacional e as relações exteriores do Brasil. Ela constitui, assim, uma “memória escrita” privilegiada sobre a política externa brasileira e uma fonte de referência indispensável para toda pesquisa acadêmica sobre as relações internacionais nas últimas quatro décadas e meia.

Ainda na década de 1950, surgem os argumentos de San Tiago Dantas e Golbery do Couto Silva considerados “dois dos principais protagonistas do debate que mobilizava a inteligência nacional a respeito do desenvolvimento do Brasil e da inserção brasileira no sistema internacional de poder” (GONÇALVES, 2007, p. 32). O texto *Geopolítica do Brasil*, do general Golbery do Couto e Silva, escrito no fim dos anos 1950, destaca-se neste período como o principal articulador teórico das ideias que circulavam no interior da Escola Superior de Guerra (GONÇALVES, 2007; MIYAMOTO, 1993, p. 213). Miyamoto (1999, p. 84) afirma que no Brasil, “o caráter dessa produção militar, às vezes também diplomática, sempre foi mais de cunho geopolítico, fazendo projeções sobre o ‘Brasil Potência’ ou a respeito do papel desempenhado pelas fronteiras na história nacional”.

A partir dos anos 1970, observa-se uma crescente influência intelectual na região de autores como o general Carlos de Meira Mattos, o general Mário Travassos, autor de *Projeção Continental do Brasil*, o general Golbery do Couto e Silva, o ex-embaixador Álvaro Teixeira, e a geógrafa Therezinha de Castro. A publicação da revista *Estratégia*, cujo título expressa a preocupação dominante desses autores, constituiu-se como o principal canal de difusão desse ideário político-militar promovido por seu diretor, o general de reserva Juan Enrique Guglielmelli, e seus principais colaboradores: Carlos Mastrorilli e Oscar Camilión (MIYAMOTO, 1999, p. 84).

Já San Tiago Dantas, que foi chanceler durante o período parlamentarista do governo João Goulart, está entre os pensadores explícitos que tiveram influência direta sobre a nacionalização das concepções de política exterior. O termo de Política Externa Independente (PEI) foi cunhado para expressar a concepção de atuação internacional que buscava desenvolvimento pela política exterior, visando os interesses nacionais, sem os alinhamentos automáticos do ambiente internacional, da qual San Tiago Dantas foi um de seus principais articuladores e tradutores. Como pontua Ribeiro (2016, p. 5), através de suas formulações teóricas e de sua ação política, Dantas procurou influenciar o debate público e a política interna e externa, colocando “desenvolvimento econômico, reformas sociais distributivistas e regime democrático” como “três categorias indissociáveis” de seu pensamento e de suas propostas políticas para o Brasil. Dessa forma, de acordo com seus textos produzidos, bem como documentos e correspondências, vemos que, para Dantas, assim como outras políticas públicas, a política externa deveria servir ao desenvolvimento nacional. Neste contexto, destacamos a revista *Política Externa Independente*, como produção de maior repercussão sobre o processo internacional, que contou com três números editados entre 1965 e 1966.

Outro pensador sobre o cenário internacional com importante desempenho foi Araújo Castro, que também atuou como ministro das Relações Exteriores do governo João Goulart. Através da sua experiência diplomática, Castro criticou práticas da política internacional e incorporou novos elementos ao pensamento brasileiro, como o conceito de “congelamento do poder mundial”. A partir desta noção, Araújo Castro faz críticas a estrutura do sistema internacional imposta pelos EUA e a União Soviética como o maior obstáculo à política exterior do Brasil, propondo o nacionalismo como alternativa, reivindicando uma maior participação do Brasil nos mercados mundiais e uma parcela maior de influência nas decisões multilaterais (CERVO, 1994, p. 21).

O golpe militar de 1964 interrompeu parte dessa reflexão. Neste período, não só os estudiosos das relações internacionais, pontua Miyamoto (1999, p. 87-88), como os da Ciência

Política e das outras Ciências Humanas igualmente sofriam as consequências da repressão nas universidades, manifestadas nas inúmeras cassações desde 1964, perseguições e censura que também afetaram outros âmbitos da sociedade.

Em relação ao pensamento entre os militares, estes também mantiveram o interesse em uma atuação internacional visando o desenvolvimento nacional, todavia, por estratégias diferentes. O período militar, segundo Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 242-243), divide-se em dois, com o primeiro iniciando em 1964, com Castelo Branco, até o governo Médici, em 1974, quando, de modo geral, os elaboradores nacionais viam que o fortalecimento do poder nacional se daria mediante uma atuação político-diplomática alinhada com o bloco ocidental. O segundo, iniciado com Geisel, em 1974 e encerrado no fim do governo José Sarney, em 1990, caracterizou-se pelo rompimento com as “fronteiras ideológicas” e tinha como matriz teórica da nova estratégia a mesma da PEI e, no entanto, com condições de realização substancialmente diferentes.

A partir de meados dos anos 1970 notamos que a área de RI e as que diziam respeito a questões estratégico-militares passaram a adquirir maior importância, ainda que de forma modesta, o que pode ser entendido através

[das] mudanças no plano político-institucional, com o fim da censura e a política de abertura “lenta e gradual”, como se dizia no governo do general Ernesto Geisel, bem como eleições livres e diretas em 1974, (logo sufocadas pela Lei Falcão e pela indicação do senador biônico), a anistia em 1979, o final dos atos de exceção e a alteração do sistema partidário, [que] fizeram com que a área de Relações Internacionais passasse a ocupar maiores espaços (MIYAMOTO, 1999, p. 88)

Ademais, as análises internacionais passaram a ganhar maior relevância devido ao padrão de inserção internacional do Brasil neste período que “buscava mais autonomia e distanciamento com relação às injunções da política internacional ‘ditada’ pelas grandes potências” (FONSECA E SANTOS, 2009, p.360). Esta iniciativa e busca da política externa brasileira “se refletiam na mais do que modesta relevância que se conferia ao estudo do sistema internacional e da atuação internacional do Brasil” (FONSECA E SANTOS, 2009, p. 360). O ambiente internacional também despertou interesse dos pesquisadores brasileiros sobre as ordens institucional, comercial e financeira internacionais, que resultou, segundo Herz (2002, p. 17), em muitos trabalhos com foco sobre o processo de internacionalização da economia e a concentração dos mercados e de produção. Herz (2002, p. 16) igualmente evidencia que os trabalhos que buscavam compreender a “política externa brasileira incorporando um conjunto mais complexo de variáveis e suprimindo insuficiências empíricas importantes são produzidos, destacando-se a inclusão de instrumentos teóricos e analíticos por Maria Regina Soares de

Lima”. Com isso, conforme vimos anteriormente sobre o desenvolvimento institucional da área de RI no Brasil, é no final dos anos 1970 que teria começado a se delinear, no mundo universitário, uma reflexão mais claramente voltada para o internacional.

Ainda na década de 1970, evidenciamos que as contribuições mais significativas para o entendimento do sistema internacional encontram-se nos estudos da economia política internacional, com a Teoria da Dependência, que discute as formas de inserção do país no sistema internacional capitalista, sendo reconhecida mundialmente como o aporte latino-americano mais importante aporte latino-americano para a compreensão do sistema internacional. Contribuíram para a formulação do pensamento dependentista as obras de Cardoso e Faletto (1970); Santos (1978); Figueiredo (1978). A Teoria da Dependência obteve notoriedade regional e repercussão nos países latino-americanos, por isso trataremos sobre sua relevância para a América Latina mais adiante neste texto.

Nos anos 1980, podemos encontrar mais estudos estritamente acadêmicos, especialmente sobre a política exterior do Brasil. O processo de redemocratização, a partir da metade da década, permitiu “tornar mais transparentes os acessos a fontes documentais, levando inclusive à abertura gradual da documentação depositada nos arquivos dos órgãos do poder público”, como os do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (LESSA, 2005, p. 6). Esse fato contribuiu para o surgimento de análises com uma base empírica mais densa, em especial em trabalhos sobre a política exterior, conforme Vigevani *et al* (2016, p. 6) designam, pelo “jovem grupo de Brasília, com nomes como Amado Luiz Cervo, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Estevão Rezende Martins, José Flávio Sombra Saraiva e Clodoaldo Bueno, este último da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília”, além de outros importantes estudiosos como Gerson Moura, no Rio de Janeiro e Paulo Vizentini e Ricardo Seitenfus, no Rio Grande do Sul.

Entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990, a transição para o regime democrático resultou, então, em um novo estímulo para a pesquisa e o ensino na área, além das transformações no cenário internacional que exigiam novas reflexões. Com o pós-Guerra Fria, surge uma diversidade maior de atuação interno-externo para além do âmbito estatal, quando encontramos cada vez mais “atores sociais, no plano interno, em constante interação com atores de outros países, sobretudo pela ligação entre ONGs”, resultando,

de um lado, que, além da universidade, outros atores produzem conhecimento que interessa ao processo diplomático e, mais do que isso, os novos atores [...] ganham o direito de participar dos processos de formulação diplomática, especialmente nas grandes conferências temáticas das Nações Unidas (FONSECA, 1998, p. 284-285).

A década de 1990 representou uma série de ajustes e desafios para o emergente campo das RI, quando, segundo Vizentini (2005, p. 22-24), começou-se a criar uma dinâmica própria de pensamento, “dado que o espaço dedicado às relações internacionais tanto no ensino como na pesquisa, no mercado editorial e na mídia era relativamente restrito, não havendo uma política específica de publicação de textos ou de formação de analistas e professores” e, neste período, com avanços patentes na produção e na disseminação de um conhecimento de ponta.

Ao fazer este balanço, complementamos com mais alguns aspectos importantes sobre o pensamento brasileiro em RI. Amado Cervo (1994, p. 17), nos anos 1990, faz uma avaliação positiva sobre a produção deste pensamento, afirmando que “a intelectualidade brasileira contribuiu para acoplar aos esforços internos do desenvolvimento o curso da política exterior, num sentido funcionalista”. No entanto, o autor considerava que ainda faltava o desenvolvimento de construções teóricas originais, principalmente quando algumas produções não são consideradas teorias de relações internacionais, como a Teoria da Dependência:

A não se considerar como teoria das relações internacionais as teorias da dependência e as derivações da teoria do liberalismo que floresceram no Brasil e na América Latina, nos anos 1960, nenhuma desenvolveu-se naquele país relativamente ao objeto de estudo. Convém, pois, falar de um pensamento sem teoria, quando se cogita nas bases conceituais ou explicativas para as relações internacionais do Brasil (Cervo, 1994, p. 17)

Sobre este ponto, entendemos que os estudos dependentistas devam apresentar-se entre as teorias que figuram na área RI. Ademais, Cervo (1994, p. 17) avalia que o pensamento brasileiro sobre as relações internacionais fluiu de vertentes heterogêneas: “a intelectualidade, o meio político e diplomático, o militar, outras lideranças sociais” (CERVO, 1994, p. 17).

A respeito do papel desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores, este se deu em diferentes momentos, principalmente em seu apoio à pesquisa, com intuito de que esta complementasse suas análises em vista de atuação. Uma iniciativa importante sobre esta questão foi realizada por Gelson Fonseca Junior (2011), com a publicação de *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*, fruto de sua tese nos anos 1980. Neste trabalho, Fonseca Jr examina as consequências e implicações da preocupação acadêmica com a diplomacia para o Itamaraty como instituição. Vizentini (2005 p. 18) igualmente reflete sobre este assunto, afirmando que no contexto da evolução da produção editorial brasileira em relações internacionais, em fase precedente à expansão dos cursos nessa área no país, “o pensamento acerca do internacional era quase que restrito ao campo diplomático no Itamaraty e a alguns setores das Forças Armadas”. A origem dessa

interação entre a diplomacia e a produção intelectual no campo das relações internacionais no Brasil, indica o autor, está nos estudos de História Diplomática, com destaquetambém para a produção intelectual gerada no âmbito do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto do Rio Branco, e na publicação de várias teses pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e editoras universitárias, com temas específicos da política externa do Brasil (VIZENTINI, 2005 p. 18).

Em relação ao estudos de História Diplomática, já mencionada como fundamental para o começo da constituição da área, Lessa (2005, p. 4) explica sua transição para a História das Relações Internacionais como uma das transformações que mais contribuíram para o amadurecimento da área, possibilitando a adoção de horizontes mais amplos nas análises, a incorporação de “novos atores” e movimentos internacionais que também têm influência na atuação internacional dos Estados, com o reconhecimento da “complexa agenda a que têm que se dedicar os Estados nas suas interações com o meio internacional”. De acordo com Lessa (2005, p. 4), isso permitiu “a articulação das novas categorias conceituais e a utilização de dados empíricos com a abertura interdisciplinar própria da grande área de Relações Internacionais”.

Observa-se, portanto, que a partir dos anos de 1990, houve uma expansão quantitativa e qualitativa da pesquisa e ensino na área, com efeitos consolidados nos anos 2000. Este crescimento nos remete a estudar os caminhos percorridos pela área e analisar como a mesma tem se configurado, sua interação com as contradições do país e de sua inserção internacional, e, como propomos aqui, seu perfil teórico.

Em relação ao pensamento latino-americano, nota-se que a presença de ferramentas teóricas, epistemológicas, conceituais e metodológicas produzidas na região sobre assuntos internacionais tem sido ponto de crescente discussão, tendo em vista a grande influência que a produção intelectual norte-americana exerceu, e ainda exerce, na área. Para o historiador chileno Devés-Valdés (2013, p. 400-401), ao elucubrar sobre como pensar uma política exterior os temas internacionais em geral - a partir de critérios elaborados no âmbito do pensamento da América Latina - é muito importante aproveitar o que se teorizou na região para se pensar os assuntos internacionais, organizar ou reconhecer essa produção e torná-la utilizável para aqueles que fazem teoria e que são agentes internacionais no sentido mais amplo. Essa perspectiva implica em:

“assumir uma reflexão sobre questões internacionais emergida nas regiões periféricas e mostrar, particularmente aos que estudam Relações Internacionais, e que muitas vezes imaginam que não há temas para investigação, a imensa quantidade de espaços inexplorados que existem” (DEVÉS-VALDÉS, 2013, p. 401).

Essa supremacia, analisa o sociólogo chileno Bernal-Meza (2016, p. 3), determinou as formas de interpretar a política mundial a partir de uma série de marcos analíticos, conceitos e categorias desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos e, em menor grau, na Grã-Bretanha. Entre as principais críticas dirigidas aos seguidores dessas teorias anglo-saxônicas está a de que elas substituem a investigação histórica dos fatos por prescrições e fundamentos da teoria. Em face deste cenário, a comunidade epistêmica latino-americana, preocupada em lidar com os assuntos internacionais, tem buscado fomentar esta discussão e evidenciar as contribuições latino-americanas e sua relevância para estudos e análises. Como Déves-Valdés (2013, p. 405) pontua: “fazer um exercício de exploração de nossos territórios intelectuais para cartografá-los desde o ponto de vista da produção existente sobre questões internacionais parece uma tarefa necessária”.

Desse modo, o próprio Déves-Valdés é responsável por importante estudo sobre o pensamento latino-americano no século XX, em um trabalho dividido em três tomos: *Tomo I Entre la modernización y la identidad. Del Ariel de Rodó a la Cepal (1900-1950)* (2000); *Tomo II Desde la Cepal al neoliberalismo (1950-1990)* (2003); *Tomo III Las figuras de fin de siglo. Los años 90* (2004). Este projeto tratou dos grandes conceitos e problemas que marcam, estruturam e ordenaram o pensamento latino-americano do século XX. Com isso, o autor examinou como as Ciências Sociais passaram a impactar a estruturação da ação e o papel do intelectual, que se fez mais institucional e articulado em grupos de investigação e redes intelectuais, correlativamente com o surgimento de novos temas como desenvolvimento, dependência, direitos humanos, integração, entre outros. Além disso, Déves-Valdés buscou situar os temas mais relevantes, seus locais de reflexão, as distintas tendências e pontuar onde os caminhos se cruzam.

Outro estudo relevante sobre o tema em foco é a obra de Bernal-Meza, *América Latina en el Mundo. El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales* (2005), que discute as origens do pensamento latino-americano em relação à teoria das RI, seus antecedentes, sua integração com a área, seus referenciais e fontes teóricas. São apontadas como principais tópicos de análise que preocuparam toda a região da América Latina: a “expansão do capitalismo, a integração regional e a modernização, entre outros; bem como as principais ideias que dominaram a história da América Latina: a teoria da dependência e o pensamento Prebisch-CEPAL” (MARQUESTAU, 2009).

Analizando a trajetória das interpretações latino-americanas sobre assuntos internacionais, notamos que, entre 1950 e 1960, elas foram baseadas em abordagens históricas, como a História Diplomática, e no Direito internacional. Em um rumo que coaduna com o que

notamos no contexto brasileiro, observamos que o caminho mais frutífero da tradição dos estudos internacionais latino-americanos está na abordagem da economia política. Neste domínio, destacamos a iniciativa do pensamento do economista argentino Raúl Prebisch que “questionou a suposta avaliação e dimensão universal das teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional, contrastando com elas a teoria da deterioração dos termos de troca” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 3).

Prebisch buscou interpretar a realidade argentina e, depois, latino-americana, contribuindo sobremaneira para o debate econômico na região tendo influenciado muitos intelectuais, entre eles, Celso Furtado. Prebisch desenvolve uma proposta teórica de interpretação do contexto latino-americano criticando a transposição que os economistas faziam “da realidade cêntrica para a periférica, o que não passava de simples cópia abstrata de uma teoria sem ligação com a história local” (KOLING, 2007, p. 145). Dessa forma, Prebisch (1949) faz uma crítica aos economistas latino-americanos que aplicavam teorias e modelos universais exógenos aos problemas da região, argumento presente em seu texto inaugural da CEPAL, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, órgão onde teve marcante atuação.

Prebisch inicia sua trajetória cepalina orientado por sua ideia de desenvolvimento econômico abordando o problema do desenvolvimento do ponto de vista do que ele denomina “capitalismo periférico”. As ideias mais conhecidas do economista argentino são sobre “o sistema centro-periferia e a deterioração dos termos de intercâmbio”. Nos anos 1950 e 1960 com maior contundência, o autor formulou com rigor teórico os conceitos de ‘centro’ e ‘periferia’, ‘desenvolvimento para dentro’, ‘insuficiência dinâmica’, ao mesmo tempo em que apostava na integração latino-americana e na ‘alteração das relações de dependência’ entre os países do Sul e do Norte (BARBOSA, 2012, p. 218). Prebisch introduzia, assim, um novo entendimento sobre o desenvolvimento em escala internacional, partindo da especificidade latino-americana decorrente de sua inserção no sistema internacional, empenhando-se em ferramentas de reflexão próprias e de um conjunto de novos instrumentos de política econômica adequados à sua realidade (BARBOSA, 2012, p. 221-222).

A CEPAL, constituída por um grupo de intelectuais de prestígio regional, assumiu o papel de “usina de ideias” para a América Latina (BARBOSA, 2012). Entre eles, o próprio Prebisch, Aníbal Pinto, Adolfo Dorfman, Celso Furtado, Jorge Ahumada, entre outros, se destacam. Criada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo uma das cinco comissões regionais, tinha como intuito de contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e coordenar as ações encaminhadas à sua promoção. A CEPAL forneceu, ao

longo dos seus mais de 70 anos, produções importantes que pautaram o pensamento econômico latino-americano. Entre os desenvolvimentos teóricos cepalinos, destacam-se aqueles que enfatizavam os constrangimentos sistêmicos ao processo de desenvolvimento.

A visão da economia política na construção de um modelo de núcleo-periferia, baseada no pensamento sistêmico-estrutural com as teorias do sistema-mundo, desenvolvidas por Wallerstein e Arrigh, norteou o pensamento latino-americano sobre o sistema internacional. Desde a década de 1950, uma profunda crítica às estruturas de poder das economias centrais traduz-se em movimentos de lutas político-sociais (anticoloniais, anti-imperialistas, por igualdade de gêneros, entre outros) e na produção de abordagens críticas sobre o universalismo europeu como retórica do poder, para parodiar o título da obra de Wallerstein (2007) sobre a economia capitalista no século XX e as relações Norte-Sul.

No contexto latino-americano, os intelectuais e estudiosos apoiaram estas interpretações a partir de suas próprias perspectivas como “nações semi-periféricas e periféricas, dependentes e subordinadas a sucessivos ciclos hegemônicos” que, diante desta condição, buscaram estabelecer as bases para políticas e estratégias de autonomia e desenvolvimento (BERNAL-MEZA, 2016, p. 3-4). Dessa forma, destacam-se três linhas de preocupação: “a modelagem de uma estrutura sistêmica (núcleo-periferia), a interpretação do desenvolvimento e o subdesenvolvimento como processos históricos e estruturalmente relacionados simultâneos e as propostas para superar a condição de subdesenvolvimento” (BERNAL-MEZA, 2014, p. 36).

Neste sentido, a Teoria da Dependência é considerada uma abordagem da economia política de grande relevância, que buscou analisar as relações internacionais, de modo a examinar as relações entre as sociedades em desenvolvimento e o sistema internacional. Inspirada nas teorias sobre a relação centro-periferia e na teoria do imperialismo conquista notoriedade regional e reconhecimento mundial como importante subsídio teórico da América Latina. As origens da teoria remontam a um diálogo crítico com os textos desenvolvidos na CEPAL, sendo um aprofundamento e, simultaneamente, uma crítica das discussões desenvolvidas pelos cepalinos. Dessa forma, os intelectuais dependentistas criticavam os limites do estruturalismo cepalino, que envolve “o determinismo do progresso técnico na economia, dos elementos externos do sistema e da solução industrializante”, enquanto reconhecem a contribuição e os avanços produzidos em relação à “interpretação da condição periférica ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho” (KOLING, 2007, p. 139).

A Teoria da Dependência teve como principais expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, autores da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1966/67).

Eles apresentaram uma análise sociológica integrada e interdisciplinar que ocupa uma posição relevante no conjunto da produção dependentista, ao passo que, o debate entre os dependentistas foi significativo, com os trabalhos de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Lídia Goldenstein. Os debates e divergências teórico-metodológicas se davam, em linhas gerais, sobre as possibilidades e limites do desenvolvimento; a base orgânica das relações de trabalho e da exploração dos trabalhadores; as formas de rearticulação e superação das crises de acumulação do capital; o caráter da dependência e das condições à sua superação nacional e engajamento social (KOLING, 2007, p. 152).

De todo modo, existem pontos de convergências entre eles como a noção de subdesenvolvimento relacionado ao desenvolvimento do capitalismo mundial, não como um estágio anterior e atrasado ao capitalismo denotando, assim, “consequência direta e indissociável da própria expansão e do desenvolvimento do sistema capitalista, constituindo por sua vez, o *modus operandi* do capitalismo em certas economias periféricas” (ALMEIDA, 2011). Sob esta perspectiva, a dependência deveria ser entendida como uma relação de subordinação que se produz no âmbito do capitalismo mundial, dado que com a expansão e difusão de formas de acumulação, “o capitalismo tenta incorporar às suas leis gerais estruturas econômicas atrasadas e antes marginalizadas, mediante relações de submissão, dominação e exploração” (ALMEIDA, 2011). Os pontos convergentes se dão no tratamento conferido ao desenvolvimento latino-americano no contexto internacional da expansão capitalista e do imperialismo, elemento que contribuiu consideravelmente para a construção teórico-metodológica das ciências sociais e humanas na América Latina.

A originalidade dessa análise alcançou ampla repercussão regional ao defender que o desenvolvimento econômico não se dava por etapas, não garantiria o desenvolvimento social dos países e nem seria alcançado seguindo-se o modelo indicado pelas teorias da modernização. Os teóricos da dependência ilustram que os processos de desenvolvimento do Estado estão intimamente relacionados ao sistema internacional, com uma economia mundial hierarquizada, que é constituída pela relação entre as burguesias dos países centrais e periféricos. Com isso, a dependência tornou-se a principal lente conceitual através da qual os problemas de subdesenvolvimento foram percebidos em muitos países da América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. A teoria forneceu elementos significativos para repensar as relações internacionais da região, dada sua visão sobre questões relacionadas ao Estado, desenvolvimento nacional e soberania e o sistema internacional.

É importante compreender que o cenário de crise internacional dos anos 1970 se tornou foco de muitas reflexões, com análises sobre a internacionalização da economia e a concentração dos mercados e da produção, quando diversos especialistas se debruçaram sobre a estrutura econômica internacional. Diferentes analistas associam a consolidação das RI latino-americanas a mudanças na orientação internacional da região na década de 1970 pautadas, sobretudo, pela diversificação de suas relações externas e pela busca de autonomia em relação aos Estados Unidos, condições que criaram necessidades em termos de análise sistemática das relações da América Latina com o resto do mundo²⁰ (TICKNER, 2003, p. 333).

Neste período, o processo de consolidação e amadurecimento da área das RI recebeu um impulso crucial com a criação do Programa de Estudos Conjuntos em Relações Internacionais da América Latina (RIAL), em 1977, uma associação de centros acadêmicos dedicados à promoção de pesquisas, ensino e seminários sobre relações internacionais. A partir do início dos anos 80, a RIAL começou a coordenar relatórios e reuniões anuais sobre relações internacionais, nos quais uma série diversificada de tópicos começou a ser explorada por acadêmicos da região. Nesse mesmo período, o *Programa de Seguimiento de las Políticas Exteriores Latinoamericanas* (PROSPEL), formado pela mesma comunidade de estudiosos da América Latina, começou a publicar um volume anual que tratava da evolução das políticas externas regionais. Os chilenos Luciano Tomassini e Heraldo Muñoz são estudiosos importantes sobre as relações internacionais da região e lideraram essas iniciativas (TICKNER, 2003b, p. 333).

Registramos também a criação do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 1967, uma instituição não governamental internacional com status associativo na UNESCO, voltada à promoção de pesquisa acadêmica na área das Ciências Sociais, que aporta novas possibilidades institucionais contribuindo significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico latino-americano em geral²¹. A CLACSO mantém uma biblioteca virtual, na qual se destaca a coleção *Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño*, divulgada com o objetivo de promover o acesso a obras de alguns dos mais destacados autores das Ciências Sociais da América Latina e do Caribe e suas perspectivas teóricas em uma iniciativa editorial de grande relevância e alcance.

A repercussão das teorias anti-coloniais e anti-imperialistas também intensificou na

²⁰ Different analysts associate the consolidation of Latin American IR with changes in the region's international orientation in the 1970s, namely, the diversification of its external relations and the search for autonomy vis-a-vis the United States. Both created new needs in terms of the systematic analysis of Latin America's relations with the rest of the world (Muñoz, 1980; Tomassini, 1990; Maira, 1991).

²¹ Disponível em: <https://www.clacso.org/institucional/>

América Latina antigos debates travados, sobretudo, nos campos da História, da Antropologia, da Sociologia e da Economia. A teoria da Dependência, por exemplo, implodiu com sua crítica, os cânones das agências internacionais sobre a economia dos países periféricos. Porém, os golpes de Estado seguidos por ditaduras militares que dominaram a América Latina interromperam a produção e a divulgação de qualquer pensamento crítico. Nos anos 1990, coube ao *giro decolonial* repensar o papel da região (a colonialidade) na Modernidade. Sem excluir o diálogo com as epistemologias do Norte, o movimento passou a reivindicar sua especificidade teórica: uma renovação crítica para as Ciências Sociais que considere, principalmente, que a Colonialidade e a Modernidade são fenômenos mutuamente dependentes e constitutivos.

Em relação às formulações teóricas e conceitos nas relações internacionais da América Latina contemporânea, Devés-Valdés (2013, p. 405) considera que tem se desenvolvido “cada vez com mais abundância, com maior nível técnico e mais tematicamente um pensamento sobre questões internacionais, sobre a inserção da América Latina no mundo, sobre o processo de mundialização, sobre as relações entre a região e outras do mundo”. Observa-se ainda uma retomada dos debates epistemológicos e das críticas aos modelos teóricos anglo-saxões a partir dos trabalhos de Prebisch, que questionou a suposta validade universal do pensamento econômico clássico e neoclássico afirmando que não havia “uma teoria produzida pelo ‘Norte’ que resultasse em uma abordagem confiável da realidade do sistema internacional, ou atendesse, efetivamente, aos propósitos prescritivos de estados médios e pequenos com intuito de obter formas mais autônomas de inserção internacional” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 4-5). Amado Cervo (2008a, p. 3), um dos fundadores da chamada Escola de Brasília, também não se esquivava em propor a substituição das atuais teorias estadunidenses de RI, uma vez que a

busca de um modelo de inserção internacional próprio é a razão que motiva certas comunidades epistêmicas a formular suas linhas de pensamento exclusivas, [e] que o pensamento específico ajuda essas comunidades a desenvolver uma ideia para suas classes dominantes do papel que elas querem desempenhar no mundo.

Para averiguar sobre as contribuições, formulações e reformulações teóricas contemporâneas do pensamento latino-americano sobre as relações internacionais, recuperamos o estudo de Bernal-Meza (2016) que sistematizou os estudos considerados de grande relevância na região. Em primeiro lugar, o autor destaca a *autonomia* como um termo que une teoria e conceito, uma preocupação desenvolvida por Hélio Jaguaribe, na década de 1970, relacionando-a com situações de hegemonia e dependência e examinando os desafios

para a construção da autonomia da periferia do sistema. Baseado nas análises e categorias de Jaguaribe, o argentino Juan Carlos Puig fez da autonomia o cerne de sua “Doutrina de Autonomia” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 7).

As conceituações de autonomia foram (e ainda são) bastante diversas, porém, durante os anos 1990, o debate teórico sobre o tema foi abandonado como resultado da predominância do pensamento neoliberal na região. As preocupações com a autonomia da política externa retornaram com a crise do final do século XX quando surgiram interpretações “clássicas” e “liberais”. Neste contexto, “Argentina e Brasil foram os cenários predominantes nesse novo período de debates sobre sua conceituação, [em que] alguns deles retornaram à visão clássica de Puig; enquanto outros adotaram a linha de alinhamento com o hegemon, formulado por Escudé”, que discorre sobre o *Realismo Periférico* (BERNAL-MEZA, 2016, p. 7).

O tema da cooperação Sul-Sul também está presente nos estudos internacionais contemporâneos na América Latina e aparece relacionado com o que Vigevani e Cepaluni (2007, 283) tratam de “autonomia por meio da diversificação”, estratégia que busca um melhor equilíbrio com o Norte, através de alianças e acordos sul-sul e regionais com parceiros não tradicionais, a fim de reduzir as assimetrias nas relações externas com os países mais desenvolvidos e aumentar o poder de negociação nacional.

Bernal-Meza (2016, p. 12) ainda destaca o conceito de “insubordinação fundadora”, proposto por Marcelo Gullo (2008) cujas categorias conceituais foram adotadas pela Venezuela como iniciativas estratégicas de política externa (EL PAÍS, 2014). Gullo considera que o sistema internacional consiste basicamente em estruturas hegemônicas de poder que abrangem estados subordinadores e subordinados e que a insubordinação fundadora “é uma atitude emancipatória em relação ao pensamento dominante, sendo a insubordinação ideológica, expressa pela Revolução Bolivariana, a primeira fase do processo de emancipação” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 12).

A abordagem da economia política liberal é uma das abordagens centrais na região, considerada predominante das relações internacionais no Chile desde o retorno à democracia até os dias atuais, cujo “princípio organizador é o paradigma do regionalismo aberto” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 13). O autor considera que

desde que as reformas neoliberais - liberalização do comércio, privatizações, retirada do Estado das agendas sociais e desregulamentação do mercado de trabalho e financeiro - começaram no Chile, em 1975, existe uma práxis da política externa sustentadas no que mais tarde seria formulado como um regionalismo aberto pela CEPAL (1992; 1994) (BERNAL-MEZA, 2016, p. 13).

Outra contribuição fundamental para a elaboração e reelaboração de conceitos latino-americanos é encontrada no trabalho de Amado Cervo (2008) que une o debate teórico a uma argumentação crítica sobre a validade de teorias externas nos assuntos internacionais para interpretar a realidade na América Latina. Cervo (2008, p.8) argumenta que as teorias geram desconfiança, pois as raízes nas quais elas se baseiam estão vinculadas a interesses específicos de certas sociedades, pontuando que “conceitos e teorias têm papéis diferenciados no campo dos estudos sobre relações internacionais”.

Assim, considerando que a teoria das RI, que já era considerada uma disciplina americana, se espalhou em centros de estudos em todo o mundo, o autor pede a troca de teorias estrangeiras por nossos próprios conceitos que, contrastados com o escopo explicativo das teorias, “expõem as raízes nacionais ou regionais nas quais elas se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global”, levando, assim, a elevar “papel dos conceitos, seja no sentido de produzir compreensão, seja no sentido de subsidiar processos decisórios nas relações internacionais” (CERVO, 2008, p. 8, 10).

Dentre o repertório de formulações, conceitos e contribuições metodológicas aqui observadas - e que está longe de ser exaustivo sobre o tema-, podemos constatar o esforço das comunidades epistêmicas e acadêmicas da região para gerar ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas originais para interpretar sua própria realidade. É possível observar um amadurecimento sobre os aportes no estudo das relações internacionais, com

as formulações atuais (doutrinais, conceituais, metodológicas) mais elaboradas e abstratas, permitindo níveis mais elevados de generalização, e que atendem a uma etapa do sistema internacional em que os países latino-americanos levantaram sua preocupação com os assuntos internacionais e intensificaram seu envolvimento neles (Bernal-Meza, 2016, p. 26).

Além disso, muitas dessas formulações, conceitos e categorias foram usadas nos últimos anos para apoiar e fundamentar algumas das políticas externas da região e suas respectivas inserções internacionais, como constatamos neste texto, revelando a importância de se refletir sobre nossa realidade e de se valorizar estes estudos (BERNAL-MEZA, 2016, p. 26).

Ao notar o atual ensino nas RI, apesar do grande crescimento da área e expansão de seus cursos de graduação no Brasil, Herz (2002, p. 19) argumenta que este “não resulta de um capital intelectual significativo acumulado, mas de oportunidades criadas pelo mercado de terceiro grau no contexto de globalização”. Este panorama resulta de investimento e interesse crescentes e de uma maior capacidade de absorção de instrumentos analíticos, ao mesmo tempo em que “não participamos como polo ativo de debate teórico corrente, pouco contribuimos para

a compreensão dos processos políticos em curso e nosso silêncio caminha em conjunção com a decadência de elementos normativos na produção nacional” (ibidem, p. 29).

Em termos de elaboração teórica, Herz (ibidem, p.16) afirma que nos deparamos com “o silêncio pós-teoria da dependência”. Devés-Veldes (2013, p. 403) também acredita que não se está gerando um “pensamento que sirva de insumo, por assim dizer, aos inumeráveis agentes não estatais (empresas, igrejas, universidades, ONGs, organismos culturais, desportivos e outros) da América Latina que pretendem inserir-se de alguma maneira em espaços metanacionais”. O autor afirma que não estamos sequer capitalizando o pouco que produzindo e julga que não há suficiente preocupação sobre este cenário, pois “prova disso é que nas múltiplas cátedras, carreiras, Pós-Graduações, academias diplomáticas, organismos regionais, não temos consciência de nossa produção, não temos cursos em que isto se ensine e nem sequer os manuais necessários para tanto” (DEVÉS-VELDES, 2013, p. 405).

Tickner *et. al.* (2013, p. 3) igualmente analisam este quadro, identificando que o domínio estadunidense na área

se manifesta de várias maneiras, desde o número de docentes, o número de programas de doutorado oferecidos, o número de doutorandos e teses, o número de editoras universitárias e periódicos acadêmicos, à predominância de abordagens epistemológicas, teóricas e metodológicas realizadas nos EUA entre diferentes comunidades acadêmicas ao redor do mundo.

Como efeito, o discurso teórico padrão anglo-saxão contribui “de forma sistemática para que o resto do mundo, desprovido de material próprio para este tipo de reflexão, reproduza essas mesmas ideias e perspectivas, com todas as consequências que isso implica” (GONÇALVES E MONTEIRO, 2015, p. 56). Como refletimos, o cientista social não pode subtrair-se do contexto em que está inscrito e “em mundo dividido em Estados-nação, o vínculo nacional do cientista, a princípio, constitui outro importante fator condicionante de seu trabalho” (ibidem, p. 56). Dessa forma, Amado Cervo (2008, p. 63) afirma que as teorias devem ser tomadas com senso crítico, pois “são epistemologicamente insuficientes e porque fundam decisões que veiculam interesses, valores, visões de mundo e capacidades de quem as concebe, sempre em benefício próprio”. Cervo adverte que as teorias norte-americanas tomadas de forma acrítica pelo pensamento acadêmico, ou político, induzem apoio à ordem sistêmica do mundo feita de interesses, valores e resultados que favorecem a manutenção da hegemonia norte-americana.

Diante da consideração feita previamente sobre a institucionalização das RI no Brasil e notando que na região já havia uma tendência de se pensar sobre a situação internacional, com formulação de ferramentas analíticas e conceituais próprias, mesmo antes da institucionalização

da área, indaga-se: como encontra-se atualmente a situação de ensino e produção de conhecimento com referência a estudos brasileiros e de teorias latino-americanas nos cursos de PPGRI no Brasil?

Esta pesquisa propõe um exame sobre a área acadêmica das RI Brasil analisando, inicialmente, a pós-graduação, que contém cursos de Mestrado e Doutorado em número menor que os da graduação, embora seja um interesse desta pesquisadora analisar o panorama teórico do ensino de política internacional das graduações brasileiras em momento oportuno. A importância de estudar a pós-graduação se dá por este ser um ambiente de centro de pesquisa essencial para o país de onde irradiam as principais tendências de ensino e pesquisa para a graduação. Interessa, portanto, na pesquisa aqui proposta, analisar, passados mais de uma década de expansão da área no Brasil, se esse quadro de “silêncio pós-teoria da dependência” se modificou, e, principalmente, avaliar que lugar ocupa o pensamento brasileiro e latino-americano no ensino da área de RI.

2 PANORAMA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Neste capítulo, examinamos os ementários dos cursos dos PPGRIs *stricto sensu*. O objetivo geral desta abordagem consiste em apresentar os dados relativos às grades curriculares desses cursos, em especial sobre as principais disciplinas que estudam a política internacional, de forma a evidenciar a identidade desses programas, que, por sua vez, conformam a identidade da área. Esta abordagem empírica busca comprovar a hipótese principal desta dissertação de que existe um subrepresentação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro na área de RI no Brasil. Para tal, definimos os critérios que determinam nossa perspectiva de subrepresentação ao lado das justificativas daqueles que defendem o *status quo* da área - marcado pela transplantação de ideias, conceitos, agendas e teorias estrangeiras, majoritariamente estadunidenses.

2.1 Metodologia de Pesquisa

A análise dos cursos de pós-graduação em RI resultou em uma cartografia da identidade desses cursos: suas grades curriculares, seus ementários e os programas de cada disciplina. Em uma área do conhecimento que, nas últimas duas décadas, firma o propósito de estudar as relações internacionais em sua diversidade de temas e objetos buscamos destacar, respeitando as especificidades das diversas áreas de concentração dos PPGs, as características gerais dessa formação, suas afinidades teóricas mais marcantes, mas, também, suas principais individualidades.

Em seu desenvolvimento, a pesquisa revelou que as disciplinas Política Internacional (PI), Teoria das Relações Internacionais (TRI) e Economia Política Internacional (EPI) representam um denominador comum a todos 11 PPGs analisados, em nível de mestrado e de doutorado, independentemente da área de concentração desses programas. Esse dado permitiu uma análise dedutiva que resultou em uma análise qualitativa sobre a área de RI, no que tange ao seu perfil teórico-metodológico, temático e autoral.

Essas disciplinas também integram o Eixo de Formação Estruturante dos cursos de graduação em RI como disciplinas obrigatórias, conforme definido pela Resolução Nº4/2017, no âmbito das DCNs do MEC para o Curso de Graduação em RI. Portanto, a importância dessas disciplinas na área transcende a formação básica e se prolonga nos PPGs independentemente de suas diferentes áreas de concentração.

Em vista dos dados quantitativos indispensáveis aos objetivos desta pesquisa, adotamos, para o tratamento dos mesmos, a metodologia de Análise de Conteúdo que corresponde a um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” de forma a organizar a pesquisa “em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação”. (BARDIN, 2017, p. 44; 126).

A organização de análise corresponde à escolha dos documentos que serão submetidos ao procedimento, à formulação de hipótese e dos objetivos e à elaboração de indicadores. Depois disso são criadas as regras de corte, categorização e codificação para a exploração do material, com a aplicação das técnicas de análise selecionadas. Uma vez concluídas as operações estatísticas e de síntese e seleção dos dados, os resultados obtidos passam por inferência e interpretação que conduzem à análise que, neste projeto, tem fins teóricos e pragmáticos.

Um dos objetivos desta pesquisa é apurar quais teorias, temáticas e autores constam nas ementas dos PPGs. Essa categorização é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. Além disso, é ela que permite revelar a ocorrência das teorias, temáticas e autores do pensamento político brasileiro e/ou latino-americano nos programas.

A realização da pesquisa correspondeu às etapas previstas pelo método indicado que foram organizadas em duas fases: a primeira, uma investigação quantitativa, que englobou uma análise exploratória e descritiva e, posteriormente, uma análise qualitativa resultante da primeira fase.

Uma vez definido o *corpus* da pesquisa - as ementas dos cursos de mestrado e doutorado dos PPGs em RI disponíveis na Plataforma Sucupira, aplicativo da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/MEC) -, identificamos as disciplinas mais recorrentes em ambos os níveis de formação, constantes no maior número de PPGs. Não sendo esse procedimento suficiente para um quadro completo e pormenorizado das disciplinas oferecidas nos PPGs, contatamos os programas de forma a obtermos as ementas das disciplinas mais recorrentes em todos os PPGs, a saber: TRI, EPI e PI. Contamos com a colaboração das coordenações desses PPGs, mas, também, com a colaboração direta de alguns dos docentes e alunos desses cursos que gentilmente nos enviaram os programas dessas disciplinas. Esta etapa corresponde à escolha do material a ser submetido à análise.

A partir da análise quantitativa do conjunto de dados obtidos na primeira fase, buscamos identificar como variável a distribuição das indicações de leituras de teorias das RI nas ementas das disciplinas, bem como determinar a frequência de indicação dessas leituras. Desta forma,

constatamos a bibliografia recomendada nessas disciplinas, quais conteúdos recebem mais ênfase na bibliografia obrigatória e em que medida as teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro estão presentes.

A transformação dos dados brutos em unidades que permitem a descrição das características do conteúdo representa o processo de codificação. Para tanto, procedemos à categorização que correspondeu à classificação dos elementos do conjunto e dos critérios das categorias posteriormente representativas dos dados. Esse processo nos permitiu definir as categorias teóricas, as temáticas e autores, bem como as regras para determinar quando um dado corresponde a uma dessas categorias, ou seja, a designação dos critérios considerados durante a pesquisa.

Dessa forma, nas disciplinas intituladas TRI e Teoria das Relações Internacionais II (TRI II), e suas variações, buscamos nas ementas as correntes teóricas e escolas mais frequentemente estudadas, assim como os autores mais indicados, definimos a ocorrência de autores latino-americanos e brasileiros, e observamos a ocorrência de estudos de temáticas sobre o Brasil e/ou América Latina.

Nas disciplinas de PI e EPI seguimos os mesmos critérios acima referidos, porém, ao contrário das disciplinas de TRI, em que as correntes e escolas de pensamento estão frequentemente bem definidas em suas ementas, encontramos uma grande diversidade de correntes e escolas teóricas que buscamos identificar e discriminar.

Importante pontuar que algumas disciplinas possuem, em suas instituições, um código único que serve tanto para os cursos de mestrado como para os de doutorado. Essa situação se verifica sobretudo para as disciplinas optativas para os cursos de mestrado e doutorado. Nesses casos, elas foram consideradas como disciplina única de cada programa, mesmo quando oferecidas nos dois cursos.

Na segunda fase da pesquisa, procedemos à interpretação da representação estatística do ensino de TRI, EPI e PI nos PPGs. Esse procedimento nos permitiu observar a recorrência das teorias e analisar o perfil da agenda de estudo dessas disciplinas nos PPGs. Em seguida, passamos à análise qualitativa estabelecendo uma reflexão sobre o ensino teórico nas RI no Brasil.

Nossa hipótese de pesquisa é que o pensamento brasileiro sobre relações internacionais, assim como o uso de teorias latino-americanas, na área de RI do Brasil é praticamente inexistente para o estudo de política internacional e que os marcos teóricos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos têm orientado esses estudos. Esta tendência já foi observada em diversos trabalhos, como o de Arlene Tickner (2002, p. 92), que mostrou que os cursos

ministrados na América Latina usam textos clássicos em seus programas e que “os programas de cursos sobre TRI em particular são semelhantes aos encontrados em universidades norte-americanas ou inglesas”, com rara inclusão de textos de autores latino-americanos ou de outras regiões.

Propomos aqui mostrar que esse quadro de subrepresentação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro na área de RI no Brasil se mantém. Para tal, definimos os critérios que determinam nossa perspectiva de subrepresentação, ao lado das justificativas daqueles que defendem o *status quo* da área - marcado pela transplantação de ideias, conceitos, agendas e teorias estrangeiras, majoritariamente estadunidenses.

A Plataforma Sucupira²² foi uma das principais fontes de pesquisa de dados utilizada na primeira fase desta pesquisa na medida em que esta é a única plataforma que reúne e disponibiliza uma extraordinária e diversificada gama de dados sobre todos os PPGs no país, públicos e privados, com informações quantitativas e qualitativas sobre vários aspectos de cada programa. A Plataforma é uma ferramenta de coleta de informações, análise e avaliações que serve de referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SPNG). Ela disponibiliza, com transparência, as informações e procedimentos que a CAPES determina aos PPGs, retroalimentando o planejamento das ações do SNPG para a comunidade acadêmica. Somente a Plataforma Sucupira detém os dados que indicam quais os PPGs *strictu sensu* estão em funcionamento, em que a área básica eles estão alocados, quais são as suas áreas de concentração, linhas de pesquisa, ano de criação, quantitativo de alunos, de professores, de produção *per capita*, nota de avaliação do PPGs pela CAPES, entre outras dezenas de informações.

É importante observar que, a despeito da importância dos dados oferecidos pela Plataforma Sucupira, as informações sobre as ementas e grades curriculares dos PPGRIs originam-se de fontes diversas. Esses dados não constam atualizados na Plataforma Sucupira, portanto, para a realização desta pesquisa, consultamos os portais eletrônicos dos Programas e estabelecemos contato por e-mail com suas secretarias ou diretamente com alunos e/ou docentes das instituições. A Tabela 3 informa as fontes dos dados obtidos sobre os PPGRIs além da Plataforma Sucupira. Dessa forma, contatamos cada uma das secretarias de PPGRIs do Brasil, apresentamos a natureza da pesquisa e solicitamos as ementas mais recentes das disciplinas oferecidas nos programas, o que nos forneceu como referência dados atualizados até o ano de 2018. As secretarias dos PPGRIs da UEPB, UNB, USP, UFS, PUC/MG e o San

²² Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>

Tiago Dantas responderam ao e-mail recomendando como referência as ementas disponíveis em seus sites. Já as secretarias das instituições UFPB, UFU e UFSC enviaram as ementas diretamente por e-mail. Não obtivemos resposta da secretaria da UFBA.

Tabela 3 – Fontes de coleta dos dados analisados

PROGRAMA E INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Site/URL do Programa	Email - Secretaria/Coordenação	Diretamente com alunos/professores
Ciência Política E Relações Internacionais - UFPB - JP		x	
Relações Internacionais - UEPB	x		
Relações Internacionais - UERJ			x
Relações Internacionais - UNB	x		
Relações Internacionais - PUC-RIO			x
Relações Internacionais - UFBA			x
Relações Internacionais - USP	x		
Relações Internacionais - UFU		x	
Relações Internacionais - UFSC		x	
Relações Internacionais: Política Internacional - PUC/MG	x		
Relações Internacionais (Unesp - Unicamp - Puc-SP) San Tiago Dantas	x		

2.2 Os Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil

Na Plataforma Sucupira, os cursos de pós-graduação em RI se encontram alocados na Área do Conhecimento “Ciência Política e Relações Internacionais”. O último “Documento de Área”²³, divulgado pela CAPES no final de 2016, em sua avaliação quadrienal, mostra que a área tem adquirido configuração crescentemente multidisciplinar, com a participação de Programas de Ciência Política, Relações Internacionais, Defesa e Estudos Estratégicos e Políticas Públicas. O documento também mostra que há uma tendência à diversificação da natureza institucional dos programas da área, com integração de instituições militares, da Aeronáutica, Exército e Marinha, de órgãos públicos, ao lado de uma presença ainda predominante de instituições de ensino superior, federais, estaduais e privadas. A Área de Conhecimento de Ciência Política e Relações Internacionais é composta por 38 Programas de

²³Disponível

https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/39_cpol_docarea_2016.pdf

pós-graduação em funcionamento de modalidade acadêmica. Importante destacar que estes dados correspondem ao ano-base de 2018.

Na totalidade do universo da Plataforma Sucupira estão cadastrados os PPGRIs que possuem cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional. Para a realização desta pesquisa, ainda que constatando o caráter multidisciplinar da área, selecionamos como critério os PPGRIs *stricto sensu* sob titulação de Relações Internacionais, ou seja, apenas os de modalidade acadêmica. Um segundo critério adotado foi selecionar apenas os PPGRIs cadastrados na Plataforma Sucupira nas áreas básicas “Política Internacional” e “Relações Internacionais Bilaterais e Multilaterais”. Por possuírem dupla inserção, também foram selecionados dois programas que têm titulação de Relações Internacionais, mas que estão no âmbito da área básica “Ciência Política”, que são o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB-JP e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB. Relacionando os critérios descritos anteriormente encontramos um total de 11 PPGRIs, de modalidade acadêmica, em funcionamento 2018, ano base de nossa análise.

Cabe destacar que durante o andamento desta pesquisa estava em fase final a criação de três programas de pós-graduação com cursos de mestrado acadêmico em Relações Internacionais: o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do ABC (UFABC), na área básica “Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais”; o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na área básica de “Política Internacional” e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), na área básica de “Política Internacional”. Está prevista, também, a criação do curso de doutorado no já existente Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC. Dessa forma, existem, em 2019, um total de 14 PPGRIs e 21 cursos, sendo 14 de mestrado e 7 de doutorado.

Tabela 4 - PPGRIs de Modalidade Acadêmica em Funcionamento (2018)

IES	CURSOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	ÁREA BÁSICA	LINHAS DE PESQUISA
UFPB-JP	ME	<u>Área 1:</u> Ciência Política <u>Área 2:</u> Política Internacional	Ciência Política	<u>Área 1:</u> -Teoria e Pensamento Político -Instituições e Análise Política <u>Área 2:</u> -Política Externa, Cooperação e Desenvolvimento -Segurança, Estudos de Paz e Ordem Internacional
UEPB	ME	Política Internacional	Ciência Política	-Cooperação, Integração e Instituições Internacionais -Política Externa e Segurança
UERJ	ME/DO	Política Internacional	Política Internacional	-Política, Cultura e Instituições -Estudos de Política Externa -Economia Política Regional e Integração Regional
UNB	ME/DO	<u>Área 1:</u> História das Relações Internacionais <u>Área 2:</u> Política Internacional e Comparada	Política Internacional	<u>Área 1:</u> -História das Relações Internacionais Contemporâneas -História da Política Exterior do Brasil <u>Área 2:</u> -Cooperação, Integração e Instituições Internacionais -Política Exterior -Segurança Internacional e Democracia
PUC-RIO	ME/DO	Política Internacional	Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	-Arquitetura do Sistema Internacional -Conflito, Violência e Pacificação -Globalização, Governança e Desenvolvimento
UFBA	ME	Desenvolvimento e Segurança Global	Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	-Globalização, Desenvolvimento e Cooperação -Organizações Internacionais e Processos Políticos Contemporâneos
USP	ME/DO	Relações Internacionais	Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	-Economia Política Internacional -Cultura e Questões Normativas nas Relações Internacionais
UFU	ME	Política Internacional	Política Internacional	-Política Externa e Instituições Internacionais -Segurança Internacional -Economia Política Internacional
UFSC	ME/DO	Relações Internacionais	Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	-Economia Política Internacional -Política Internacional
PUC/MG	ME/DO	Política Internacional:	Política Internacional	-Instituições, Conflitos, e Negociações Internacionais

		Instituições, Conflitos e Desigualdades		-Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais -Processos Decisórios em Política Externa e Internacional
UNESP - UNICAMP/ PUC-SP (San Tiago Dantas)*	ME/DO	<u>Área 1:</u> Instituições, Processos e <u>Área 2:</u> Atores -Paz, Defesa e Segurança Internacional	Política Internacional	<u>Área 1:</u> -Integração Regional -Política Externa -Economia Política Internacional -Relações Exteriores dos Estados Unidos <u>Área 2:</u> -Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa -Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de crises -Conflitos Internacionais e violência nas sociedades contemporâneas

Fonte: Plataforma Sucupira e URL dos Programas. *Apesar de estar vinculados a três instituições distintas, o PPG San Tiago Dantas será considerado, nesta pesquisa, como um único PPG.

Esses 11 PPGRIs são compostos por 17 cursos entre mestrado e doutorado, com 5 programas constituídos apenas por cursos de Mestrado (UFBP-JP; UEPB; UFBA; UFU, UFSC), e 6 Programas compostos por cursos de Mestrado e Doutorado (UERJ; UNB; PUC-RIO; USP; PUC/MG, San Tiago Dantas). O PPGR da UFSC conta com o curso de doutorado desde o início de 2019, mas ele não foi contabilizado nesta pesquisa por não corresponder ao marco cronológico proposto e, portanto, não possuir ementário do ano de 2018. Por essa razão, não dispomos os dados para sua análise.

Gráfico 7 - Total de PPGRIs em 2018

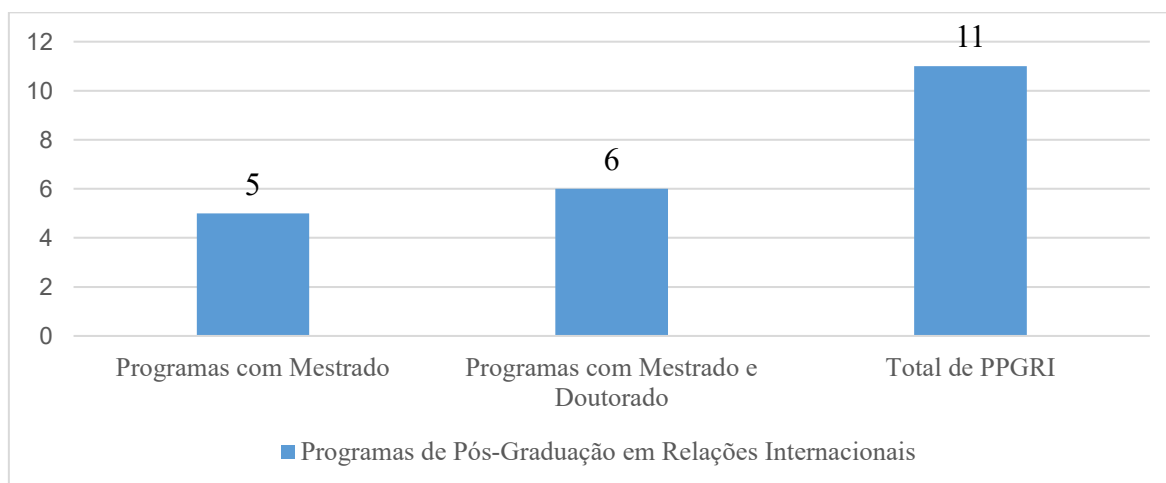
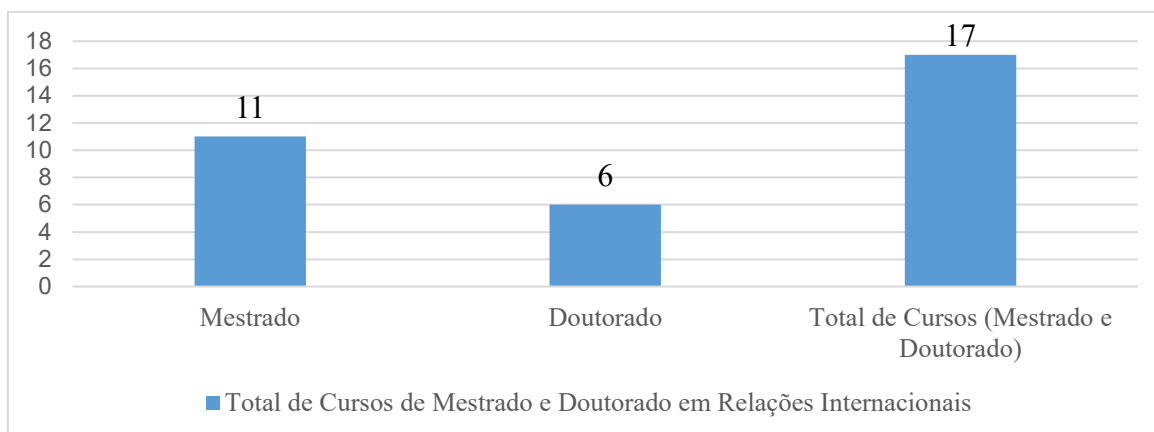


Gráfico 8 - Cursos de Mestrado e Doutorado em RI Stricto Sensu em 2018



Em seguida, analisamos o ano de criação dos programas, a natureza institucional destes e a distribuição regional. Em relação ao ano de início dos programas, verificamos que é um fenômeno recente, com expansão a partir dos anos 2000, visto que, até então, apenas 2 dos 11 programas existiam: o da PUC-RIO e o da UNB, ambos criados na década de 1980.

Tabela 5 - Ano de Criação dos PPGRIs (1984 a 2018)

Programa	IES	Ano de Criação da(s) Área(s) de Concentração em Funcionamento	Ano de Criação do Programa
Ciência Política E Relações Internacionais	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa)	2016	2016
Relações Internacionais	Universidade Estadual da Paraíba	2012	2008
Relações Internacionais	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2009	2009
Relações Internacionais	Universidade de Brasília	2012	1984
Relações Internacionais	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1987	1987
Relações Internacionais	Universidade Federal da Bahia	2014	2013
Relações Internacionais	Universidade de São Paulo	2012	2009
Relações Internacionais	Universidade Federal de Uberlândia	2015	2015
Relações Internacionais	Universidade Federal de Santa Catarina	2016	2011
Relações Internacionais: Política Internacional	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2012	2007
Relações Internacionais (Unesp - Unicamp - Puc-sp)	Universidade Estadual de Campinas	2003	2003

Sobre a natureza institucional dos Programas, encontram-se divididos entre Estadual, Federal, Particular e Mista, sendo que dos 11 programas, 9 são de caráter público.

Tabela 6 - Natureza institucional dos PPGRIs (2018)

Natureza IES	IES	Total
Estadual	USP, UERJ, UEPB	3
Federal	UFPB/JP, UNB, UFSC, UFBA, UFU	5
Particular	PUC-RIO, PUC/MG	2
Mista	San Tiago Dantas: UNESP, PUC-Rio e UNICAMP	1

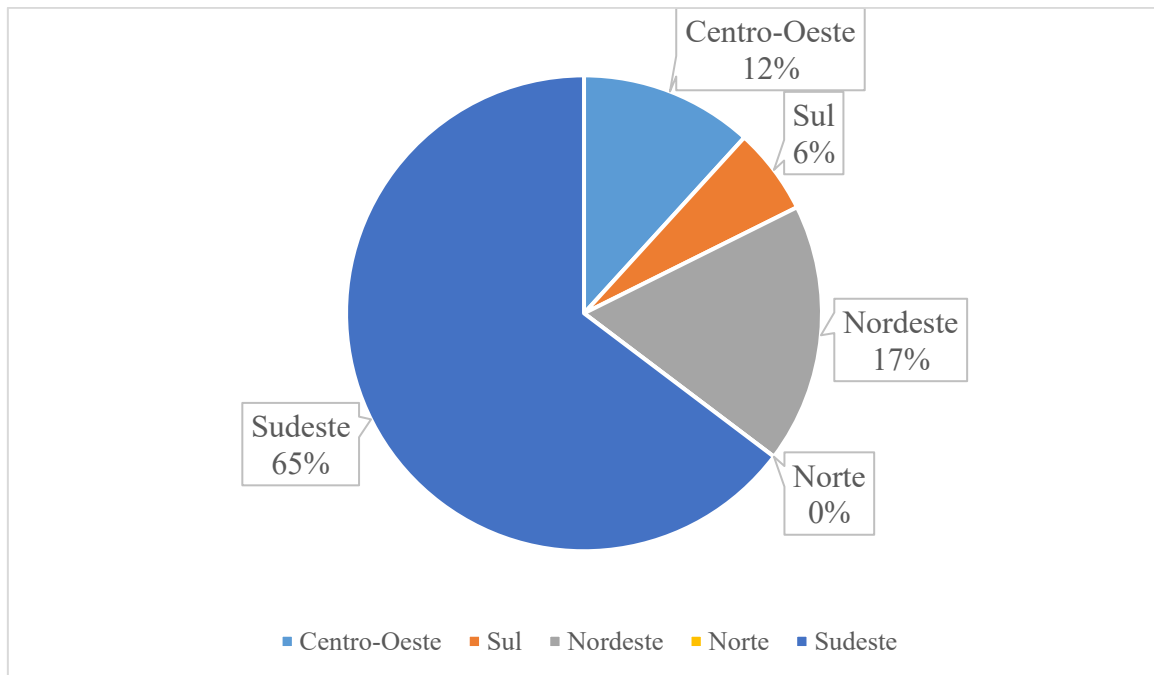
Ao observar a distribuição regional dos programas, notamos a ausência de PPGRIs na área Norte do Brasil e maior concentração dos cursos de mestrado e doutorado na região Sudeste.

Tabela 7 - Distribuição Regional dos PPGRIs (2018)

Região	Programas	Cursos (Mestrado e doutorado)
Centro-Oeste	1	2
Norte	-	-
Nordeste	3	3
Sul	1	1
Sudeste	6	11

Proporcionalmente, a região Sudeste tem mais da metade do total dos cursos existentes em todas as outras regiões do Brasil. Essa disparidade regional, que notamos na área de RI, é algo que também aparece em outros cursos na Área de Ciências Humanas, como mostrado em um diagnóstico feito pela Capes em 2004 que revelou que a maior parte desses cursos “está nas regiões Sudeste e Sul: são 72% de mestrados e 80% dos doutorados, enquanto na Região Norte os percentuais chegam a 4% de mestrados e 2% de doutorados” (Norma e Fonseca, 2009, p. 362).

Gráfico 9 - Total de Cursos de Mestrado e Doutorado em RI distribuídos proporcionalmente (2018)



2.3 As Estatísticas

Como explicitado anteriormente, a análise das ementas e grades curriculares dos PPGRIs revelou a ocorrência de quais são as disciplinas disponibilizadas desses programas. Analisamos as disciplinas de Teoria das Relações Internacionais (TRI e TRI II), Economia Política Internacional e Política Internacional como principais aportes teóricos para o estudo de política internacional. Destacamos que essas mesmas disciplinas constam no Eixo de Formação Estruturante dos cursos de graduação em RI. Dessa forma, consideramos que as ementas dessas disciplinas são determinantes para a comprovação da hipótese principal desta dissertação que diz respeito à sub-representação de autores latino-americanos e brasileiros que pensam sobre política internacional, sobre as temáticas relativas ao Brasil e/ou à América Latina, ou que representam o pensamento crítico em torno de temas como Centro-Sul, Sul Global e Imperialismo. Buscamos evidenciar através de tabelas e gráficos, os resultados desta investigação, sendo importante pontuar que este capítulo não é definitivo nas análises das disciplinas selecionadas, que sucederam no decorrer da pesquisa.

Sendo assim, primeiramente analisamos o conjunto de disciplinas obrigatórias presentes nos 11 PPGRIs. A análise nos permitiu constatar quais são elas, a frequência em que aparecem nos programas e o lugar das disciplinas de TRI (I e II), EPI e PI neste quadro obrigatório. Conforme apresentado na Tabela 8, encontramos uma variação de 15 tipos de disciplinas obrigatórias nos programas.

Tabela 8 - Frequência das Disciplinas Obrigatórias nos Cursos de Mestrado e Doutorado nos PPGRI

Disciplinas Obrigatórias	Frequência nos Cursos de PPGRI	Total (aproximado)
Metodologia de Pesquisa	17/17	100%
Teoria das Relações Internacionais	14/17	82%
Seminário de Dissertação/Tese	10/17	58%
Obrigatória da Linha de Pesquisa	6/17	35%
Economia Política Internacional	4/17	24%
Política Externa Brasileira	4/17	24%
Política Internacional	4/17	24%
Teoria das Relações Internacionais II	4/17	24%
Questões Normativas das Relações Internacionais	2/17	12%
Historiografia das Relações Internacionais	2/17	12%
Teoria Política	1/17	6%
Economia Política do Desenvolvimento	1/17	6%
Fundamentos das Relações Internacionais	1/17	6%
História do Sistema Internacional	1/17	6%
Desigualdade na Política Mundial	1/17	6%

Para o nosso propósito, constatamos que à parte da disciplina de Metodologia de Pesquisa (MP), obrigatória comum a todos os cursos, a disciplina de TRI é a que tem mais ocorrência nos programas, sendo obrigatória em 14 dos 17 cursos; EPI, PI e TRI II aparecem juntamente com Política Externa Brasileira (PEB) como a terceira disciplina mais frequente entre os 15 tipos de disciplinas obrigatórias ofertadas nos PPGRI. Aqui, gostaríamos de ressaltar a relevância da disciplina de MP, presente em todos os cursos de mestrado e doutorado nos país, pois, ainda que não esteja dentro do nosso escopo de análise, orienta a formação do aluno, a agenda de pesquisa e, com isso, conforma a identidade da área.

2.3.1 Política Externa Brasileira

Antes de prosseguir para a análise das disciplinas designadas no escopo deste trabalho, avaliamos a situação das disciplinas de PEB, uma vez que, ainda que não seja objeto principal

desta pesquisa, esta é uma matéria que genuinamente pensa sobre os temas e dilemas do Brasil. Portanto, é relevante notar a sua presença como um fator que também indica a presença de estudos de temática brasileira no âmbito dos PPGRIs. As análises sobre o ensino de PEB nos cursos de PPGRIs foram feitas com base nos Programas existentes no ano-base de 2018, suas estruturas curriculares e ementas existentes.

Antes, é importante recuperar trabalho publicado por Carlos Alberto de Faria (2012) sobre o ensino e pesquisa sobre PEB das RI no Brasil, que analisou tanto a graduação quanto a pós-graduação fazendo um mapeamento e uma caracterização das teses e dissertações publicadas, usando dados de meados de 2011. Para esta análise, Faria (2012, p. 101; 110) define “política externa” distinguindo-a de “política internacional” e caracteriza também “a subárea da Análise de Política Externa (APE), considerando a interpretação de Kubáľková (2001) de que o campo das RIs se dividiu na década de 1950 em duas subáreas, que seriam: a Análise de Política Externa (APE) e o estudo da Política Internacional (PI). O autor afirma que a questão que promoveu esse divórcio foi o tratamento dado ao Estado

anteriormente concebido como uma “caixa preta”, cujo conteúdo seria do interesse apenas da Ciência Política. Os analistas da política externa passaram a se dedicar à abertura dessa “caixa”, com o objetivo de compreender o comportamento internacional dos Estados, que foram tomados como unidades de análise. De sua parte, a PI se concentrou na interação entre os Estados, na conformação de um sistema, com o objetivo de decifrar os seus atributos. Como fica claro nas duas definições apresentadas, a primeira subárea (APE) privilegia as partes para a eventual compreensão do todo, ao passo que a segunda (PI) parte do todo para, por vezes, chegar às partes (FARIA, 2012, p. 101).

Recuperamos aqui de forma breve esta apreciação feita por Faria (2012) sobre a caracterização de PEB e PI e seu sucinto parecer sobre o que considera como subárea da APE. Uma vez que um dos seus objetivos nesse trabalho é semelhante ao proposto desta seção, temos o intuito de atualizar esta averiguação. Dessa forma, seguimos as categorias relacionadas por Faria (2012) em nossa análise sobre o ensino de PEB nos cursos dos PPGRIs no Brasil. As disciplinas serão classificadas em duas categorias: Política Externa (PE) - as quais, por sua vez, serão subdivididas em Política Externa Brasileira (PEB) e Política Externa de outros países - e Análise de Política Externa – (APE). Com isso, estaremos aqui atentando, dentro do estudo de Política Externa em geral, a ocorrência do estudo de Política Externa Brasileira.

Os dados que embasaram as análises desta seção foram coletados nos sites dos programas e através de contato direto com as secretarias, por e-mail, após informarmos o objetivo da pesquisa. Nesta verificação, observamos que, em relação às linhas de pesquisa dedicadas à Política Externa de modo geral, dos 11 Programas, 7 tem alguma linha de pesquisa

dedicada ao estudo de Política Externa²⁴. Esse número indica que 64% dos programas apresentam a opção de estudo da política externa., A Tabela 9 indica a situação destas disciplinas, se estão presentes ou não nos cursos dos programas e, caso presentes, se são consideradas como obrigatórias ou optativas. Nesta análise, não consideramos a quantidade de disciplinas sobre Política Externa e APE em cada programa, mas se existe a possibilidade de estudo de alguma delas, ou seja, se há pelo menos uma disciplina disponível sobre Política Externa e APE.

Tabela 9 - Situação das Disciplinas de PEB, APE e outras disciplinas sobre Política Externa nos PPGRIs em 2018

Política Externa Brasileira		
Situação da Disciplina	Ocorrência nos Cursos de PPGRIs	Total
Obrigatória	5/17	29%
Optativa	7/17	42%
Não Consta	5/17	29%
Análise de Política Externa²⁵		
Situação da Disciplina	Ocorrência nos Cursos de PPGRIs	Total
Obrigatória	0/17	0%
Optativa	8/17	47%
Não Consta	9/17	53%
Outras Disciplinas sobre Política Externa²⁶		

²⁴ São eles os da UFPB-JP com a linha “Política Externa, Cooperação e Desenvolvimento”; UEPB com a linha “Política Externa e Segurança”; UERJ com “Estudos de Política Externa”, UNB com as linhas “História da Política Exterior do Brasil” e “Política Exterior”; UFU com a linha “Política Externa e Instituições Internacionais”; PUC-MG com a linha “Processos Decisórios em Política Externa e Internacional” e San Tiago Dantas, com a linha “Política Externa”.

²⁵ Encontram-se também: Análise da Política Externa Brasileira (UNB); Os Estados Unidos e o Mundo: Análise de Política Externa Norte-Americana (USP)

²⁶ Encontram-se as seguintes disciplinas: Política Externa e Políticas Públicas (UFPB-JP); Tópicos Especiais em Política Externa (UEPB); Estudos de Política Externa (UERJ); Nacionalismo e Política Externa Brasileira (UERJ); Política Externa, Defesa e Segurança Internacional na América Latina (UERJ); Política Externa Comparada (UERJ); Tópicos em Política Externa e Instituições Internacionais (UFU); Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Governança Global e nas Políticas Externas (UFSC); A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (UNB); A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira (UNB); Política Exterior Comparada (UNB); Tópicos Especiais em Política Exterior 1 (UNB); Tópicos Especiais em Política Exterior 2 (UNB); Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil (UNB); Processos de integração regional: política exterior argentina (STD).

Situação da Disciplina	Ocorrência nos Cursos de PPGR	Total
Obrigatória	0/17	0%
Optativa	12/17	71%
Não Consta	5/17	29%

Dos Programas analisados, o único no qual não consta nenhuma disciplina de PEB e de APE no ano base de 2018 é o IRI da PUC-Rio. De acordo com o portal eletrônico do programa, a última atualização sobre uma disciplina de PEB e de APE foi feita em janeiro de 2014.

Em relação ao foco deste trabalho, ao verificar em que medida estudos e ensino de política externa em PPGRIS têm, ou não, se concentrado exclusivamente na experiência brasileira, chegamos à conclusão de que aproximadamente um terço (29%) dos cursos consideram como obrigatórios o estudo da PEB, e outros 29% não dispõem dessa disciplina. Esses números confirmam o indicativo apresentado por Faria (2012, p. 104) ao observar o espaço minoritário ocupado, nos últimos anos, por esses estudos, ao passo que, quando recuperamos os trabalhos que tratam da formação do campo de RI no Brasil, apresenta-se um quadro que mostra que “em momentos anteriores, prevaleciam os estudos sobre a política externa brasileira”.

Neste sentido, o autor recupera uma série de trabalhos de autores que tratam sobre a vigência do estudo de PEB em momentos anteriores e iniciais de formação e institucionalização do campo no Brasil, e que especulam uma tendência do estudo de PEB na área. Entre eles está Fonseca Jr. (1989, p. 276 *apud* FARIA, 2012, p. 104) que afirmou que “o que marcará, então, em suas linhas mais gerais, o ‘modo brasileiro’ de refletir sobre relações internacionais será a busca de uma compreensão específica do andamento da política externa”. Outros trabalhos são destacados, como os de Hirst (1992), Cervo (1994), Almeida (1999) e Herz (2002).

Com intuito de reaver e refletir sobre estas disputas, examinamos, então, como o ensino sobre política externa nas PPGRIs têm, ou não, se concentrado na experiência brasileira, de acordo com a disponibilização destas disciplinas. Seguimos esta pesquisa para análise das disciplinas elencadas sobre o estudo de política internacional.

2.3.2 Sobre as disciplinas analisadas

Em relação aos estudos sobre política internacional, analisamos a situação das disciplinas selecionadas para esta análise, TRI, EPI e PI e suas variações, com o intuito de

observar se há ocorrência destas disciplinas nos cursos dos PPGRIs, e em caso afirmativo, se elas são obrigatórias ou optativas. Os resultados podem ser observados na Tabela 10. Importante retomar que estamos trabalhando com um universo de 17 cursos acadêmicos, entre mestrado e doutorado, distribuídos nos 11 PPGRIs com base em dados analisados até o fim de 2018.

Tabela 10 - Situação das Disciplinas de TRI (I e II), PI e EPI nos PPGRIs em 2018

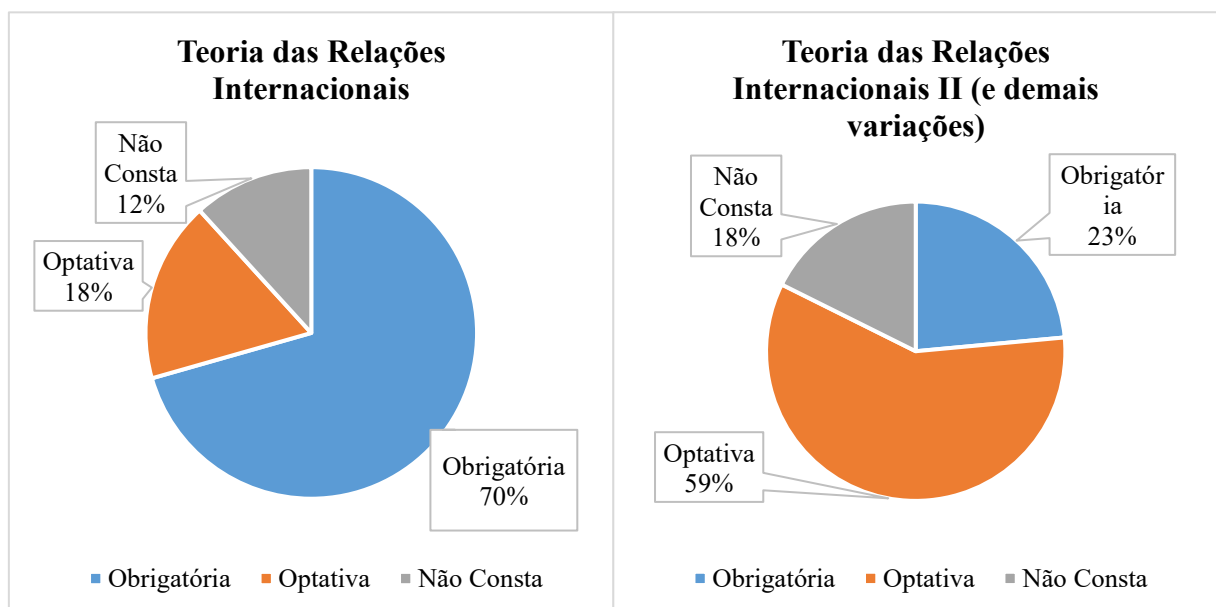
Disciplina s/Curso	TRI			TRI II (e demais variações) *			EPI (e demais variações)			PI (e demais variações)		
	OB	OP	N/C	OB	OP	N/C	OB	OP	N/C	OB	OP	N/C
UFPB-JP ME	x					x			x			x
UEPB ME	x			x				x				x
UERJ ME	x				x			x		x		
UERJ DO	x			x			x**				x	
UNB ME	x				x			x				x
UNB DO		x		x				x				x
PUC-RIO ME	x				x			x				x
PUC-RIO DO		x		x				x				x
UFBA ME	x					x		x				x
USP ME			x		x		x					x
USP DO			x		x		x					x
UFU ME	x				x			x		x		
UFSC ME	x					x	x**			x**		
PUC/MG ME	x				x			x				x

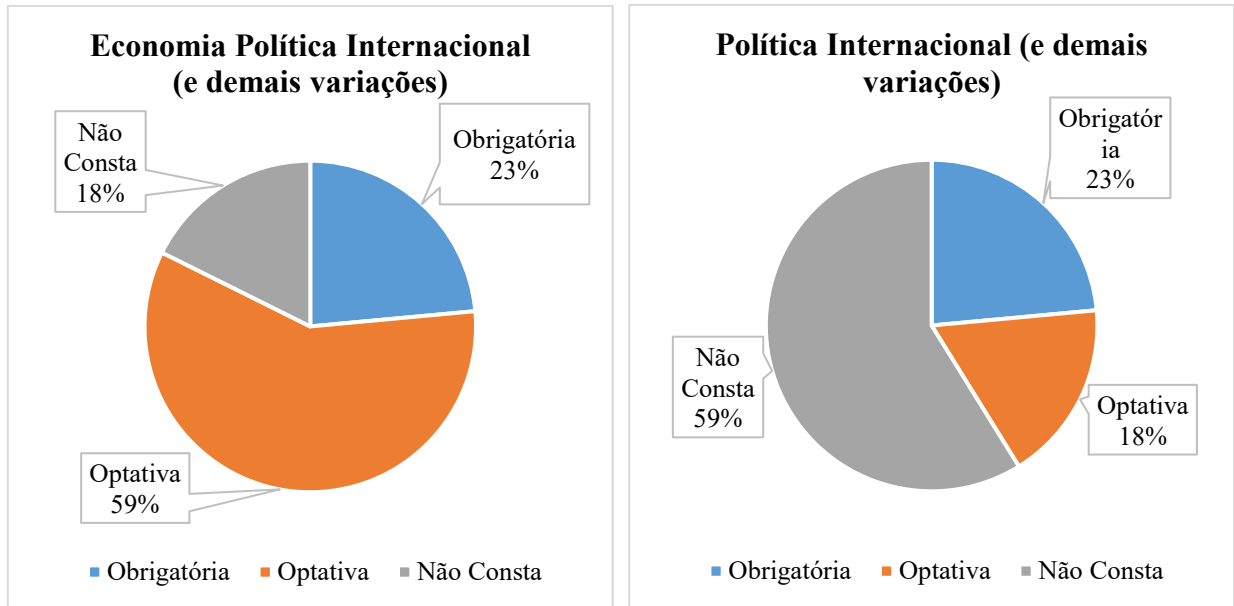
PUC/MG DO		x			x			x		x		
STD ME	x				x				x		x	
STD DO	x				x				x		x	
Total	12 /17	3/17	2/17	4/17	10/17	3/17	4/17	10/17	3/17	4/17	3/17	10/17

Fonte: URL e Secretaria dos Programas. **Legenda:** **OB:** Obrigatória / **OP:** Optativa / **N/C:** Não consta / **ME:** Mestrado / **DO:** Doutorado. ***Encontram-se as disciplinas:** TRI II (UEPB), Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais (UEPB); Tópicos em Teoria das Relações Internacionais (UFU); Fundamentos das abordagens teóricas das Relações Internacionais (PUC/MG); Teoria avançada das Relações Internacionais (USP); Teoria avançada das Relações Internacionais (STD); Seminário Avançado em Teoria das Relações Internacionais (UNB); Teoria das Relações Internacionais para Doutorado (PUC-RIO). ****Obrigatória da Linha de Pesquisa.**

O gráfico abaixo nos permite visualizar a proporção dessas disciplinas nos PPGRIs do Brasil, em 2018.

Gráfico 10 – Proporção de ensino das Disciplinas de TRI (I e II), PI e EPI entre obrigatórias e optativas nos PPGRIs em 2018





De modo geral, podemos notar que as disciplinas de TRI são mais frequentes, além de serem as mais relacionadas como obrigatórias, entre as demais analisadas. Mesmo uma segunda disciplina sobre o assunto, TRI II (e variações), é considerada como obrigatória tanto quanto as outras analisadas (EPI e PI), com 23% de obrigatoriedade nos cursos de mestrado e doutorado.

Uma vez examinada a situação das disciplinas, passamos para a análise de seus conteúdos para averiguar a presença de autores, temáticas e teorias brasileiras e latino-americanas. Na parte final, organizamos os dados referentes à estrutura curricular de todos os cursos de mestrado e doutorado dos PPGRIs, com as disciplinas obrigatórias e eletivas de cada um deles. O capítulo posterior traz a análise desses dados, tendo em vista os critérios estabelecidos previamente para analisá-los.

2.3.2.1 Teoria das Relações Internacionais

A disciplina de TRI, à parte da disciplina de Metodologia de Pesquisa, é a mais presente nos PPGRIs, sendo obrigatória em 70% dos cursos, oferecida como optativa em 18% e não constando como opção de estudo apenas em dois cursos, o de mestrado e doutorado da USP. Temos assim, um total de 15 cursos a serem analisados. No entanto, em cinco programas, a disciplina é a mesma para o mestrado e doutorado, o que restringe a análise para 10 ementas curriculares. Considerando que a secretaria do programa da PUC-MG não enviou a ementa para análise, a nossa amostra final consiste em 9 ementas que cobrem 13 dos 15 cursos que disponibilizam o estudo das TRI.

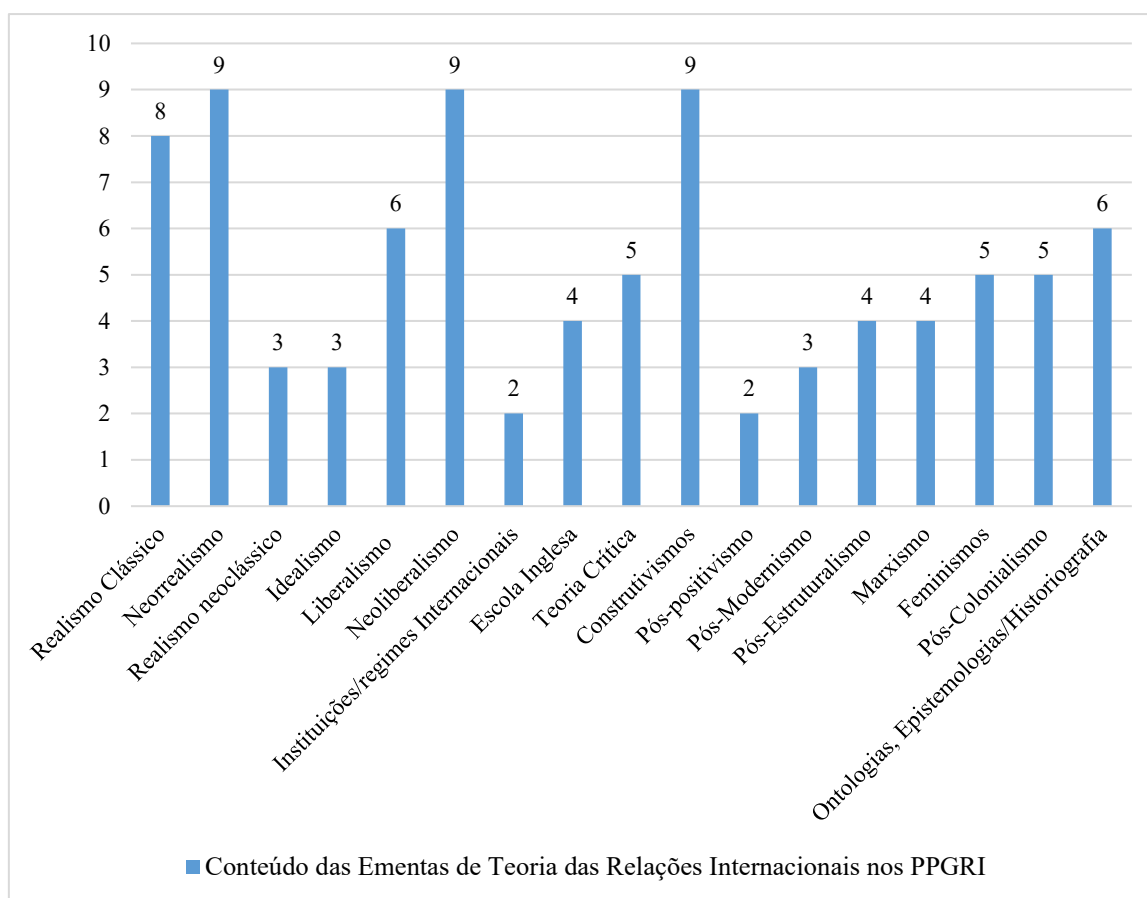
Situação da Disciplina de TRI	Ocorrência nos Cursos de PPGRI	Total
Obrigatória	12/17	70%
Optativa	3/17	18%
Não Consta	2/17	12%

Em relação ao ano das disciplinas analisadas, solicitamos às secretarias, alunos e professores dos programas que enviassem a ementa mais recente da disciplina. No entanto, algumas ementas enviadas eram de anos anteriores e outras foram encontradas no portal eletrônico do programa, que não marca a data da ementa, apresentando-a como ementa padrão da disciplina no programa.

Ano da ementa analisada de TRI								
UFPB-JP ME	UEPB ME	UERJ ME/DO	UNB ME/DO	PUC- RIO ME/DO	UFBA ME	UFU ME	UFSC ME	STD ME/DO
-	2018	2018	-	2017	2015	2018	-	-

Ao analisar o conteúdo das nove ementas, foram estabelecidas e codificadas as correntes teóricas e escolas de pensamento de acordo com as ementas curriculares, sendo sugeridas, assim, por elas mesmas. O conteúdo dessas e de todas as ementas analisadas estão presentes no anexo deste trabalho. O Gráfico 11 nos mostra quais são essas correntes e escolas e a sua frequência nas ementas oferecidas.

Gráfico 11 – Conteúdo das Ementas de TRI nos PPGRIs em 2018



Podemos observar que em todas as ementas constam o ensino das correntes do *Neorrealismo*, *Neoliberalismo* e *Construtivismos*. Também é frequente o ensino do *Realismo Clássico*, do *Liberalismo* e da *Teoria Crítica*. Algo que chama atenção é a presença do *Pós-colonialismo* na maioria das ementas, uma vez que esta corrente não costumava estar apreciada na área das RI, que “preocupada com seus mitos de origem e confiante sobre seu histórico ponto de partida, [...] tem sido relutante em explorar a sua posição em relação a outras áreas do meio acadêmico” (DARBY E PAOLINI, 1994, p.373).

Diante deste quadro, o foco da abordagem pós-colonial “na cultura, identidade e complexos padrões de poder e resistência se encaixam mal em uma disciplina muito tempo dominada por uma preocupação com os Estados e poderio militar e econômico”²⁷ (ABRAHAMSEN, 2007, p.122). Nesse sentido, o *Pós-colonialismo* representa “a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais” e tem buscado tornar os países do Sul

²⁷ “The focus on culture, identity and complex patterns of power and resistance fits ill with a discipline so long dominated by a preoccupation with states and military and economic might”. Tradução nossa.

mais representados no estudo das RI, indo em direção à expansão do diálogo e na inclusão de perspectivas que não eram contempladas (CASTRO, 2012, p. 390).

Outro aspecto que podemos notar é que a maioria das ementas têm trazido textos sobre a historiografia da área das RI e discussões sobre a construção teórica deste campo, representado no gráfico como conteúdo de *Ontologias, Epistemologias e Historiografia*. Isso indica uma iniciativa de pensamento crítico sobre as construções teóricas e de reflexão sobre o uso das teorias.

Com relação à verificação da nossa hipótese de pesquisa, constatamos que, das nove ementas de TRI analisadas, apenas em uma delas consta algum conteúdo de origem brasileira e latino-americana. O PPGRI da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) traz a contribuição de Pinto (2017) para o debate do tema “Hegemonia”; assim como texto de Ballestrin (2017) para a discussão de “‘Outros/as’ na política internacional”; e textos de Barasoul e Silva (2016) e Inoue e Moreira (2016) para tratar sobre “Debates contemporâneos em Teorias das Relações Internacionais”. As demais ementas não consideram autores, teorias e temáticas relacionadas ao contexto nacional e regional.

2.3.2.2 Teoria das Relações Internacionais II

Consideramos aqui as disciplinas denominadas “Teoria das Relações Internacionais II”, “Teoria avançada de Relações Internacionais” e demais variações que correspondam a um desdobramento da disciplina de TRI e/ou que pressuponham o estudo desta última. Dessa forma, a disciplina TRI II aparece como opção de ensino em 14 dos 17 cursos de mestrado e doutorado de RI, sendo obrigatória em 4 deles e como optativa nos outros 10.

Em seis programas a disciplina é a mesma para oferecida para o mestrado e doutorado, reduz nossa análise para oito ementas curriculares. Destacamos que a secretaria do programa da PUC-MG não enviou a ementa para análise e que a secretaria do programa da UFU informou que, apesar da iniciativa e proposta da disciplina “Tópicos em Teoria das Relações Internacionais”, ainda não havia uma ementa disponível, uma vez que o programa é recente e a disciplina ainda não tinha sido ofertada até o momento de análise dos dados. Dessa forma, nossa amostra final consiste em seis ementas que cobrem 11 cursos dos 14 que possibilitam o estudo das TRI II.

Situação da Disciplina TRI II	Ocorrência nos Cursos de PPGRI	Total
-------------------------------	--------------------------------	-------

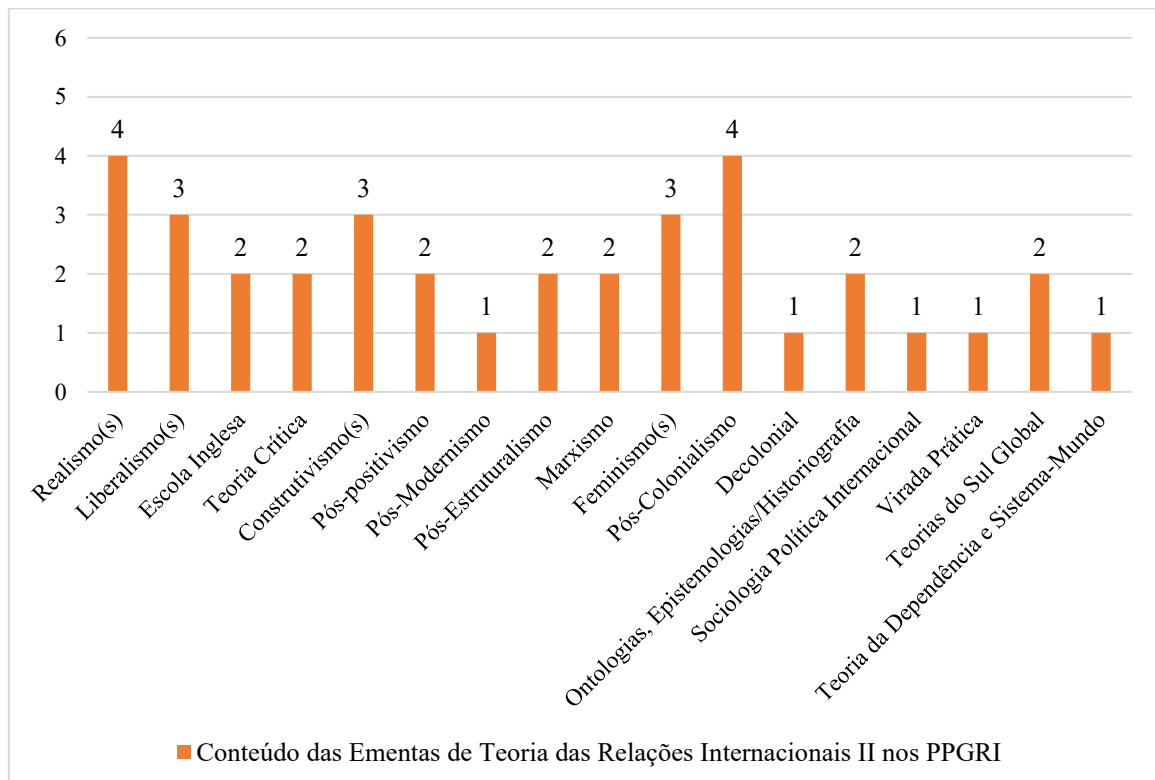
Obrigatória	4/17	24%
Optativa	10/17	58%
Não Consta	3/17	18%

***Encontram-se as disciplinas:** Teoria das Relações Internacionais II (UEPB), Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais (UEPB); Tópicos em Teoria das Relações Internacionais (UFU); Teoria das Relações Internacionais para Doutorado (PUC-RIO); Fundamentos das abordagens teóricas das Relações Internacionais (PUC/MG); Teoria avançada das Relações Internacionais (USP); Teoria avançada das Relações Internacionais (STD); Seminário Avançado em Teoria das Relações Internacionais (UNB).

Ano da ementa analisada de TRI II					
UEPB ME	UERJ ME/DO	UNB DO	PUC-RIO ME/DO	USP ME/DO	STD ME/DO
2018	2018	-	2018	2015	-

Do mesmo modo que na disciplina de TRI, as correntes teóricas e escolas de pensamento foram estabelecidas e codificadas de acordo com as ementas curriculares, sendo indicadas por elas mesmas. O Gráfico 12 aponta quais as correntes e escolas se destacaram e a suas respectivas frequências nas ementas oferecidas pelos programas.

Gráfico 12 – Conteúdo das ementas de TRI II nos PPGRIs em 2018



Identificamos como principal diretriz destas ementas o estudo dos debates teóricos contemporâneos das RI. Algumas indicações de leituras estão alinhadas com os debates ditos mais tradicionais da área, e outras com os mais clássicos, como o programa da **PUC-Rio** que propõe uma revisão de leituras clássicas da teoria política, tais como Maquiavel, Hobbes, Kant, Weber e seu estudo nas RI, com estudos de temas sobre a área e debates epistemológicos. As indicações de leitura no programa da **UnB** também têm uma disposição particular, que propõe debates epistemológicos sobre a área considerando o contexto pós-Guerra Fria e sobre a essência da disciplina voltada para autores da filosofia da ciência, como Kuhn, Lakatos e Popper.

Verificamos que a tendência no estudo da disciplina de TRI se mantém aqui, com as mesmas correntes teóricas entre as mais indicadas, os *Realismos*, *Liberalismos* e *Construtivismos*. Porém, nas disciplinas de TRI II notamos a proposta de uma revisão destas correntes e atualização dos debates teóricos. Observamos também que, junto ao *Realismo*, o estudo do *Pós-Colonialismo* foi o mais indicado nestas ementas. Junto aos *Feminismos*, essas duas vertentes apresentam-se como perspectivas críticas que têm obtido maior alcance no ensino da área. A discussão sobre a valorização das teorias do Sul e a importância de pensar as relações internacionais para além das teorias ocidentais também estão presentes na maioria das ementas.

Em relação às teorias e autores brasileiros e latino-americanos ponderados no ensino destas ementas, não observamos ocorrência nos programas da **UnB**, **PUC-Rio** e **San Tiago Dantas**. Na ementa do programa da **USP** há, entre as recomendações, o texto de Messari (2003) sobre segurança no pós-Guerra Fria e o papel das instituições e, além deste, um texto sobre segurança na América do Sul. No programa da **UERJ**, a ementa propõe a leitura de um artigo da argentina Melisa Deciancio (2016) sobre a construção de uma agenda de pesquisa do Sul para as RI. De modo geral, essas leituras aparecem de maneira muito pontual se considerarmos o universo total de textos indicados nas ementas.

Por fim, a ementa do curso de mestrado da **UEPB** tem uma série de indicações de autores brasileiros e latino-americanos para discussões contemporâneas nas teorias das RI. Entre esses, destaca-se a designação de uma seção para o estudo da “Teoria da Dependência e Sistema Mundo” e de duas seções ao *Decolonialismo*, perspectiva que tem buscado a atualização crítica do pensamento latino-americano reivindicando um estudo pós-colonial voltado à América Latina, conforme exposto no primeiro capítulo.

2.3.2.3 Economia Política Internacional

Para o estudo da disciplina de EPI nos cursos dos PPGRI, encontramos nas ementas uma diversidade e variedade de temáticas e teorias quando comparadas umas às outras, ao contrário das ementas das disciplinas de TRI, que apresentam os temas das aulas de modo mais uniforme e semelhantes entre si. Por esta razão, a codificação da frequência dos principais temas e correntes teóricas que aparecem nas disciplinas da EPI não se dará da mesma forma como nas disciplinas de TRI. Este cenário não impede nosso objetivo principal, que é a análise do conteúdo dessas ementas a fim de observar a ocorrência de temas, teorias e autores brasileiros e latino-americanos no ensino das disciplinas de EPI.

A disciplina consta como opção em 14 cursos, sendo considerada como obrigatória em quatro cursos dos PPGRI: nos cursos de mestrado e doutorado da USP, no curso de mestrado da UFSC e no curso de doutorado da UERJ para os alunos que integram a linha de pesquisa “Economia Política Internacional”. Nos outros 10 cursos, a disciplina é oferecida como optativa. Nos programas da UFPB-JP e do Programa San Tiago Dantas a disciplina não faz parte da grade curricular.

Desta forma, considerando que a disciplina é a mesma para os cursos de mestrado e doutorado em cinco programas de pós-graduação, nove ementas estavam disponíveis para análise. Entretanto, como não obtivemos retorno de ementa das secretarias dos PPGRI da UFBA e da PUC-MG, restaram sete ementas para serem analisadas. Os quadros abaixo indicam a situação da disciplina, se obrigatória, optativa ou ausentes nos cursos, e o ano das ementas analisadas. Se não há indicativo da data da ementa, ela foi apresentada como ementa padrão da disciplina de EPI no programa.

Situação da Disciplina EPI	Ocorrência nos Cursos de PPGRI	Total
Obrigatória	4/17	24%
Optativa	10/17	58%
Não Consta	3/17	18%

Ano da ementa analisada de EPI						
UEPB ME	UERJ ME/DO	UNB ME/DO	PUC-RIO ME/DO	USP ME/DO	UFU ME	UFSC ME
2018	-	-	2018	2015	2018	-

Ao analisar os programas de EPI disponíveis para os cursos de mestrado e doutorado dos PPGRI, buscamos observar a proposta de cada uma delas, suas principais indicações e, entre essas, verificar se há teorias, temas e autores brasileiros e latino-americanos.

No programa da disciplina na **UEPB**, a maior parte da ementa conta com autores brasileiros. A instituição propõe uma análise da economia política internacional do ponto de vista nacional a partir de autores como Mantega (1984), Gonçalves (2005), Dorneles (2002), e do economista argentino Graziano (2005). Notamos, principalmente, abordagens que visam mais análises contemporâneas.

O programa da **UERJ** tem, em praticamente metade da sua ementa, indicações de grandes nomes da área no Brasil, como José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares. Essa ementa está voltada para estudo e análise das questões do século XX até as questões atuais relacionadas à globalização.

Já a disciplina à disposição na **UnB** apresenta uma ementa mais complexa, com proposta de estudo sobre a história do sistema internacional, introduzindo um panorama das relações econômicas internacionais. Nesse caso, temos uma proposta de discussão que parte dos conceitos básicos das transações econômicas internacionais, do papel dos Estados nos padrões de distribuição da riqueza e poder do mundo e segue até uma revisão teórica que explique os principais fluxos de comércio na atualidade. Apesar da pouca referência na ementa, há oferta de estudo sobre a situação brasileira e latino-americana e, de modo geral, de países em desenvolvimento, em textos de Frieden (1981), Prebisch (1959) e de Tussie e Glover (1993).

O programa oferecido pela **PUC-Rio** busca introduzir reflexões básicas dos autores do século XIX que serviram de fonte intelectual para a conformação desta área temática, bem como os principais desdobramentos no século XX e início do século XXI. Nesta ementa, são dedicados temas voltados para a situação nacional e latino-americana, com a proposta de aula e discussão das “Novas Abordagens Desenvolvimentistas: de Raul Prebisch a Ha-Joon Chang” e “Teorias da Dependência e da Economia-Mundo Capitalista”.

Na ementa indicada pela **USP**, os textos são destinados à apresentação do estado da arte no âmbito da EPI, assim como os conceitos e teorias necessários para sua compreensão. A disciplina também tem como objetivo apresentar e discutir a metodologia aplicada nestas áreas através da leitura de artigos que exemplifiquem estudos que combinam variáveis políticas e econômicas. Não se nota um foco sobre dilemas nacionais e regionais. Há apenas um texto da economista Cristina Terra (2014), retirado de um livro sobre macroeconomia, que, para além das questões sobre os países desenvolvidos, enfatiza problemas nas economias emergentes, incluindo as dos países latino-americanos.

Na disciplina oferecida pelo mestrado da **UFU**, a ementa é inteiramente dedicada ao estudo com base latino-americana. A disciplina compreende o estudo do “desenvolvimento” na América Latina, a partir de uma análise sócio-histórica do tema no contexto das Relações Interamericanas. Aborda fenômenos associados aos processos de diferenciação, de transformações e, também, de oposição às diferentes maneiras pelas quais se deu o estabelecimento do capitalismo dependente e periférico latino-americano. O programa se dá por meio de estudos teóricos e de caso. Todas as temáticas e praticamente todos os autores são latino-americanos. A ementa também conta com temas sobre a situação nacional, como “O Neodesenvolvimentismo brasileiro”

Por fim, o programa da **UFSC** propõe o estudo da epistemologia e ontologia da Economia Política Internacional, dos seus conceitos estruturantes, da Economia Política Internacional do Desenvolvimento e das dinâmicas contemporâneas do sistema econômico mundial. Na ementa existe somente a indicação de uma leitura sobre a Teoria da Dependência de Theotônio dos Santos (1998). As demais propostas de leitura são feitas com base em autores comumente indicados nas disciplinas de TRI, como Cox, Weaver, Strange, Ruggie, entre outros.

Ao analisar o conteúdo das ementas de Economia Política Internacional propostas para o ensino nos cursos de mestrado e doutorado das PPRGI percebemos que não há uma tendência comum entre elas, não sendo possível criar códigos de análise em comum entre elas. Notamos, no entanto, a destacada presença de alguns autores, como Robert Gilpin e François Chesnais. Mesmo aqueles considerados mais clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, estão em duas das sete ementas analisadas, o que revela a falta de uma tendência em comum no ensino desta disciplina. Os resultados da análise indicam, por outro lado, o uso frequente de abordagens mais históricas e outras preocupadas com os dilemas contemporâneos.

Em vista do propósito desta pesquisa, observar a presença de teorias, temas e autores brasileiros e latino-americanos nas ementas, notamos que esse foi um fato recorrente em todas as ementas analisadas, ainda que em graus variados. Temos desde a ementa da **USP**, em que este propósito não está evidenciado, mas que contempla uma autora brasileira que propõe em seu livro análises macroeconômicas que consideram os países latino-americanos; até o programa da **UFU**, voltado para o estudo do “desenvolvimento” na América Latina, que considera os fenômenos associados no âmbito da economia política internacional e conta, principalmente, com teorias e autores brasileiros e latino-americanos como indicações de leituras.

2.3.2.4 Política Internacional

A disciplina designada Política Internacional é, entre as analisadas, a menos presente nos cursos dos PPGRJ. Sendo obrigatória em quatro cursos: no mestrado da UERJ, no mestrado da UFU, no mestrado da UFSC e no doutorado da PUC-MG e disponível como optativa para outros três cursos. A disciplina não faz parte da grade curricular dos programas da UFPB-JP, UEPB, PUC-Rio, UFBA, USP e UnB.

Apesar de a disciplina de PI não integrar a maioria das grades curriculares dos PPGRJ – não figura em 10 dos 17 cursos e em 6 dos 11 programas –, ela aparece junto à disciplina de EPI, de PEB e TRI II como terceira disciplina obrigatória mais presente nos programas, depois de Metodologia de Pesquisa e TRI. Posto isso, apesar da pouca presença, a disciplina se mostra tão relevante quanto às outras quando consideramos como parâmetro ser uma disciplina obrigatória.

Para analisar as disciplinas de PI, consideramos um total de cinco ementas, uma vez que a disciplina é a mesma para os cursos de mestrado e doutorado em dois programas de pós-graduação. Sem o retorno da secretaria da PUC-MG, restaram apenas quatro ementas para análise. Nos quadros abaixo, observamos a situação da disciplina, se obrigatória, optativa ou ausentes nos cursos, e o indicativo do ano das ementas analisadas (ou se foi apresentada como ementa padrão da disciplina no programa).

Situação da Disciplina de PI	Ocorrência nos Cursos de PPGRJ		Total
Obrigatória	4/17		24%
Optativa	3/17		18%
Não Consta	10/17		58%

Ano da ementa analisada de PI			
UERJ ME/DO	UFU ME	UFSC ME	STD ME/DO
2018.1	2018	x	x

Na disciplina da **UERJ**, o objetivo é a compreensão da formação e desenvolvimento do sistema internacional, com estudo da soberania, das instituições, das organizações internacionais, das normas internacionais, do Equilíbrio de poder, das guerras e da hegemonia e contra-hegemonia. Observamos uma proposta de análise histórica da formação do sistema

internacional, com foco no desenvolvimento europeu, examinado desde o Concerto Europeu.

Quanto ao conteúdo de cunho nacional e latino-americano, não existe uma intenção específica de estudo de temas e abordagens próprias desta região. Ainda que, indiretamente, a última seção da ementa proponha o estudo do “Fim do mundo colonial e a emergência do chamado ‘Terceiro Mundo’”, as indicações de leitura abordam o contexto de descolonização africana e asiática. Ainda assim, o Brasil figura no debate sobre a formação do Terceiro Mundo. Temos também como indicação de leitura dois textos de Amado Cervo, um voltado para a construção do mundo liberal no século XIX e outro sobre a instabilidade internacional do período entre guerras.

O programa do curso da UFU tem como proposta principal, o estudo de questões de pesquisa e métodos de análise da política internacional na perspectiva da política externa e das instituições internacionais, da segurança internacional e da economia política internacional. Ele busca oferecer aos alunos uma visão abrangente sobre a evolução do campo de estudos e agendas de pesquisa nessas três áreas, que coincidem com as linhas de pesquisa do programa. Encontramos, assim, uma disciplina bastante diversificada, que busca preencher diferentes finalidades de estudo.

Entre as dinâmicas de aulas previstas na ementa, vemos uma dedicada ao “Campo das Relações Internacionais”, na qual encontramos a perspectiva brasileira do assunto, com texto de Ferreira (2016), sobre o crescimento da área nas universidades federais; e a perspectiva latino-americana, com o texto de Tickner *et al* (2013) sobre ensino, pesquisa e política internacional, que trata sobre o TRIP. Em todos os outros tópicos previstos, com exceção do “Instituições Regionais e Organizações Internacionais”, há contribuição de autores e perspectivas brasileiras e latino-americanas para o conteúdo, como a de Oliveira (2016) na aula dedicada às “Normas Internacionais e Difusão de políticas”; de González (2017) no tema de “Instituições Regionais e Democracia”; de Lenz (2012) e Malamud (2012) para o estudo de “Instituições e Regionalismo Comparado”; Nolte (2018) e Malamud (2013) para analisar “Regionalismos comparados: sobreposição de regionalismos” e contribuição de Milani *et al* (2017) no tópico sobre “Política Externa e Análise de Política Externa”. Sobre o conteúdo de Segurança Internacional, há uma dinâmica de aula inteiramente dedicada ao estudo da América do Sul, com textos de Vila e Souza (2017), Ferreira (2017), Villa (2017), Schenoni (2017) e Rezende (2016).

A ementa do curso da UFSC propõe um debate sobre as questões da dinâmica da política internacional desde a formação dos Estados-Nação até os dias contemporâneos, dividido em duas partes: a primeira examinando a formação do sistema internacional e suas diferentes

configurações, desde a Paz de Vestfália até a atualidade; e a segunda dedicada a tópicos atuais da política internacional. Neste programa, vemos indicações de autores brasileiros e da Argentina, como Saint-Pierre (2015), Canabarro e Borne (2013), Schiocchet (2011), Nasser (2011), Flandes (2010) e Fuccille e Rezende (2013). Os textos estão voltados para a compreensão de assuntos da atualidade como: guerra cibernética, Oriente Médio e Primavera Árabe, o Brasil na iniciativa BRIC e o complexo regional de segurança da América do Sul.

Por fim, a ementa disposta no programa **San Tiago Dantas** tem como objetivo analisar os principais fundamentos teóricos dos debates contemporâneos em RI, localizando o contexto histórico de cada um e mostrando onde e como estas teorias contribuem para uma melhor explicação/compreensão da política internacional, identificando suas debilidades e alcances. A ementa tem seu conteúdo programático dividido entre as correntes teóricas e escolas de pensamento encontrados na disciplina de TRI, acrescentados de indicações de teorias de Cooperação e Integração Regional e de Análise de Política Externa. A maior parte deste programa conta com autores comumente referenciados da disciplina de TRI. Dentro do nosso propósito, identificamos a indicação de um livro do argentino Leopoldo Mármora (1986) sobre o conceito socialista de nação; um texto de Mônica Herz (1994) sobre análise cognitiva e política externa e a indicação do manual de teoria das RI de Nogueira e Messari (2005) para estudar os pós-modernos/pós-estruturalistas, feminismo e pós-colonialismo.

Na disciplina de Política Internacional, notamos que não há uma tendência de indicações em comum nas ementas, com cada uma delas tendo uma proposta particular, que vão desde uma apreciação histórica sobre a formação do sistema internacional, como nos casos da UERJ e UFSC, até a indicação de autores geralmente encontrados nas disciplinas de TRI, como base para analisar a política internacional.

Nos programas da UFU e da UFSC, notamos, entre seus propósitos, o estudo de temas da atualidade na política internacional. Neste quesito, a disciplina na UFU se destaca por indicar autores da região para estas análises e pela proposta de estudar como um de seus temas, a situação da região da América do Sul. Além desta, a disciplina da UFSC também tem esta iniciativa, que busca analisar a situação do Brasil e da América do Sul mobilizando autores brasileiros para interpretação de outros temas da política internacional.

2.3.3 Sobre disciplinas relacionadas ao Brasil e à América Latina

Nesta última seção, analisamos a grade curricular dos PPGRIs no Brasil, examinando todas as disciplinas obrigatórias e optativas a fim de verificar se existem disciplinas voltadas

para a temática do Brasil e da América Latina nas RI. Esta análise é preliminar, visto que, utilizaremos como critérios o nome das disciplinas e sua breve descrição (quando disponível), sem dedicar um olhar minucioso sobre os temas e autores discriminados em todas as ementas ofertadas nestes programas.

A análise constatou resultados predominantemente sobre as disciplinas optativas, pois as disciplinas obrigatórias oferecem praticamente disciplinas mais gerais e não temáticas. A exceção se dá para as disciplinas sobre Política Externa Brasileira, que, quando presente nas grades, estão distribuídas entre obrigatórias e optativas, conforme mostrado em uma seção neste trabalho dedicada a examinar essas disciplinas nos PPGRIs. A tabela abaixo indica essas disciplinas.

Tabela 11 – Disciplinas relacionadas ao Brasil e à América Latina nos PPGRIs em 2018

UFPB-JP	• Eleições, Governo e Representação no Brasil • Instituições Políticas Brasileiras • Pensamento Político Brasileiro • Política Externa Brasileira
UEPB	• Política Externa Brasileira (obrigatória)
UERJ	• Política Externa Brasileira (obrigatória para mestrado/optativa para doutorado) • Nacionalismo e Política Externa Brasileira • Integração Regional • O Brasil e o Mercosul • O Brasil no Mundo • Política Externa, Defesa e Segurança Internacional na América Latina • Relações Culturais Brasileiras • Relações Internacionais da América Latina
UNB	• Seminário Avançado em Relações Internacionais Brasil Império à Era Vargas (obrigatória para doutorado) • A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira • A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira • Análise de Política Externa Brasileira • As Relações Interamericanas (de 1830 aos nossos dias) • História das Relações Internacionais da América Latina • Integração Regional: América do Sul/Mercosul • Integração Regional das Américas • Tópicos Especiais em Brasil em Perspectiva Comparada • Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil • Relações Internacionais do Brasil

	• Cultura e Poder nas Relações Internacionais da América Latina • O Brasil e seus Vizinhos (de 1930 aos nossos dias) • O Brasil e as Organizações Internacionais • Relações Econômicas Multilaterais do Brasil • Relações Internacionais do Brasil no pós-2ª Guerra Mundial
PUC-RIO	• Relações Internacionais e América Latina • Colonialidade/Pós-Colonialismo
UFBA	• Política Externa Brasileira
USP	• América Latina e a Guerra Fria • Estados Unidos e América Latina em Tempos de Transformação • Estratégias de Desenvolvimento na Coreia/Ásia e América Latina • História das Relações Econômicas entre Brasil e Estados Unidos • Países Emergentes e Governança Global • Política Externa Brasileira • Política Interamericana • Regiões e regionalismo na política mundial • Relações Brasil-Estados Unidos: comércio e política externa • Relações Internacionais e Desenvolvimento
UFU	• Economia Política Internacional (voltada para perspectivas brasileiras e latino-americanas). • Poderes Regionais e Dinâmicas da Segurança Regional e Global
UFSC	• Epistemologias do Sul e Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais • Brasil e China na Economia-Mundo capitalista: Do século XIX à atualidade • Política Externa Brasileira • Integração Regional • TEPI – O Brasil dentro da atual ordem econômica internacional • TEPI – Leste Asiático e América do Sul na perspectiva sistêmica: trajetórias de desenvolvimento e subdesenvolvimento • TPI – Cooperação Internacional: atores, agendas e perspectivas para o Brasil e para a UFSC
PUC/MG	• Economia Política da Cooperação Sul-Sul • Middle Powers: teoria(s) e prática • Política Externa Brasileira
UNESP - UNICAMP - PUC-SP San Tiago Dantas	• Política Externa Brasileira (obrigatória para mestrado/optativa para doutorado) • Processos de integração regional • Processos de integração regional: política exterior argentina

3 PROCESSOS E DISPUTAS

Neste terceiro e último capítulo, após a apresentação organizada e categorizada das ementas dos PPGRI, analisamos os dados extraídos do estudo das referidas ementas, mais particularmente das disciplinas mais recorrentes TRI, TRI II, EPI e PI, após a Metodologia de Pesquisa. Com esta abordagem empírica buscamos demonstrar a hipótese principal desta dissertação: que existe uma subrepresentação das teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro na área de RI no Brasil. Em seguida, fazemos uma discussão sobre o campo científico, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu e as disputas que o perpassam. Por fim, fazemos uma análise sobre o pensamento local e global, o que nos encaminha a pensar sobre o tema de hibridismo no conhecimento e o conceito de pensamento de fronteira discutido por Walter Mignolo.

3.1 Examinando os dados

Conforme examinado nos capítulos anteriores, a disciplina de Metodologia de Pesquisa consta em todos os ementários dos PPGRI, seguida de TRI (obrigatória em 70% dos cursos e optativa em 18%). Desta forma, consideramos que são as disciplinas TRI e TRI II (esta última opcional em 59% dos PPGRI e obrigatória em 23%) que conferem a identidade à área de RI.

Ao analisar o conteúdo do ensino da disciplina de TRI nos PPGRI, notamos que as correntes teóricas mais frequentes são *Neoliberalismo*, *Neorrealismo* e *Construtivismos*, sendo também frequentes o ensino do *Realismo Clássico*, *Liberalismo* e *Teoria Crítica*. Este quadro de ensino confirma a tendência evidenciada em literaturas que analisam o caráter de ensino nas RI nos países latino-americanos, que segue os mesmos moldes que a academia norte-americana, como evidenciado, entre outros, por Herz (2002), Tickner (2003), Gonçalves e Monteiro (2015), Tickner e Wæver (2009), assim como nos relatórios de Tickner (2012) e Villa *et al* (2017) sobre dados divulgados no TRIP de 2012 e 2014, respectivamente.

Um dado obtido na pesquisa que destoa desta tendência do ensino nas RI, como pontuado por Darby e Paolini (1994), Grovogui (2006) e Abrahamsen (2007), e que chamou nossa foi a indicação do ensino do *Pós-colonialismo* como perspectiva teórica em mais da metade das ementas de TRI (em 5 das 9), sendo também a mais indicada na disciplina de TRI II, junto ao *Realismo*.

Além disso, indicações de leitura sobre a historiografia da área das RI e discussões sobre a construção teórica deste campo, categorizada na análise como conteúdo de *Ontologias*,

Epistemologias e Historiografia estão presentes na maioria das ementas analisadas de TRI e TRI II.

Para interpretar os resultados desta pesquisa, comparamos os dados obtidos com o trabalho de Barasoul (2012, p. 16), que igualmente se dedicou a examinar o perfil do ensino de TRI como disciplina obrigatória, ainda que no âmbito da graduação. A conclusão, neste caso, foi de que a maioria dos programas “ênfatisa fortemente a apresentação das diversas correntes teóricas do campo das RI, dedicando pouco tempo ao debate mais amplo sobre a formulação de teorias e sobre sua utilização como ferramenta no desenvolvimento da pesquisa”. Em sua pesquisa, a autora constatou que “apenas 16% recomendam a leitura de textos além de manuais que tratam especificamente de questões como o desenvolvimento das teorias e sua conexão com a pesquisa empírica” (BARASOUL 2012, p. 16).

Ao analisar os currículos, Barasoul (2012, p. 19) evidenciou a ausência de bibliografia sobre construção teórica e sua utilização na área de RI. Ao verificar o atual panorama do ensino na pós-graduação, podemos notar que esta é uma tendência crescente e espera-se que a reflexão crítica sobre o uso das teorias se irradie para o nível das graduações. O mesmo pode ser esperado do *Pós-colonialismo*, cuja literatura pouco era considerada na área (DARBY E PAOLINI, 1994) e, na análise atual, está presente na maioria das ementas.

Em sua pesquisa, Barasoul (2012, p. 18) também constatou que entre as correntes consideradas obrigatórias na bibliografia das disciplinas de TRI da graduação, o Pensamento Latino-americano correspondia a 2% da bibliografia indicada. Tickner (2003) igualmente chegou a esta conclusão, quando analisou o ensino de TRI, no início dos anos 2000, em sete países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Trinidad e Tobago), a fim de ter uma amostragem do ensino de TRI na região. Como critério, a autora estabeleceu a análise de apenas um curso de TRI (teoria geral ou introdutória) nos níveis de graduação e pós-graduação de cada uma das instituições selecionadas e com categorias de análise previamente estabelecidas pela autora (diferentemente deste trabalho que categorizou as correntes teóricas de acordo com o sugerido nas próprias ementas). De acordo com sua análise, as tradições híbrida e construtivista da América Latina aparecem em 1% dos textos indicados (em 4 dos 407 textos indicados das 12 ementas analisadas por ela); outros textos de autoria latino-americana raramente aparecem nos currículos dos cursos de teoria de RI, como as abordagens dependentistas e o híbrido latino-americano (TICKNER, 2003, p. 336).

Para Tickner, esse resultado sugere que os cursos de TRI na região falham em tratar abordagens não clássicas em pé de igualdade e ficam aquém do escopo “internacional” (TICKNER, 2003, p. 336). A conclusão geral da autora para o ensino de RI na América Latina

é a existência de altos níveis de imitação das RI nos Estados Unidos, com alguns adendos. A diferença encontrada foi que entre os países analisados, aqueles considerados menos desenvolvidos— Costa Rica e Trinidad e Tobago – em comparação com os outros, dão mais espaço para as abordagens marxista, neomarxista e pós-coloniais (TICKNER, 2003, p. 338).

Passadas quase duas décadas desta pesquisa, podemos observar que esta tendência se mantém no atual ensino de TRI na pós-graduação, dado que, das ementas analisadas, apenas em uma delas consta algum conteúdo de contribuição de origem brasileira e latino-americana, no curso de mestrado UFU. Dessa forma, podemos concluir que na disciplina mais presente nos PPGRIs do Brasil, que confere identidade à área de RI e que apresenta os aportes teóricos para o estudo das relações internacionais, estão praticamente ausentes autores, teorias e temáticas relacionadas ao contexto brasileiro e latino-americano. Isso confirma a hipótese central deste trabalho de que o uso de teorias latino-americanas e do pensamento brasileiro é pouco recorrente na área de RI do Brasil, especificamente no ensino teórico de política internacional.

Esta tendência também se confirmou nas outras disciplinas analisadas, embora com menor peso do que em TRI. Nas disciplinas de TRI II, em metade das seis ementas analisadas não há indicação de teorias e autores brasileiros e latino-americanos (UnB, PUC-Rio e San Tiago Dantas); em duas delas há uma presença de autores e temas que pode ser considerada baixa, se comparada com a quantidade total de textos indicados (um texto de autor brasileiro e um texto com tema sobre segurança na América do Sul na ementa da USP, e uma indicação de texto de uma autora argentina sobre uma agenda de pesquisa do Sul para as RI). Apenas uma ementa, da UEPB, que propõe uma série de indicações de autores, teorias e temas brasileiros e latino-americanos, como parte de uma discussão contemporânea das teorias das RI.

Esse quadro contrasta com outro aspecto observado nas ementas de TRI II: a valorização das teorias do Sul e a importância de pensar as relações internacionais para além das teorias ocidentais também estão presentes na maioria das ementas. No entanto, as reflexões sobre este tema no ensino desta disciplina na área das RI não consideram as referências locais, entre os demais textos propostos para a crítica epistemológica, com exceção de textos da ementa da UEPB e da indicação do texto de uma autora argentina na ementa da UERJ.

Este é um ponto de debate, com o movimento crítico que propõe a revisão teórica da área ganhando impulso principalmente com os autores do Terceiro Debate (Lapid, 1989), que, apesar de exigirem cada vez mais a necessidade de entender o mundo da perspectiva dos que não são ouvidos nas RI, argumentam que “a questão essencial de como a RI foi abordada nos países do Terceiro Mundo ainda precisa ser examinada de maneira adequada, mesmo por

aqueles que decidem falar em nome de grupos marginalizados dentro da disciplina”²⁸ (TICKNER, 2003, p. 325-326). Diante de uma crítica endossada a partir dos anos 90 com abordagens pós-positivistas, mas que, paradoxalmente, continuou a ser feita por estudiosos de países do centro e que não incorporou conhecimentos múltiplos de outras regiões, a autora examina o papel do Terceiro Mundo como objeto e agente na produção de conhecimento, pois

apesar da auto-reflexão crítica dentro das RI, que sem dúvida, levou a um aumento da tolerância intelectual e do pluralismo, o campo continua a apresentar um tremendo paradoxo. As chamadas para a abertura disciplinar não foram de encontro a esforços sistemáticos para explorar as RI a partir das perspectivas do Terceiro Mundo. A rejeição de projetos de conhecimento universais e verdades absolutas não coincidiram com ações concretas para mapear e incorporar múltiplos, competitivos *know-hows* que estão espalhados em todo o mundo. Em outras palavras, o "quem" dos estudos de RI continua a ser um número seleto de acadêmicos vindos principalmente dos países do centro²⁹ (TICKNER, 2003a, p. 296).

Tickner destaca o surgimento de uma literatura que evidencia a necessidade de se repensar as relações internacionais em moldes não-centrais, que incluiriam teorias e realidades do Terceiro Mundo e o exame das perspectivas nacionais e regionais de RI fora do centro. Dessa forma, a autora indica a “importância de se transferir o *locus* da enunciação da teoria nas RI como um meio de expor os problemas globais que as perspectivas dominantes de relações internacionais não conseguem ver”³⁰ (2003a, p. 297).

Siba Grovogui (2006) também examina essa questão, alegando que a orientação geral de teorização nas RI não tem sido a imaginação política de novos horizontes na política global, mesmo com movimento a partir dos anos 1990, quando teóricos examinaram dimensões previamente não exploradas. As teorias reflexivas seriam então euro-centradas e tanto os teóricos que reconhecem a Europa como proprietária da ciência legítima, como os teóricos críticos e reflexivos da área, se pautam na origem ocidental de ideias e instituições, mesmo para criticá-las. Segundo o autor, isso leva ao problema de considerar lembranças parciais que se propõem a prover compreensão da realidade internacional e encapsular a totalidade das intenções. Grovogui argumenta que essa memória parcial da disciplina deve ser observada pela

²⁸ “[T]he quintessential issue of how IR has been approached in the countries of the Third World has yet to be examined in an adequate fashion, even by those who take it upon themselves to speak on behalf of marginalized groups within the discipline”. Tradução nossa.

²⁹ Although critical self-reflection within IR has undoubtedly led to increased intellectual tolerance and pluralism, the field continues to present a tremendous paradox. Calls for disciplinary opening have not been met by systematic efforts to explore IR from third world perspectives. The rejection of universal knowledge projects and absolute truths has not been matched by concrete actions to map out and incorporate multiple, competing know-hows that are scattered throughout the world. In other words, the ‘who’ of IR studies continues to be a select number of academics hailing primarily from the countries of the core.” Tradução nossa.

³⁰ “[...] the importance of shifting the locus of enunciation of theory in IR as a means of exposing global problems that dominant IR perspectives fail to see.” Tradução nossa.

teorização de RI a fim de prover conhecimentos empiricamente adequados e apropriados para cada contexto. Dessa forma, o autor quer mostrar que as RI têm sido marcadas por ontologia e epistemologia insuficientes e que o conhecimento internacional excede sua atual localização disciplinar dentro de espaços estabelecidos pelo campo. Para o autor, “a seleção de eventos e seus significados não fazem justiça com a ambição da disciplina de estudar as políticas globais relacionadas” (GROVOGUI, 2006, p. 26).

Seguindo para a discussão dos dados das outras disciplinas analisadas, observamos que em EPI todas as ementas analisadas apresentaram teorias, temas e autores brasileiros e latino-americanos, ainda que em graus variados. A análise mostrou, por exemplo, a ementa da USP que, embora este propósito não estivesse evidenciado, contempla uma autora brasileira que faz análises macroeconômicas, considerando também os países latino-americanos. Outro exemplo é o programa da UFU voltado para o estudo do “desenvolvimento” na América Latina de acordo com fenômenos associados no âmbito da economia política internacional e que conta, basicamente, com teorias e autores brasileiros e latino-americanos como indicação de leituras.

Na disciplina “Política Internacional”, vemos entre as ementas analisadas, a disciplina na UFU que indica autores da região para as análises, assim como propõe um olhar para a situação da América do Sul como um dos temas de estudo. Do mesmo modo, a disciplina da USCF propõe a análise do Brasil e da América do Sul e o uso de autores brasileiros para interpretação de outros temas da política internacional. Quanto às outras ementas, nos programas da UERJ e San Tiago Dantas não há uma intenção explícita de estudo de teorias e temas caros ao Brasil e à região latino-americana, ainda que haja indicação de alguns autores da região nestas ementas.

Desse modo, podemos inferir que nas quatro disciplinas centrais para o estudo da política internacional – TRI, TRI II, EPI e PI – o uso de autores, teorias e temas do Brasil e da América Latina sobre as relações internacionais é pouco frequente. A indicação explícita sobre o estudo das relações internacionais do Brasil e da região, de modo geral, é pouco frequente, com exceção da disciplina de EPI, que apresenta essa proposta de estudo em seis das sete ementas analisadas, ainda que com peso variado entre os programas e com metade delas tendo proporção baixa de indicações levando em conta a quantidade total dos textos propostos na ementa. Por outro lado, na disciplina de TRI, apenas uma ementa das nove analisadas considera o contexto brasileiro e regional nas indicações de leitura da disciplina, que é a da UFU. Importante apontar que a indicação de leituras de autores da região não significa, necessariamente, o debate sobre os dilemas e temas brasileiros e latino-americanos nas relações

internacionais, ainda que a perspectiva local sobre os diversos temas da política internacional também seja relevante.

Ressaltamos também o fato de a disciplina de EPI, entre as ementas analisadas, ter sido a que mais apresentou teor brasileiro e latino-americano entre suas indicações de leitura, ainda que em graus variados. De acordo com a breve apuração que fizemos no primeiro capítulo da trajetória do pensamento latino-americano sobre as relações internacionais, evidenciamos que a produção teórica de maior notoriedade na região ocorreu no âmbito da economia política internacional, com destaque para a Teoria da Dependência. Podemos dizer, então, que essa trajetória foi projetada na área de RI, quando constatamos ser EPI a disciplina com maior alcance de textos, teorias e temas do país e região. Neste ponto, outro dado que apuramos é a indicação do estudo da Teoria da Dependência. Entre as 25 ementas analisadas, este tema aparece como indicação de estudo em apenas quatro delas: sendo três na disciplina de EPI (UFU, UFSC e PUC-Rio) e uma indicação na disciplina de TRI II (UEPB). Tickner (2003, p. 338) também verificou a baixíssima indicação de textos de autoria latino-americana nos currículos dos cursos de teoria de RI, bem a ausência das abordagens dependentistas e o híbrido latino-americano. Ela afirma que,

não obstante a influência central exercida pelas abordagens da dependência nas ciências sociais da América Latina e no campo das RI, a Teoria da Dependência ocupa um lugar comparativamente insignificante entre os textos pertencentes à tradição marxista/neomarxista. Trabalhos seminais, como “Dependencia y Desarrollo”, de Cardoso e Faletto, são citados com pouca frequência, sugerindo que a teoria da dependência simplesmente não é considerada uma teoria das relações internacionais pelos professores de RI da América Latina³¹.

A tendência de excluir esforços próprios de teorizar, pelo menos dentro do contexto de cursos formais de teoria de RI, - confirmada pela baixíssima indicação de leituras latino-americanas e sobre a Teoria da Dependência- “sugere que as concepções latino-americanas predominantes do que constitui ‘teoria de RI’ estão profundamente enraizadas nas interpretações dos EUA da disciplina” (TICKNER, 2003, p. 338). Esse quadro ainda prevalece, como mostram os dados da análise das disciplinas de TRI realizada neste trabalho. A Teoria da Dependência foi indicada como leitura em apenas 4 das 25 ementas totais analisadas (incluindo EPI e PI), um total de 16%, sendo que apenas 2 destas ementas são tidas como obrigatórias: a da UEPB na disciplina de TRI II e a da UFSC, na disciplina de Economia Política Internacional.

³¹ “Notwithstanding the central influence exercised by dependency approaches in the social sciences in Latin America, and in the field of IR, dependency theory occupies a comparatively insignificant place among those texts pertaining to the Marxist/neo-Marxist tradition. Seminal works such as Cardoso and Faletto’s *Dependencia y desarrollo* are cited infrequently, suggesting that dependency theory is simply not considered a theory of international relations by Latin American IR professors”. Tradução nossa.

As indicações em disciplinas optativas estão nas ementas da disciplina de EPI da UFU e da PUC-Rio. Com isso, retomamos a afirmação de Herz (2002, p. 16) de que, em termos de elaboração teórica, nos deparamos com “o silêncio pós-teoria da dependência”. Assim, como podemos participar do polo ativo de debate teórico se quase não retomamos o estudo dos esforços próprios de teorizar no contexto de cursos formais de teoria de RI?

Herz (2002, p. 29) afirma que este cenário resulta em pouca contribuição “para a compreensão dos processos políticos em curso e nosso silêncio caminha em conjunção com a decadência de elementos normativos na produção nacional” (ibidem, p. 29). A autora escreve no início dos anos 2000, quando o campo tomava impulso e previamente ao *boom* da área das RI no Brasil. Os dados verificados no ensino teórico das pós-graduações, em especial nas disciplinas de TRI, mostram que a conjuntura apresentada por Herz ainda é uma realidade. Ou seja, persiste no campo uma tendência de baixa indicação de leituras nacionais e latino-americanas e, além disso o ensino na região equipara amplamente os padrões dos EUA - com a exceção da disciplina de EPI, em que os esforços de incluir literatura local foi verificado, mesmo com baixa expressividade.

A disposição do campo nestes moldes nos remete à noção de Pierre Bourdieu sobre disputa no campo científico. A seguir, trazemos uma breve reflexão sobre o conceito, que condiz como aporte para pensar o campo das RI no Brasil.

3.2 O campo em disputa e a disposição do conhecimento

Para auxiliar a discussão sobre a disposição do campo das RI no Brasil que remete aos moldes da disciplina nos EUA, propomos a reflexão do conceito de “campo científico” trabalhado por Bourdieu. O autor desenvolve a noção de que campo é um espaço relativamente autônomo, “no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” e que todo campo científico é “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p.20, 22-23).

Bourdieu se dedicou ao estudo do problema da função social dos intelectuais introduzindo algumas questões sobre a lógica própria do mundo científico. Para o autor, o campo científico é um produto social e, nesse sentido, ele propõe o processo de autoanálise coletiva como vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2004, p. 17). Sobre isso, Bourdieu questiona “quais são os usos sociais da ciência”, se “é possível fazer uma ciência da ciência, uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e de orientar os usos sociais da

ciência” e alega que “todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc., são objetos de análises com pretensões científicas (Bourdieu, 2004, p. 18-19).

O sociólogo pondera que “para compreender uma produção cultural (Literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao *conteúdo textual* dessa produção, tampouco ao *contexto social* contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto” (BOURDIEU, 2004, p. 20, grifo nosso). Bourdieu trabalha com a hipótese que entre esses dois polos, muito distantes, entre os quais se supõe que possa se fazer uma ligação, “existe um universo intermediário” que ele denomina “o campo literário, artístico, jurídico ou científico”, [...] que é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Bourdieu (2004, p. 21) propõe que escapemos à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. Sobre as pressões externas, o autor afirma que, “sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 21-22). A esta capacidade, de reger sua própria lógica, ele denomina “autonomia do campo”.

Em relação ao campo científico, este constitui-se por um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Nessas condições, Bourdieu aponta ser importante

para a reflexão prática, [entender que] o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora “einsteiniana”, os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Segundo Bourdieu esta estrutura é, *grosso modo*, determinada pela distribuição do capital científico, em que “os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço” (BOURDIEU, 2004, p. 24). Dessa forma, no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes. Assim, os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nesse campo - posição essa que não fizeram – que contribui para definir suas possibilidades e suas impossibilidades (BOURDIEU, 2004, p. 24-25).

Nesse quadro, o que Bourdieu entende por capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (que está fundamentado em atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior deste campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 26).

No entanto, como Bourdieu argumenta, qualquer que seja o campo ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. Há estruturas objetivas e há lutas em torno dessas estruturas, em que os agentes “podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições as estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las as suas disposições (BOURDIEU, 2004, p. 28).

O campo está, então, constituído por relações de forças simbólicas em que o poder científico institucional se dá “mediante o domínio que assegura sobre as instâncias e os instrumentos de consagração, academias, dicionários, prêmios ou distinções (nacionais, pelo menos)” e está “ligado ao domínio sobre as posições na universidade e nas instituições de pesquisa, e é quase estritamente nacional, o que contribui para explicar a defasagem entre as hierarquias nacionais e as hierarquias internacionais” (BOURDIEU, 2004, p. 39). Bourdieu faz uma reflexão entre a relação do capital científico e capital político mediante aos poderes econômicos e políticos (que chama de poderes não-específicos) e o reconhecimento e prestígio científico (que chama de poderes específicos) e afirma: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder (BOURDIEU, 2004, p. 41).

Consideramos relevante para esta noção do campo científico, em vista de uma reflexão prática, a análise feita por Bernheim e Chauí (2008, p. 7) de que vivemos hoje a *sociedade do conhecimento*, dado que uma das características da sociedade contemporânea é o papel central do conhecimento nos processos de produção. Os autores afirmam que a vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas e que “esta centralidade faz do conhecimento um pilar da riqueza e do poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo meramente como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada” (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 7).

Bernheim e Chauí enfatizam o caráter internacional do conhecimento contemporâneo, apontando que se os “Estados têm fronteiras, o conhecimento, horizontes” e afirmam que “a emergência do conhecimento sem fronteiras e da sociedade da informação, em um mundo cada vez mais globalizado, confronta a educação superior contemporânea com desafios sem precedentes (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 14). Dessa forma, apontam para o contexto da globalização que pressupõe “uma divisão social e econômica muito precisa entre o Norte e o Sul ou entre países centrais hegemônicos e países periféricos dependentes” e que “essa divisão

significa que os acadêmicos, cientistas, artistas e intelectuais dos países periféricos dependentes não participam da *academia mundial* em condição de igualdade com os dos países centrais hegemônicos” (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 14). Os autores destacam o que acontece em pelo menos três aspectos principais:

1) há desigualdade com respeito aos recursos financeiros, instrumentais e técnicos para a pesquisa; 2) há desigualdade de oportunidades para divulgar e aplicar os resultados da pesquisa; 3) para terem entrada na academia mundial, os membros dos países periféricos dependentes concordam em restringir a sua pesquisa a problemas, assuntos, temas, métodos e técnicas definidos nos países centrais hegemônicos (Bernheim; Chauí, 2008, p. 14).

Nessa conjuntura, para Bernheim e Chauí (2009, p. 30) o desafio da *geração do conhecimento* envolve as universidades, afirmando que na América Latina elas são as instituições responsáveis pela maior parte dos pesquisadores e da atividade científica, o que “mostra o papel fundamental que têm as universidades nesses países no que concerne às tarefas de pesquisa e de promoção do conhecimento científico e tecnológico”. Destacam que, na região, estima-se que mais de 80% das atividades de pesquisa e desenvolvimento são feitas pelas universidades, especialmente as públicas e, por isso,

analisar a estrutura dos sistemas de educação superior e as suas condições, que podem ou não estimular as atividades voltadas para a promoção da pesquisa científica e a apropriação do conhecimento, é um esforço relacionado diretamente com as possibilidades existentes em cada país de criar um Sistema Nacional de Inovação genuíno, que lhe permita elevar seu nível científico e tecnológico e melhorar sua posição relativa nos mercados abertos e competitivos [...] (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 30).

Os autores ressaltam que, diante das mudanças econômicas ocorridas em escala mundial e as novas formas de trabalho e de produção, os países pobres são obrigados “a adquirir a capacidade de participar ativa e criticamente da criação e da gestão do conhecimento e das tecnologias, para aprimorar as condições de vida dos seus povos”, (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 30). Assim, destacam a necessidade de refletir e pesquisar sobre “a problemática dos sistemas e estruturas da educação superior, as relações entre esta e o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como os vínculos entre universidades, Estado, sociedade em geral e os setores produtivos”, o que remete a pensar sobre os usos sociais da ciência, conforme proposto por Bourdieu (2004) (BERNHEIM E CHAUÍ, 2008, p. 30).

Tornar evidente estas questões está entre os objetivos dos autores do pensamento decolonial quando buscam reforçar a existência de estudos sob um referencial latino-americano, com a revisão de algumas epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanas, reconhecendo as relações de dominação através do nexo saber-poder. Dessa forma,

conforme divulgaram no *Manifiesto inaugural del Grupo Latino Americano de Estudios Subalternos* (1998), engajam-se na revisão de estratégias de aprendizagem e pesquisa e reavaliam os paradigmas disciplinares e historiográficos nas áreas do conhecimento, pois

[...]estão ligados a projetos de ordem nacional, regional ou internacional dirigidos por elites que administraram ou controlaram as subjetividades sociais, buscando filtrar hegemonias culturais em todo o espectro político: desde as próprias elites até epistemologias e os discursos dos movimentos revolucionários, exercendo o seu poder em nome do "povo"³² (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998, p.71).

Conforme indicamos no primeiro capítulo, o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Quijano (2009), que também se manifesta como colonialidade do saber, orientou e inspira reflexões e debates sobre o tema. A perspectiva decolonial se coloca como uma opção epistêmica, teórica e política para a compreensão e atuação em um mundo marcado pela colonialidade, baseada em uma apreensão mais complexa e multifacetada do poder. Dessa forma, os estudiosos voltam-se para a formação de relações de poder em outros níveis além do estatal, como o cultural e o local.

Os autores desta perspectiva evidenciam, assim, a importância de refletir sobre as relações que perpassam a construção do conhecimento, partindo da premissa de que a história do conhecimento é marcada geo-historicamente, tem valor atribuído e um lugar específico de origem; portanto, não há conhecimento abstrato ou deslocalizado (GARCÉS, 2007, p. 225). Em relação a isso, Grosfoguel (2009, p.388) expõe que na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre apagado, oculto da análise e “ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores”.

Ao refletir sobre essa questão nas RI, Tickner e Wæver (2009) analisam a situação deste campo ao redor do mundo – com ênfase na América Latina – e ponderam que os regulamentos intra-acadêmicos também constituem relações de poder e controle. Os autores examinam a questão das forças internas e externas que operam no campo, o que consideram crucial para a compreensão da variação nas RI em diferentes locais nacionais e regionais (TICKNER E WÆVER, 2009, P. 329). Analisando especificamente o desenvolvimento da historiografia das RI brasileiras, Faria (2012) menciona certas disputas que permearam este campo com base

³² Paradigmas que se encuentran ligados a proyectos de orden nacional, regional o internacional manejados por elites que, en su despertar, administraron o controlaron las subjetividades sociales, buscando filtrar las hegemonias culturales a lo largo de todo el espectro político: desde las elites mismas hasta las epistemologías y los discursos de los movimientos revolucionarios, ejerciendo su poder en nombre del "pueblo". Tradução nossa.

trabalhos que apreciaram a formação do campo no Brasil. Assim, o autor recupera de forma cronológica algumas dessas percepções, como a de Fonseca Jr. (1989, p. 276 *apud* Faria, 2012, p. 104), que afirma que “o que marcará, então, em suas linhas mais gerais, o ‘modo brasileiro’ de refletir sobre relações internacionais será a busca de uma compreensão específica do andamento da política externa”. Hirst (1992, p. 66 *apud* FARIA, 2012, p. 104) corrobora com esse entendimento ao afirmar que

(...) o interesse despertado pelos novos rumos introduzidos na política externa brasileira a partir de meados dos anos 70 no meio acadêmico (...) constituiu o principal impulso para o desenvolvimento da área de RI na década de 70. Não obstante, o fato de que esta área concentra sua atenção temática na própria ação do Estado, leva a que se crie uma forte associação entre o desenvolvimento da disciplina RI e o estudo da política externa brasileira.

Herz (2002, p.23 *apud* FARIA, 2012, p. 105) também reconhece esse cenário, notando a produção acadêmica nos anos 1980 e 1980 e demais publicações no campo:

Ainda nos anos 90, a maior parte da produção acadêmica trata da inserção internacional do Brasil, da formulação de sua política externa e dos vínculos bilaterais relevantes, em particular com os Estados Unidos e Argentina. A distribuição temática das teses de mestrado e doutorado nos anos 80 e 90 demonstra esse fato claramente (...), assim como a publicação de artigos em periódicos. Se observarmos a publicação de livros, essa realidade é ainda mais evidente, pois a maior parte da produção nacional refere-se a trabalhos históricos sobre política externa brasileira e a inserção internacional do país.

No entanto, Herz (2002, p.8 *apud* FARIA, 2012, p. 104-105) verifica uma mudança sobre a produção intelectual já nos anos 1990:

A partir de um exame da produção nacional sobre os temas contemplados pela área de relações internacionais (...) é possível revelar o duplo caráter da bibliografia produzida até o final dos anos 80: a recuperação histórica e a prescrição quanto à política externa do país. Os principais debates teóricos e epistemológicos que marcaram o desenvolvimento da área de estudos na Europa, Estados Unidos e outros centros não haviam alcançado os pesquisadores brasileiros até recentemente. Esse quadro começa a se modificar nos anos 90.

Cervo (1994) também identificou essa mudança de tendência já nos anos 1990, afirmando que o estudo das RIs no país era um “pensamento sem teoria”. Esta afirmação estimula uma discussão que no Brasil se mantém relevante até os dias de hoje e que é de grande interesse desta pesquisa, particularmente em vista de diversos trabalhos que vêm apontando o monopólio das teorias anglo-saxãs no campo e a importância de uma democratização analítica na área das RI.

Na busca em identificar as justificativas para o desdobramento do domínio estadunidense, Tickner e Wæver (2009, p. 329) afirmam que, na investigação da sociologia da

ciência social das RI, a marca da influência norte-americana está sempre presente como um ponto de referência e que, por consequência,

a natureza das RI - tanto como conhecimento como como sistema social - que acolhe estudiosos em qualquer lugar do mundo é uma mistura complexa de uma RI norte-americana/global e sua variante local. As tentativas de discutir estruturas de poder ou padrões intelectuais em casos individuais devem necessariamente levar em consideração ambos os níveis³³.

Dessa forma, assim como Bernheim e Chauí (2008) apontam que o contexto de ensino e pesquisa entre os países é marcado pela desigualdade na distribuição de recursos financeiros, instrumentais e de oportunidades para divulgar e aplicar os resultados de pesquisa, Tickner e Wæver (2009) fazem uma série de observações em torno da consolidação do campo das RI ao redor do mundo, considerando também esses aspectos. Destacamos algumas, de acordo com nosso propósito de análise.

Uma observação é a de que a autonomia disciplinar geralmente cresce à medida que mais investimento é feito em orçamentos universitários básicos. Isto posto, os autores reconhecem que a disciplina das RI fora do centro não é caracterizada por ampla interferência direta e ordenação política em locais como a universidade, assim como práticas acadêmicas como a pesquisa, desfrutam de algum grau de autonomia em todos os lugares, ainda que “o mundo da pesquisa receba impulsos da sociedade em todas as partes do mundo, mas eles estão principalmente em um formato indireto [...]”³⁴ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 330).

Tickner e Wæver (2009) enfatizam o papel dos tipos de fundações e conselhos de pesquisa para a investigação de apoio em diferentes lugares e sua importância. Chamam a atenção para a indústria de *think-tank* que constitui uma variante interessante e complicada nos temas da influência do sistema político e/ou econômico na prática acadêmica que “ao colocar certas formas e temas de pesquisa na agenda acadêmica geral” exercem pressão direta “sobre as questões de enquadramento que determinam a prática acadêmica”³⁵ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 330-331).

Outro ponto evidenciado por Tickner e Wæver (2009, p. 332) é a importância dos critérios globais, ou seja, o reconhecimento nos periódicos dos Estados Unidos e da Europa que constitui um fator de peso altamente variável nos países e regiões estudados, uma vez que os

³³ “In consequence, the nature of the IR – both as knowledge and as social system – that greets scholars anywhere in the world is a complex mixture of U.S./global IR and its local variant. Attempts to discuss power structures or intellectual patterns in individual cases must necessarily take both levels into account”. Tradução nossa.

³⁴ “The world of research receives impulses from society in all parts of the world, but they are mostly in an indirect format”.

³⁵ “By placing certain research forms and themes on the general academic agenda, direct pressure is exerted upon the framing questions that determine scholarly practice”. Tradução nossa.

acadêmicos da América Latina buscam status e reconhecimento ao publicarem nestas revistas. Esse aspecto é apresentado por Bourdieu quando trata do campo científico, pois um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas é a “arte de antecipar as tendências, observada por toda parte, que está estreitamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc.” (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Em outra observação, Tickner e Wæver (2009) apresentam mais um tipo de dependência ao centro produzida pelo dinheiro estrangeiro, vindo na maior parte dos EUA e Europa. Eles expõem que

os casos da Índia, Europa Central do Leste, América Latina e África do Sul, em particular, ilustram que as fundações privadas (como a Ford) foram os principais formadores da disciplina” recursos investidos em programas de RI têm sido tão significativos em comparação com fontes locais e têm objetivos relativamente claros que foram fatores-chave na orientação da pesquisa em várias etapas³⁶ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 332).

A consequência disso é que esse “tipo de financiamento costuma arriscar o fortalecimento quantitativo da RI local à custa de marginalizá-la qualitativamente, reforçando a divisão intelectual clássica do trabalho, segundo a qual a teoria é produzida no centro e consumida e aplicada na e pela periferia”³⁷ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 332). Diante deste cenário, os autores destacam que, na América Latina, a Teoria da Dependência e a Teologia da Libertação têm sido largamente ignoradas pelos estudiosos nas Ciências Sociais, especialmente nas RI, como contribuições teóricas legítimas, visto que

ao reivindicar a autoridade sobre as decisões relativas ao que se qualifica como “teoria”, o centro reproduz este arranjo hegemônico [da divisão intelectual do trabalho]. Infelizmente, as comunidades acadêmicas do Sul (para não mencionar as elites políticas e econômicas) também internalizam e reproduzem, favorecendo o conhecimento do centro como mais dominante e científico em comparação com variantes locais³⁸ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 335).

Por outro lado, historicamente, esse cenário de dependência da região em relação aos EUA estimulou a cautela em relação às ideias produzidas neste país, conforme compreendemos

³⁶ “The cases of India, East Central Europe, Latin America, and South Africa in particular illustrate that private foundations (such as Ford) have been major shapers of the discipline. The resources invested in IR programs have been so significant compared to local sources and relatively clearly targeted that they have been key factors in orienting research at several stages”. Tradução nossa.

³⁷ “This kind of funding has often risked strengthening local IR quantitatively at the cost of marginalizing it qualitatively, by re-enforcing the classical intellectual division of labor whereby theory is produced in the center and consumed and applied in and by the periphery”. Tradução nossa.

³⁸ “By claiming authority over decisions concerning what qualifies as “theory” the core reproduces this hegemonic arrangement. Sadly, academic communities in the South (not to mention political and economic elites) also internalize and reproduce it by favoring core knowledge as more authoritative and scientific in comparison to local variants”. Tradução nossa.

que a Teoria da Dependência foi, em grande parte, uma reação contra a teoria do desenvolvimento produzida pelos EUA e as teorias da Modernização. Diante disso, ponderamos o argumento de Moreno (2012, p. 36) de que as teorias de Modernização e as teorias de RI estão dispostas num mesmo registro hegemônico, ainda que tais teorias tenham se voltado para mundos espacialmente distintos (o espaço doméstico, no caso das teorias da Modernização e o espaço internacional no caso das RI), pois estiveram “durante a Guerra Fria, a serviço de um mesmo mundo, qual seja: o mundo hegemônico que estava sendo moldado pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra”.

Dessa forma, Moreno (2012, p. 41) reflete sobre a condição de subdesenvolvimento atribuída a nações, mostrando que foi o presidente estadunidense Truman o primeiro líder político a aplicar o termo “subdesenvolvido” (*underdeveloped*) para representar os sujeitos em processo de modernização, quando colocou o desenvolvimento no topo da agenda nacional. Sobre esta questão, Moreno pondera que

quando pensamos o desenvolvimento como um discurso *historicamente produzido* a serviço de um *determinado propósito*, entendemos a condição de “subdesenvolvimento” não como uma realidade objetiva vivenciada por determinados países, mas como uma construção discursiva do Ocidente sobre “Outros” não ocidentais. Esse saber não apenas se tornou a gramática a partir da qual esses “Outros” foram avaliados e “medicados”, mas foi também internalizado pelos países do “Terceiro Mundo”, os quais passaram, eles mesmos, a se representarem como “subdesenvolvidos” e, conseqüentemente, a pautarem suas ações pela busca do desenvolvimento (ESCOBAR 1995 *apud* MORENO, 2012, p. 41).

Como enfatizado por Arturo Escobar (1995), autor inserido no debate decolonial, conforme especialistas e políticos passaram a perceber certas condições da África, da Ásia e da América Latina como um problema relacionado à “pobreza” e ao “atraso” desses países, emergiu um novo domínio de pensamento, o “desenvolvimento”, prescrevendo novas estratégias para lidar com o problema diagnosticado, aderindo, então, à cartilha das teorias da Modernização. Neste contexto, as complexas e singulares genealogias dos países do “Terceiro Mundo” foram negligenciadas e suas características produzidas à luz dos modelos ocidentais de modernidade (MORENO, 2012, p. 46).

Diante disso, Moreno (2012) aponta que as teorias de Modernização e de RI corroboram para o mesmo propósito, e que há uma divisão de trabalho entre elas (uma teoriza sobre o doméstico e a outra sobre o internacional) voltado para a (re)produção de um mesmo mundo. Dessa forma, “essa divisão de trabalho aparentemente inocente e procedimental, tem força produtiva, pois reifica uma série de fronteiras: entre o plano internacional e o doméstico, entre o ‘Primeiro’ e o ‘Terceiro Mundo’, bem como entre política e economia” (Moreno, 2012, p.

45). Sendo assim, a produção desses mundos como separados e distanciados tornou impensável que o mundo “desenvolvido” fosse visto como cúmplice do atraso do mundo “subdesenvolvido”, cumplicidade esta que os dependentistas se empenharam em evidenciar (MORENO, 2012, p. 45).

Com base nessa consideração sobre a cumplicidade das teorias de RI e de Modernização, evidenciamos mais uma vez a importância da reflexão epistmológica e valorização do pensamento local e regional, como as iniciativas dependentistas lograram fazer diante da ascensão das teorias de modernização. É necessário, portanto, ter em conta, que há nas RI uma divisão intelectual do trabalho, com subrepresentação das teorias fora do seu *mainstream*, pois “o centro passou a ser visto como o principal produtor da teoria científica, enquanto os locais periféricos são considerados incapazes de pensar teoricamente e, portanto, constituem fontes de ‘dados’ ou, nos melhores casos, conhecimentos locais”³⁹ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 335). Sobre isso, Tickner e Wæver (2009) ressaltam que, ainda assim, é muito “fácil” confiar inteiramente em uma interpretação baseada em como a hegemonia bloqueia a teoria local, pontuando que mais esforços devem ser feitos para entender a dinâmica local por trás das teorias de RI. Diante disso, propomos uma reflexão sobre os conhecimentos locais em vista de um pensamento hegemônico global, notadamente na área das RI, uma disciplina que se propõe justamente a pensar sobre o internacional, o global.

3.3 Sobre pensar o mundo a partir do Brasil e América Latina *vis-à-vis* uma disciplina global

Ao discorrerem que vivemos hoje a *sociedade do conhecimento*, Bernheim e Chauí (2008, p. 14) tratam do que seria uma *academia mundial*, diante do caráter internacional do conhecimento contemporâneo, com a emergência do conhecimento sem fronteiras e da sociedade da informação em um mundo globalizado. Os autores pontuam que esse panorama confronta a educação superior contemporânea com desafios sem precedentes e que em vez de admitir que essa *academia mundial* já existe, “com intercâmbios efetivos e produção universalizada, [nota-se] que ela deveria ser considerada como uma tarefa a ser realizada, um objetivo, que exige tanto a reflexão crítica sobre o presente como a mediação do particular na direção do universal” (BERNHEIM E CHAUI, 2008, p. 14). Esta seria uma tarefa difícil, pois,

³⁹ “The center has come to be viewed as the primary producer of scientific theory while peripheral sites are deemed incapable of theoretically based thinking and therefore constitute sources of “data” or, in the best cases, local expertise”. Tradução nossa.

conforme exposto na seção anterior, de acordo com suas condições, “os membros dos países periféricos dependentes concordam em restringir a sua pesquisa a problemas, assuntos, temas, métodos e técnicas definidos nos países centrais hegemônicos”, e com isso,

em vez de defini-los de acordo com as necessidades dos seus países e sociedades, de acordo à sua tradição teórica, científica, técnica e artística, garantindo a permanência de uma história do saber particular que possibilitar a participação no saber universal, eles procuram ingressar nesse universal (ou “global”), assumindo particularidades alheias. Em outras palavras, em vez de assumir um processo pelo qual o particular manifesta uma universalidade própria do saber e das artes, o que se procura é participar imediatamente do universal sem a mediação das particularidades de natureza social, histórica e cultural (BERNHEIM E CHAUI, 2008, p. 14).

Ao estudarem o campo das RI ao redor do mundo, Tickner e Wæver analisaram a maneira como a interação entre dinâmicas globais e locais molda as estruturas sociais particulares para a prática das RI. Para os autores, essa investigação é importante para entender por que “as RI não estão em uma trajetória linear, onde alguns estão mais adiante”, e que “estrutura global das RI é muito mais complexa e variável, [em que] as normas científicas e formas de organização produzem diferentes tipos de disciplinas de RI em todo o mundo”⁴⁰ (TICKNER E WÆVER, 2009, p. 334). Com base na análise proposta anteriormente, isso corresponde à correlação de forças e as dinâmicas de disputa de campo em cada região e, ainda que seja uma disciplina cuja teorização gravita em torno de várias teorias feitas nos EUA, a assimilação dessas teorias se dá em ambiente com dinâmicas internas e próprias que de alguma forma ressignificam a maneira como as RI operam.

Como resultado desta assimilação, Tickner (2003) revela que, no nível do ensino, as teorias anglo-saxãs são aceitas e repassadas acriticamente nas salas de aula, enquanto no nível da pesquisa regional a tendência de buscar meios alternativos de analisar a situação internacional da América Latina é mais evidente. Assim,

embora os discursos dominantes dos EUA estejam presentes nas análises regionais de problemas internacionais, eles foram apropriados e moldados ao contexto latino-americano, sugerindo que o fluxo de conhecimento dos Estados Unidos foi ajustado para se adequar às condições da região. Em consequência, o estudo da RI na América Latina foi caracterizado pela tensão entre as influências americanas recebidas e sua recepção local como “imperialismo”, que precisa ser resistida e substituída por espaços de pensamento autônomos (TICKNER, 2003, p. 326).

Tickner (2003, p. 331) afirma que essa fusão de conceitos constitui um modelo híbrido latino-americano que se tornou fundamental para a análise de questões globais em muitos países

⁴⁰ “The global structure of IR is much more complex and differentiated, and varying scientific norms and forms of organization produce distinct kinds of IR disciplines around the world”. Tradução nossa.

da região. Esse cenário nos remete ao surgimento do campo de RI, entre as décadas de 1960 e 1980, no qual a necessidade de reduzir os níveis existentes de dependência política, econômica e intelectual, fez com que muitos autores compartilhassem a noção de que a América Latina precisava criar seu próprio conhecimento científico, extraído de sua respectiva realidade, enquanto desenvolvia seus próprios instrumentos teóricos e metodológicos (Perina, 1985, p. 12). Dentro do balanço que fizemos sobre os estudos internacionais na região, recobramos as reflexões sobre autonomia feitas por Juan Carlos Puig (1980, 1984), que destoam das teorias tradicionais de RI, consideradas ineficientes na compreensão das relações internacionais da periferia. Para Puig, “contrariamente aos argumentos apresentados por realistas como Morgenthau e Waltz, o sistema internacional não é caracterizado pela anarquia, mas é um regime hierárquico”, ele ainda adverte que “a ênfase do realismo no poder militar disfarça a crescente disposição do sistema internacional em direção a estratégias autônomas por parte da periferia” (TICKNER, 2003, p. 331).

Com isso, ao passo que, no que se refere ao ensino, constatamos a repetição das narrativas clássicas e reprodução das teorias estadunidenses, em relação à produção acadêmica, observa-se uma combinação de fragmentos e de conceitos de distintas teorias de RI. Assim, “a América Latina, embora ainda careça de estudos mais endógenos, optou pela abordagem do ecletismo teórico e desenvolveu um modo próprio de estudar as Relações Internacionais, o qual consiste em adaptar as teorias tradicionais às realidades locais” (SZUCKO, 2016, p. 202-203).

O tema do hibridismo no conhecimento é explorado pelo teórico argentino Walter Dignolo (2012), uma das figuras centrais do pensamento decolonial latino-americano, que reflete sobre “o pensamento de fronteira”. Para o autor, este tipo de pensamento está na fronteira entre *projetos globais* e *histórias locais* que, em situações dialógicas, possibilitaria uma enunciação como uma resposta crítica da modernidade eurocentrada em uma proposta que englobaria múltiplas respostas críticas que partam de outras culturas e lugares epistêmicos. Nesta construção entre projetos globais e histórias locais, Dignolo (2012, p. 65) não quer dizer que *histórias locais* são as dos estados colonizados e o projeto *global* corresponde aos países colonizadores, mas que o *projeto global* é fabricado nas *histórias locais* dos países metropolitanos, que são implementadas, exportadas e promulgadas diferentemente em lugares particulares. O autor também questiona o “conhecimento absoluto” que para ele é um conhecimento que esconde sua base geopolítica (ibidem, p. xiii).

Para a compreensão do pensamento de fronteira na conjuntura latino-americana, Dignolo aborda a noção de diferença colonial. Esta refere-se ao conhecimento e às dimensões culturais do processo de subalternização efetuado pela colonialidade do poder e ressalta as

diferenças culturais nas estruturas globais de poder, projetando a importância do *locus* de enunciação desta diferença (ESCOBAR, 2003, p. 62). A diferença colonial é o espaço onde as *histórias locais* inventam e implementam os *projetos globais*, o espaço em que estes projetos são adaptados, adotados, rejuntados, integrados ou ignorados (MIGNOLO, 2012, p. xxv). É, portanto, o espaço onde a restituição do conhecimento subalterno ocorre, onde também o “ocidentalismo”, como imaginário abrangente do mundo moderno/colonial, foi articulado, e onde o pensamento de fronteira está emergindo (ibidem, p. xxv-xxvi). O pensamento de fronteira é, então, mais que uma enunciação híbrida, é uma consequência da diferença colonial.

Ademais, o pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da Modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, operando como resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais. A ideia de Mignolo (2012, p. 118) é situar que outros locais de enunciação não são, no entanto, opostos dialéticos ao *locus* de enunciação criado pela Modernidade, mas, em vez disso, lugares de intervenção, interrupções da auto-invenção da modernidade. Dessa forma,

ao invés de rejeitarem a Modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, p. 2009, p.407).

Assim, as formas de conhecimento híbridas e transculturais, não no sentido de sincretismo, mas em uma cumplicidade, são modos que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento, pensadas a partir de uma epistemologia de fronteira (GROSFOGUEL, 2009, p.405).

Isto posto, a discussão sobre o pensamento de fronteira aponta para o potencial de um conhecimento inovador que ocorre nessas zonas em que “o local entra em contato com o global” nas quais cabe ao pesquisador, muitas vezes, “o papel de compreender e de traduzir essas dinâmicas de maneira inteligível de um lado para o outro” (SZUCKO, 2016, p. 209). Neste papel de tradução deve-se considerar que a construção de conhecimento está permeada por fatores subjetivos e por relações de poder, que nem sempre são simples de identificar.

No campo das RI, alguns autores buscam identificar esses fatores estruturais que reforçam essa situação e impedem o pluralismo e a diversidade teórica do campo. Como analisamos, entre estes fatores, temos a reprodução dos mecanismos de reprodução do poder no âmbito do conhecimento, com o centro como produtor do conhecimento legítimo e inovador e a periferia como fornecedora dos dados e local de teste dessas teorias.

Outro aspecto relevante é a própria dificuldade em obter dados sobre o estudo de RI não ocidentais, pois, como argumentam Acharya e Buzan (2010), as teorias não-ocidentais existem, mas são geralmente restritas às realidades locais e não apreciadas no debate global devido às barreiras culturais e linguísticas. Dessa forma, Acharya (2014) se dedica à proposta de *Global IR*, que busca reunir abordagens não ocidentais, e reivindica uma agenda de RI mais inclusiva e universal, considerando que a teoria de RI ocidental se mostrou insuficiente na abordagem de questões relevantes para estudiosos ao redor do mundo. Esses esforços buscam estabelecer o diálogo na construção de uma disciplina verdadeiramente internacional com objetivo de estimular os acadêmicos a ampliar os horizontes da disciplina descobrindo novos padrões, teorias e métodos que podem ser utilizados na análise das RI.

Acharya e Buzan (2010, p. 19-21) também argumentam que as condições locais podem dificultar a produção de teoria de RI, seja por fatores culturais, políticos, históricos ou institucionais, pois, para desenvolver teoria, entre outros fatores, é preciso ter recursos materiais e intelectuais. Neste aspecto, os EUA contam com disponibilidade de recursos para o financiamento do trabalho científico, o que possibilita a existência de centros de pesquisa focados na elaboração de teorias. Dessa forma, os EUA são o país com “mais cursos, instituições, associações e conferências em Relações Internacionais do que qualquer outro país do mundo, de maneira que sua academia adquire uma hegemonia global no campo” e, como efeito, “os acadêmicos estadunidenses são desproporcionalmente mais lidos, mais citados e mais debatidos ao redor do mundo” (SZUCKO, 2016, p. 198).

O domínio dessas teorias é tema presente nas discussões sobre a história e construção da disciplina, como nos mostra o artigo de Stanley Hoffman de 1977, *An American Social Science: International Relations*, entre outros (SCHIMIDT, 1998; WEAVER, 1998; SMITH, 2000; BIERSTEKER, 2009, TICKNER 2003, 2013; GONÇALVES E MONTEIRO, 2015). O predomínio estadunidense nesse campo se revela tanto na prática política quanto na produção acadêmica, que relaciona com grande interesse do Estado em explorar essa área de conhecimento, visto que

sem dúvida na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a disciplina tem relação, ainda que não exclusiva, com a importância que as relações internacionais tiveram para o

próprio Estado nacional. Isso em que pese o crescente interesse nas nascentes organizações internacionais e a busca pela compreensão da relação entre poder e direito internacional, principalmente das formas pelas quais a desordem e a guerra se relacionam com a paz e a ordem (VIGEVANI *et al*, 2016, p. 4).

Sendo assim, é imprescindível observar a série de fatores que influenciam a evolução dos estudos de relações internacionais em diferentes contextos nacionais, considerando “níveis comparativos de desenvolvimento e posição no sistema regional/internacional; tipo de regime político; níveis de crise doméstica; grau de interação entre os setores acadêmico e público; e duração da experiência colonial” (TICKNER, 2003, p. 333). Neste esforço e em busca de conhecer como as RI são praticadas em localidades específicas, diferentes perspectivas teóricas são reconhecidas e, com isso, podem apontar relevantes contribuições no entendimento sobre as relações internacionais.

CONCLUSÃO

O campo das Relações Internacionais, que surgiu no Reino Unido no pós-Primeira Guerra e se desenvolveu substancialmente nos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial, tem em sua história institucional no Brasil o marco de seu desenvolvimento nos anos 1990, com sua consolidação e uma grande expansão nos anos 2000. Apesar disso, nota-se que as teorias que ganharam destaque neste campo foram aquelas desenvolvidas pelo centro e sobre o centro. Dessa forma, o campo passou a ser questionado sobre seu estudo configurado mediante o uso de teorias produzidas predominantemente em instituições norte-americanas, como enfatizou Hoffman (1977), caracterizando um campo com monopólio de teorias anglo-saxãs (GONÇALVES E MONTEIRO, 2015).

O balanço feito sobre as dinâmicas dos estudos sobre as relações internacionais no Brasil e na América Latina nos mostrou alguns de seus principais expoentes, conceitos e teorias. Através desse resgate, observamos a trajetória destes estudos no século XX que se deram previamente à institucionalização deste campo nos moldes acadêmicos e que contribuíram para o desenvolvimento do campo no Brasil. Notamos o papel dos círculos militar e diplomático nos estudos internacionais e a transição da História Diplomática para História das Relações Internacionais, como uma das transformações que mais contribuíram para o amadurecimento da área, possibilitando a adoção de horizontes mais amplos nas análises e permitindo “a articulação das novas categorias conceituais e a utilização de dados empíricos com a abertura interdisciplinar própria da grande área de RI” (LESSA, 2005, p. 4).

Em relação ao esforço latino-americano para os estudos das relações internacionais, destacamos o papel da CEPAL, constituída por um grupo de intelectuais de prestígio regional, que assumiu o papel de “usina de ideias” para a América Latina (Barbosa, 2012), e da Teoria da Dependência, que alcançou notoriedade regional e reconhecimento mundial como importante subsídio teórico da América Latina.

Mesmo com estas e outras iniciativas, as análises e avaliações da área de RI no Brasil e na América Latina têm evidenciado o papel preponderante das teorias anglo-saxãs no ensino do campo. Retomando nossa pergunta de pesquisa, que questiona em que medida a expansão da área se traduz em uma agenda própria de ensino, identificada com os desafios nacionais e regionais face ao mundo globalizado, constatamos que, nas disciplinas que se dedicam ao ensino de política internacional, isto não se verifica, com exceção da disciplina de Economia Política Internacional, que apresentou, em certa medida, o caráter nacional e regional em suas indicações de leitura. Dessa forma, avaliamos empiricamente o perfil do ensino teórico de

política internacional nos cursos dos PPGRI, selecionando as disciplinas de TRI I e II, EPI e PI e pudemos confirmar a nossa hipótese de que há uma subrepresentação no ensino do pensamento brasileiro e latino-americano na área de RI no Brasil, utilizando como critérios as teorias, temas e autores indicados nas ementas dessas disciplinas.

As representações estatísticas demonstraram que a disciplina obrigatória (depois de Metodologia de Pesquisa, comum a todos os cursos) mais frequente nos PPGRI é a TRI, disponível em 88% (70% obrigatório e 18% optativa) dos cursos de mestrado e doutorado. Quando analisamos o conteúdo desta disciplina, notamos que, com exceção de uma ementa, nenhuma considera autores, temas e teorias brasileiros e latino-americanos em suas indicações de leitura. Assim, a disciplina mais frequente e que confere identidade ao campo das RI tem em seu conteúdo praticamente a inexistência de aportes teóricos de caráter nacional e regional.

Já as disciplinas de TRI II, que apresentam teor mais crítico e reflexivo entre suas indicações de leitura, consideram em sua maioria as críticas ao centro feitas pelo próprio centro, dessa forma, com teorias reflexivas auto-centradas (GROVOGUI, 2006). Nesta disciplina, identificamos como principal diretriz das ementas o estudo dos debates teóricos contemporâneos das RI, porém, nas abordagens que propõem estas reflexões, a contribuição de autores e teorias locais e regionais é pouco considerada.

Quando analisamos a disciplina de EPI constatamos que, esta, dentre as analisadas, é a que mais apresentou teor brasileiro e latino-americano entre suas indicações de leitura, ainda que em graus variados, desde ementas apresentando conteúdo mínimo, até um programa de leitura composto, em sua maioria, por leituras com este teor. De acordo com o breve balanço que fizemos no primeiro capítulo do pensamento brasileiro e latino-americano sobre as relações internacionais, evidenciamos que a produção teórica de maior notoriedade na região ocorreu no âmbito da economia política internacional, com destaque para a Teoria da Dependência. Dessa forma, essa trajetória se vê projetada na área, quando constatamos ser EPI a disciplina com maior alcance de textos, teorias e temas do país e região. Ainda assim, é importante ressaltar que a disciplina é considerada como obrigatória em 4 dos 17 cursos, o que indica que este teor não necessariamente se refletirá na formação estruturante do pesquisador, como o que acontece com o alcance da disciplina de TRI, obrigatória em 14 dos 17 cursos analisados.

Na disciplina de PI, observamos que não há uma tendência de indicações em comum nas ementas, com cada uma delas apresentando uma proposta particular e variando sobre o caráter nacional e regional dos textos. Neste intuito, a disciplina na UFU se destaca por indicar teorias, autores e temas brasileiros e latino-americanos para estas análises.

Diante disso, entre as inferências que obtivemos com a pesquisa, concluímos que limitar o pensamento brasileiro sobre as relações internacionais a determinados autores/teorias/temáticas leva a menos apreciação destes no ensino das RI e desconsiderar a Teoria da Dependência, e as abordagens do nacional/desenvolvimentismo como crítica ao imperialismo, incidem na difusão de uma visão estadunidense das teorias/abordagens/conceitos das análises/agendas de pesquisa do campo.

Este cenário está relacionado com os moldes estabelecidos pelas RI, com base em regulamentos intra-acadêmicos que constituem poder e controle, indicando que forças internas e externas operam na disciplina, o que nos leva a compreender a variação nas RI em diferentes âmbitos nacionais e regionais, mas que a marca norte-americana está sempre presente como ponto de referência (TICKNER E WEAVER; 2009, p.329). Dessa forma, com a institucionalização das RI e a formação de suas comunidades acadêmicas, devemos observar as formas de influência política, de forma direta ou indireta; os tipos de fundações e conselhos de pesquisa; o papel da indústria *think-tank*; o papel da agenda de política externa do país; a formação dos critérios globais de status e reconhecimento; investimento de dinheiro estrangeiro e o tipo de estrutura de poder que existe internamente (TICKNER E WEAVER; 2009).

Sendo assim, argumentamos sobre a importância de uma avaliação e percepção crítica da teorização e programas de ensino nas áreas do conhecimento, dos fatores internos e externos que perpassam a construção do conhecimento e do que Quijano (2009), diante desta sub-representação local e regional no ensino teórico deste campo, considera como colonialidade do saber. É preciso, então, reconhecer as marcas de uma dependência intelectual que considera necessário passar pelo centro para legitimar o conhecimento que vem da periferia e reconhecer o desenvolvimento da local e regional de pensar as relações internacionais. Como abordamos, a questão da nacionalidade apresenta um profícuo eixo de análise e compreensão das expressões que o conhecimento adquire em comunidades epistêmicas nacionais diferentes (SANTOS, 2005). E nisso, conforme Cervo (1994, p. 15) argumenta, “não se pode esperar que a teoria e a história das relações internacionais que se fazem no Norte gravitem em torno da política internacional do Sul”. Panorama este que se confirma com a afirmação de Kenneth Waltz (1979, p. 72) de que “seria absurdo construir uma teoria das relações internacionais baseadas em países como a Malásia e a Costa Rica”, o que indica o lugar marginal que ocupou o resto do mundo, que não as grandes potências, dentro da disciplina quando o autor propôs uma teoria geral da política internacional.

Desse modo, observa-se um movimento dentro das academias de RI no sentido de descentralizar e de pluralizar o campo, e esta pesquisa se insere neste esforço, de modo que o

estudo na área é também a confirmação sobre ela. Nisso, buscamos contribuir para um estudo reflexivo e crítico das teorias que atentem para o contexto nacional e regional em que estão inseridas. Enfatizamos que a teoria produzida em cenários intelectuais fora de sua região de origem corroboram para a reprodução da ideologia dominante em sua interpretação das relações internacionais. Portanto, torna-se necessária a valorização de estudos sobre a inserção internacional e da política externa a partir de nossas próprias interpretações, de modo que permitam também substanciar e explicar a atuação nacional e regional no sistema internacional. Apesar da árdua tarefa de criar a dinâmica dos padrões acadêmicos como o principal regulador da atividade acadêmica, aventamos sobre a importância de uma diversificação no ensino e na produção teórica, um programa de RI mais abrangente e menos restrito às abordagens clássicas dominantes, com incentivos a novas abordagens de ensino, condizentes também com a própria realidade e a novas temáticas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita. Postcolonialism. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction*. Londres; Nova York: Routledge, 2007.

ACHARYA, Amitav. Advancing global IR: challenges, contentions, and contributions. *International Studies Review*, v. 18, n. 1, p. 4-15, Mar. 2016.

_____. Global International Relations (IR) and Regional Worlds: a new agenda for international studies. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647-659, Dec. 2014.

_____; BUZAN, Barry. Why is there no non-western International Relations theory? An introduction. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (ed.). *Non-Western International Relations Theory*. London: Routledge, 2009. p. 11-35.

_____; BUZAN, Barry. Why Is There No Non-Western International Relations Theory? An Introduction. In: _____ (orgs.). *Non-Western International Relations Theory*. London: Routledge, 2010. p.1-25.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: 50 anos de um grande empreendimento intelectual. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 223-226, dez. 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995): Ciência Política*. v. 3. São Paulo: Ed. Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 191-255.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, June 2004

ARENAL, Celestino del. *Introducción a las Relaciones Internacionales*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 1990.

AZEVEDO, Denizar. *Raymond Aron e os estudos em relações internacionais na UnB*. 2018. 291 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

_____. Feminismos Subalternos. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, dez. 2017.

BARASOUL, Fernanda; SILVA, André. International Relations theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 59, n. 2, p. 1-20, set. 2016.

BARASUOL, Fernanda Barth. *Teorias de Relações Internacionais no Brasil: tendências e desafios no ensino e na pesquisa*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo, de Dosman, Edgar Jr.. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 94, p. 218-220, nov. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BERNAL-MEZA, Raúl. El estructuralismo latinoamericano y la Interpretación del Mundo. *Horizontes Latinoamericanos*, v. 2, n.1, p. 37-48, 2014.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de Relaciones Internacionales*. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.

_____. Paradiplomacia y Regionalismo en situación de relaciones políticas en conflicto: el caso de Chile y Bolivia. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 35, n. 3, p. 605-627, dic. 2015.

_____. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual, and methodological contributions. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 59, n. 1, e005, July 2016.

_____. Dos aportes teóricos latinoamericanos de relaciones internacionales y su utilización por el pensamiento chino contemporáneo: los casos de Prebisch y Escudé. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 64, p. 75-87, abr. 2018.

BERNHEIM, Carlos; CHAUÍ, Marilena. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

BIERSTEKER, Thomas J. The parochialism of hegemony: challenges for “American” International Relations. In: TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole (ed.). *International Relations scholarship around the world*. London: Routledge, 2009. p. 308-327.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes gerais do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais REUNI*. Brasília, DF, ago. 2007.

_____. Ministério da Educação. Processo nº 23001.000080/2013-11, de 6 de junho de 2017. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Relações Internacionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 2017. Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=67951-pces243-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 out. 2018

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2017. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2017. 192. ed., seção 1, p. 18.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: Outubro de 2018

CANABARRO, Diego Rafael; BORNE, Thiago. The Fog of (Cyber) War: controversies revised. In: ISA ANNUAL CONFERENCE, n. 54, 2013, San Francisco (CA), USA. p. 2-31.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, DF: Funag, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 8-25, dez. 2008.

_____. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Introdução à história das Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1994. p.9-58.

_____. Parte III. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. rev. e amp. Brasília, DF: Ed. UnB, 2008.

CESA, Gabriela. Relações Internacionais no ENADE: desafios e perspectivas. In: ANPED SUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, n. 9, 2012, Caxias do Sul. p. 1-16.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; NACIONES UNIDAS. *El regionalismo abierto en América Latina y El Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago: CEPAL, sep. 1994.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; NACIONES UNIDAS. *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*. Santiago: CEPAL, ago. 1992.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Avaliações e Perspectivas: Ciência Política*. Brasília, DF: 1977.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Edital MCT/CNPq/CTInfra/CTVerde Amarelo nº 29/2006 – Programa Renato Archer de apoio à pesquisa em Relações Internacionais*. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=209-12-684&detalha=chamadaDetalhada&filtro=resultados>. Acesso em: 05 maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Programa Institutos Nacionais de C&T*: documento de orientação aprovado pelo comitê de coordenação em 29 de julho de 2008. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/programas/inct/_apresentacao/pdf/015_anexo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Descrição do Programa San Tiago Dantas de apoio ao ensino de Relações Internacionais*. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/RelacoesInternacionais.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Programa CAPES PPCP-MERCOSUL*: projetos conjuntos de pesquisa. Processo seletivo 2010/2011, Edital CGCI nº 072/2010. Brasília, DF: 2010. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital072_ProjetosConjuntos_Mercosul2010.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA) – PRÓ-DEFESA IV Nº 27/2018*. Brasília, DF: 2008. Disponível em <<https://capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/pro-defesa>>. Acesso em: 06 maio de 2019

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Programa San Tiago Dantas de apoio ao ensino de Relações Internacionais*. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <<https://capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos/programas-estrategicos-encerrados/san-tiago-dantas>>. Acesso em: 08 maio 2019.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory. In: KEOHANE, Robert O. (org.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

DARBY, Phillip; PAOLINI, A. J. Bridging International Relations and Postcolonialism. *Alternatives*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 371-397, July 1994.

DE ALMEDIA, José. Linhagens e variantes do pensamento dependentista. IPEA. *Anais do I circuito de Debates Acadêmicos*. 2011

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad*. Tomo I Del Ariel de Rodó a la Cepal; Tomo II Desde la Cepal al neoliberalismo; Tomo III Las figuras de fin de siglo, Biblos-Dibam; Buenos Aires; Santiago, 2000, 2003, 2004.

DORNELES, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa, não*. Rio de Janeiro: Globo, 2002.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, p. 51-86, ene/dic. 2003.

ESCUDE, Carlos. *Realismo Periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

FARIA, Carlos Aurélio. O ensino e a pesquisa sobre política externa no campo das Relações Internacionais do Brasil. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, p. 99-133, jul. / dez. 2012.

FERREIRA, Marcos Alan. The rise of International Relations programs in the brazilian federal universities: curriculum specificities and current challenges. *Journal of Political Science Education*, v. 12, n. 3, p. 241-255, Dec. 2015.

FIGUEIREDO, Wilma. *Desenvolvimento Dependente Brasileiro: industrialização, classes sociais e Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília, DF: Funag, 2011.

_____. Estudos sobre política externa no Brasil; os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA JR., Gelson; LEÃO, Valdemar (org.). *Temas de política externa brasileira*. Brasília, DF: Ed. Ática/IPRI. 1989.

FRIEDEN, Jeff. Third World indebted industrialization: international finance and state capitalism in Mexico, Brazil, Algeria and South Korea. *International Organization*, v. 35, n. 3, p. 407-431, Summer 1981.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 77-104, jun. 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams (org.). *História das relações internacionais: teoria e processos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 13-42.

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo. O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das Relações Internacionais. *Século XXI: revista de Relações Internacionais – ESPM/Sul*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 53-70, ago. 2015.

GONZÁLEZ, Manuel; LIENDO, Nicolás. La defensa colectiva de la democracia en America Latina: ¿por qué?, ¿cómo?, ¿cuándo? *Análisis Político*, Bogotá, v. 30, n. 91, p. 3-17, 2017.

GRAZIANO, Walter. *Hitler ganhou a guerra: o poder econômico e o jogo de interesses por trás das relações internacionais*. Tradução de Eduardo Fava Rubio. São Paulo: Palíndromo, 2005.

GROSGOUEL, Ramon. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

GROVOGUI, Siba. *Beyond eurocentrism and anarchy: memories of international order and institutions*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 1-64.

GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 455 p.

GUIMARÃES, Samuel. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

GULLO, Marcelo. *La insubordinación fundante: breve historia de la construcción del poder de las naciones*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

HAGE, J. A. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*, v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013.

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 21, p. 75-89, jan. / jun. 1994.

_____. O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 7-40, jan. - jun., 2002.

HIRST, Mônica. Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa. In: MICELI, S. (org). *Temas e problemas de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. IDESP, 1992.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. *Daedalus*, [s.l.], v. 106, n. 3, p. 41-60, Summer 1977.

HURREL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (ed.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

INOUE, Cristina; MOREIRA, Paula. Many worlds, many nature(s), one planet: indigenous knowledge in the Anthropocene. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, vol. 59, n. 2, p. 1-19, fev. 2017.

JULIÃO, Taís. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 1, n. 1, p. 13-48, nov. 2012.

_____. *O Brasil no mundo e o mundo no Brasil: a formação de quadros, a produção de conhecimento e a construção da área de Relações Internacionais*. 2009. 161 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Teoria e história das Relações Internacionais: uma escola Latino-Americana? *Revista Conjuntura Austral*, [s.l.], v. 2, n. 7, p. 51-66, ago. 2011.

KOLING, P. J. Teorias da Dependência: Abordagens Sobre o Desenvolvimento Latino-Americano. *Diálogos*, v. 11, n. 1 e 2, 2007, p. 137-165.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Foreign policy, international politics, and constructivism. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka (ed.). *Foreign policy in a constructed world*. 1. ed. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2001. p. 15-37.

LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

LESSA, Antonio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 2, p. 169-184, dez. 2005.

_____. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio; CERVO, Amado Luiz (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 33-50.

_____. Trinta anos de ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil. *Meridiano 47: Journal of Global Studies*, v. 6, n. 54, p. 7-9, jan. 2005.

LESSA, Mônica; et al. Uma análise crítica das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil. In: *Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, n. 4, 2018, Foz do Iguaçu.

LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams (org.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 24-59, jun. 2005.

MALAMUD, Andrés. Latin American regionalism and EU studies. *Journal of European Integration*, London, v. 32, n. 6, p. 637-657, Nov. 2010.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MÁRMORA, Leopoldo. *El concepto socialista de nación*. [s.l.]: Ed. Pasado y Presente, 1986.

MARQUESTAU, Solange. RAÚL BERNAL MEZA, América Latina en el mundo. El pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales. *Sociedad Global*, Málaga, n. 3, 2009. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:erv:sgsgsg:y:2009:i:3:4>>. Acesso em: ago. 2018

MEDEIROS, Marcelo; et al. What does the field of International Relations look like in South America? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 59, n. 1, e004, mai, 2016.

MESSARI, Nizar. Segurança no pós Guerra Fria: o papel das instituições. In: ESTEVEZ, Paulo Luiz (org.). *Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração*. Belo Horizonte: Ed. [da] PUC-Minas, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. As relações internacionais como área de conhecimento. In: POSSAS, Lídia M.V; SALA, José B. *Novos atores e Relações Internacionais*. Marília: Cultura Acadêmica Press, 2010.

_____. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 1, p. 103-114, 2003.

_____. “O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 12, n. 1, p. 83-98, 1999.

MUÑOZ, Heraldo. “El estudio de las políticas exteriores latinoamericanas: Temas y enfoques dominantes”. In: WILHELMY, Manfred (Comp.). *La formación de la política exterior. Los países desarrollados y América Latina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

NASSER, Reginaldo. Turbulências no Mundo Árabe: rumo a uma nova ordem? *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 2, p.141-170, ago. 2011.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nazar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Osmany P. Mecanismos da difusão global do orçamento participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, 2016.

PASTRANA, Eduardo; VERA, Diego. “Los desafíos de Colombia frente a la proyección de Brasil como potencia regional y jugador global”. In: JOST, Stefan (ed.). *Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior*. Bogotá: Konrad Adenauer, 2013. p. 613-641.

PERINA, R. M. (1985) “El estudio de las relaciones internacionales en universidades de América Latina y el Caribe.” In: PERINA, R.M (Comp.). *El estudio de las relaciones internacionales en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: GEL, p. 7–23.

PINHEIRO, Leticia, MILANI, Carlos (orgs.). *Política Externa Brasileira: As práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

PINHEIRO, Letícia. “Novos condicionantes da política externa: reformulando perguntas e buscando resposta para o caso brasileiro”. *Trabalho apresentado no XXI Congresso Anual da ANPOCS*, Caxambu, 1998.

PINTO, Céli. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, 100, p. 119-153, 2017.

PREBISCH, R. Commercial Policy in the Underdeveloped Countries. *American Economic Review*, Paper and Proceedings, vol. XLIX n. 2, May, 1959.

PUIG, Juan Carlos. Introducción. IN: PUIG, Juan. C. Puig (Comp). *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa ; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. *Argentina – Brasil*. De rivales a aliados. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

RAPOPORT, Mario. “Una contribución al estudio de la historia de las relaciones internacionales en América Latina desde fines del siglo XX”. *Horizontes Latinoamericanos*, v.2, n. 1, 93-104, 2014.

RAPOPORT, Mario. *Una vida en la investigación*. La Plata, mimeo. Conferencia con motivo de la entrega del Premio CERPI 2011, 2011.

RIBEIRO, Renato Ferreira. San Tiago Dantas e a política externa para o desenvolvimento na década de 1950. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, v.5, p. 1-10, 2016.

RODRIGUES, Thiago. Agonismo y genealogía: hacia una analítica de las Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales* (24). Universidad Autónoma de Madrid, out. 2013-Jan 2014.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 53, p. 9-26, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Norma Breda. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-89, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

SARAIVA, José F. El concepto de autonomía decisoria en la política exterior brasileña: una creación propia del lugar de Brasil en el mundo. In: BRICEÑO-RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (Ed.). *Integración y Cooperación Regional en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015. p. 221-242.

SARAIVA, José Flávio S. S; CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

SARAIVA, Miriam G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos X autonomistas. *Mural Internacional*, v.1, n. 1, p. 45-52, 2010.

_____. Continuidade e mudança na política externa brasileira. As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010”. *Relações Internacionais*, v. 37, p. 63-78, 2013.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 2, agosto, p. 37-82, 2011.

SCHMIDT, Brian. *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations*. Albany: SUNY Press, 1998.

SIMONOFF, Alejandro. *Teorías en movimiento*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012.

SMITH, Steve. “The discipline of international relations: still an American social science?”. In: *British Journal of Politics and International Relations*, v. 32, n. 3, 2000.

SOLIZ RADA, Andrés. Venezuela adopta categorías conceptuales de Marcelo Gullo. *El País*, [s.l.], ene. 2014. Disponível em: <[http:// elpaisonline.com/index.php/edicion-virtual/item/112548-venezuela-adopta-categorias-conceptuales-de-marcelo-gullo](http://elpaisonline.com/index.php/edicion-virtual/item/112548-venezuela-adopta-categorias-conceptuales-de-marcelo-gullo)>. Acesso em: 06 ago. 2019

SZUCKO, Angélica Saraiva. Descentralização e Pluralização das Relações Internacionais: Entre o local e o global na produção teórica. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, v. 7 n. 2, 2016

TERRA, C. *Finanças Internacionais: Macroeconomia aberta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

TICKNER, Arlene. *Los estudios internacionales en América Latina. ¿Subordinación intelectual o pensamiento emancipatorio?* Santafé de Bogotá: Alfaomega Colombiana-Uniandes-CEI-CESO, 236 p. 2002a.

_____. *Los Estudios Internacionales en América Latina*. Bogotá: CESO y Departamento de Ciencia Política de la Universidad de los Andes, Alfaomega Colombiana, 2002b.

_____. Seeing IR Differently: Notes from the Third World. *Millenium: Journal of International Studies*, Londres, v. 32, n.2, 2003a.

_____. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. *International Studies Perspectives*, Malden MA, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2003b.

_____. “Enseñanza, investigación y política internacional (TRIP) en América Latina”. *Documentos del Departamento de Ciencia Política*, 19. Universidad de los Andes, 2012.

TICKNER, Arlene; CEPEDA, Carolina; BERNAL, José Luis. Ensenanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 2, n. 1, 2013a.

TICKNER, Arlene. Core, periphery and (neo) imperialist International Relations. *European Journal of International Relations*, v.19, n. 3, p. 627-46, 2013b.

TICKNER, Arlene B; WAEVER, Ole (Eds.). *International Relations Scholarship Around the World*. London ; New York: Routledge 2009.

TUSSIE, D. ; GLOVER, D. (eds.) *The Developing Countries in World Trade*. Policies and Bargaining Strategies. Boulder, Co: Lynne Rienner Publishers, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). MEC cria comissão para acompanhar expansão nas universidades federais. 8 de novembro de 2012. Disponível em < <http://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/mec-cria-comissao-paraacompanhar-expansao-nas-universidades-federais/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n.2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; THOMAZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. *Inter-Relações FASM*, n. 40, 2014.

VILLA, Rafael Duarte A; PIMENTA, Marília Carolina B. de S. Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? *Revista Opinião Pública*, v. 23, n. 1, 2017.

VILLA, Rafael Duarte; TICKNER, Arlene B; SOUZA, Marília Carolina B; MÁSMELA, Yamile Carolina Cepeda. Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: uma análise das tendências a partir do TRIP 2014. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.224-256, 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil”: In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 17-31.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-state structure of the modern world-system. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia (orgs). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge University, 1996.

WEAVER, Ole. The Sociology of a not so International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

APÊNDICE A – Disciplinas Obrigatórias e Optativas nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Ies	Curso	Disciplinas Obrigatórias
UFPB-JP	ME	• Teoria política • Teoria das Relações Internacionais • Metodologia de Pesquisa • Obrigatória da Área
UEPB	ME	• Teoria das Relações Internacionais I • Teoria das Relações Internacionais II • Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais • Política Externa Brasileira • Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais
UERJ	ME	• Teoria das Relações Internacionais I • Elaboração de Dissertação de Mestrado • Epistemologia e Métodos de Pesquisa I • Política Externa Brasileira • Política Internacional • Seminário de Dissertação
	DO	• Teoria das Relações Internacionais I • Teoria das Relações Internacionais II • Elaboração de Tese de Doutorado • Epistemologia e Métodos de Pesquisa I • Epistemologia e Métodos de Pesquisa II • Obrigatória da linha de pesquisa (Estudos Avançados em Economia Política Internacional ou Estudos Avançados em Política, Cultura e Instituições ou Estudos Avançados em Política Externa) • Seminário de Tese
UNB	ME	• Historiografia das Relações Internacionais • Teoria das Relações Internacionais • Metodologia de Pesquisa de Pesquisa em Relações Internacionais (Linha: História das Relações Internacionais) • Metodologia de Pesquisa de Pesquisa em Relações Internacionais (Linha: Política Internacional Comparada)
	DO	• Exame de Qualificação em Relações Internacionais • Seminário Avançado em Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais • Seminário Avançado em Relações Internacionais • Seminário Avançado em Teoria das Relações Internacionais • Seminário avançado em Historiografia das Relações

		Internacionais <u>Linha: História das Relações Internacionais</u> • Seminário Avançado em Relações Internacionais do Brasil pós-2ª Guerra Mundial ou • Seminário Avançado em Relações Internacionais Brasil Império à Era Vargas <u>Linha: Política Internacional e Comparada:</u> • Seminário Avançado em Relações Internacionais no Pós Guerra Fria ou • Seminário Avançado em Política Internacional e Comparada
PUC-RIO	ME	• Teorias das Relações Internacionais • Metodologia das Relações Internacionais • História do Sistema Internacional • Desigualdade na Política Mundial • Obrigatória do Eixo Temático (Globalização da Política Mundial ou Agente e Estrutura do Sistema Internacional Moderno ou Segurança e Inseguranças Internacionais)
	DO	• Teoria das Relações Internacionais para Doutorado • Desenho de Pesquisa em RIs • Seminário de Tese
UFBA	ME	• Economia Política do Desenvolvimento • Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais • Seminários de Dissertação • Teoria das Relações Internacionais
USP	ME	• Questões Normativas das Relações Internacionais • Economia Política Internacional • Análise Quantitativa e Métodos Empíricos com Aplicações em Política Comparada e Relações Internacionais
	DO	• Questões Normativas das Relações Internacionais • Economia Política Internacional • Análise Quantitativa e Métodos Empíricos com Aplicações em Política Comparada e Relações Internacionais • Introdução ao Desenho de Pesquisa
UFU	ME	• Teoria das Relações Internacionais • Política Internacional • Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais • Exame de Qualificação
UFSC	ME	• Teoria das Relações Internacionais • Epistemologia e Metodologia das Relações Internacionais • Seminário de Dissertação • Obrigatória da linha de pesquisa (Política Internacional ou Economia Política Internacional)

PUC/MG	ME	• Fundamentos das Relações Internacionais • Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais • Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais • Teoria das Relações Internacionais
	DO	• Estudos Avançados em Política Internacional • Métodos e Técnicas de Pesquisa em Relações Internacionais • Seminário de Tese
UNESP - UNICAMP - PUC-SP	ME	• Metodologia das Ciências Sociais Aplicadas às Relações Internacionais • Política Externa Brasileira • Teoria das Relações Internacionais • Guerra e estratégia (para área 2)
	DO	Mesmas disciplinas obrigatórias do mestrado, acrescentadas de: • Seminários de Orientação • Seminários de tese

Ies	Disciplinas Optativas
UEPB-JP	● Análise de Política Externa ● Análise Política Comparada ● Cooperação Internacional e Desenvolvimento ● Economia Política ● Eleições, Governo e Representação no Brasil ● Estado e Desenvolvimento em Perspectiva Comparada ● Estado e Políticas Públicas ● Estudos de Paz e Segurança Humana ● Estudos Estratégicos ● Geopolítica Contemporânea ● Instituições Políticas Brasileiras ● Opinião Pública e Processos Políticos ● Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Sistemas Eleitorais ● Pensamento Brasileiro em Relações Internacionais ● Pensamento Político Brasileiro ● Política Externa Brasileira ● Política Externa e Políticas Públicas ● Regime Normativo dos Conflitos Armados ● Segurança Internacional ● Teoria Política Clássica ● Teoria Política Medieval ● Teoria Política Moderna ● Teorias da Democracia ● Teorias da Representação Política ● Tópicos Especiais em Ciência Política I ● Tópicos Especiais em Ciência Política II ● Tópicos Especiais em Ciência Política III ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais I ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais II ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais III ● Estudos Especiais em Ciência Política ● Estudos Especiais em Relações Internacionais
UEPB	● História das Relações Internacionais ● Organizações Internacionais ● Processos de Integração Regional ● Relações Internacionais Contemporâneas ● Segurança Internacional ● Economia Política Internacional ● Comércio Internacional ● Sistema Financeiro Internacional ● Tópicos Especiais em Novos Temas em Relações Internacionais ● Tópicos Especiais sobre Processos de Integração Regional ● Tópicos Especiais em Questões de Segurança Internacional ● Tópicos Especiais em Política Externa ● Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais

UERJ	● A Sociedade Internacional e seus Críticos ● Análise de Política Externa ● Conflitos e suas Alternativas ● Cooperação Internacional ● Cultura e Relações Interamericanas ● Curso de Leitura Acompanhada ● Defesa, Segurança Internacional e Cooperação no Contexto Europeu ● Direito e Relações Internacionais ● Economia Política Internacional ● Estudos de Política Externa ● Globalização e a Economia Internacional ● Integração Regional ● Mídia e Relações Internacionais ● Nacionalismo e Política Externa Brasileira ● Nacionalismo e Relações Internacionais ● O Brasil e o Mercosul ● O Brasil no Mundo ● Ordem e Justiça na Política Internacional ● Novos Dilemas da Democracia na Política Internacional ● Organizações Internacionais ● Pensamento Político Moderno ● Política Comparada ● Política Externa, Defesa e Segurança Internacional na América Latina ● Política Externa Comparada ● Processos de Integração Regional ● Relações Culturais Brasileiras ● Relações Culturais Internacionais ● Relações Internacionais da América Latina ● Seminário Especial em Economia Política Internacional e Integração Regional ● Seminário Especial em Política, Cultura e Instituições ● Seminário Especial em Política Externa ● Sistema Financeiro Internacional ● Tópicos Especiais em Economia Política Internacional e Integração Regional ● Tópicos Especiais em Política, Cultura e Instituições ● Tópicos Especiais em Política Externa ● União Europeia em Perspectiva
UNB	<u>Linha de Pesquisa: História das Relações Internacionais</u> Mestrado ● A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira ● A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira ● Análise de Política Externa Brasileira ● Análise de Políticas Públicas e Processos Decisórios ● As Relações Interamericanas (de 1830 aos nossos dias) ● Cultura e Poder nas Relações Internacionais e Internacionais ● Democracia em Perspectiva Comparada

- Economia Política Internacional
- Estudos Avançados em Metodologia Aplicada
- Globalização e Governança
- História dos Direitos Humanos no Ocidente
- História das Relações Internacionais da África
- História das Relações Internacionais da América Latina
- História da União Europeia
- Integração Regional: América do Sul/Mercosul
- Integração Regional: União Europeia
- Integração Regional das Américas
- Integração Regional
- Integração Regional na África
- Modelo de Análise de Processo Decisório em Relações Internacionais
- Organização Internacional
- Política, Economia e Sociedade em Perspectiva Comparada
- Política Ambiental Global
- Política Exterior Comparada
- Prática supervisionada de ensino em Relações Internacionais
- Prática do Direito Internacional
- Proteção Internacional dos Direitos Humanos
- Segurança Internacional
- Sociedade Internacional e Sistema Internacional: 1815 aos nossos dias
- Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 2
- Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 1
- Tópicos Especiais em Brasil em Perspectiva Comparada 2
- Tópicos Especiais em Política Exterior 1
- Tópicos Especiais em Política Exterior 2
- Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais
- Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 1
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 2
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 3
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 1
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 2

Doutorado

- As Perspectivas da Nova Ordem Mundial
- Historiografia das Relações Internacionais
- Indivíduo e Globalização
- Integração Regional
- Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais
- Prática Supervisionada de Ensino em Relações Internacionais
- Relações Internacionais do Brasil
- Relações Econômicas Internacionais
- Seminário avançado em História das Relações Internacionais
- Seminário Avançado em As Relações Interamericanas (de 1830 aos nossos dias)
- Seminário Avançado em Cultura e Poder nas Relações Internacionais

- Seminário Avançado em A dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira
- Seminário Avançado em A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira
- Seminário Avançado em História dos Direitos Humanos no Ocidente
- Seminário Avançado em História das Relações Internacionais da África
- Seminário Avançado em História da União Europeia
- Seminário Avançado em Integração Regional na África
- Seminário Avançado Política Economia Sociedade Perspectiva Comparada
- Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil
- Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 1
- Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 2
- Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 3
- Seminário Avançado em em Tópicos Especiais em Relações Internacionais 2
- Seminário Avançado em Cooperação Internacional
- Seminário Avançado em Relações Internacionais no pós-Guerra Fria
- Seminário em Relações Internacionais
- Teoria das Relações Internacionais
- Tópicos Especiais em Política Exterior 1
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 1
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 2

Linha: Política Internacional e Comparada

Mestrado

- A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira
- A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira
- A Inserção Internacional da Ásia (L)
- Análise de Política Externa Brasileira
- Análise de Políticas Públicas e Processos Decisórios
- As Relações Interamericanas (de 1830 aos nossos dias)
- Cultura e Poder nas Relações Internacionais e Internacionais
- Cultura e Poder nas Relações Internacionais da América Latina (L)
- Economia Política Internacional
- Espanha e Ibero-América no Sistema Internacional Contemporâneo
- Estudos Avançados em Metodologia Comparada (L)
- Globalização e Governança
- Guerra e Relações Internacionais
- História dos Direitos Humanos no Ocidente
- História das Relações Internacionais da África
- História das Relações Internacionais da América Latina
- História da União Europeia

- Integração Regional: América do Sul/Mercosul
- Integração Regional: União Europeia
- Integração Regional das Américas
- Integração Regional
- Integração Regional na África
- Modelo de Análise de Processo Decisório em Relações Internacionais
- O Brasil e seus Vizinhos (de 1930 aos nossos dias)
- O Brasil e as Organizações Internacionais
- Organização Internacional
- Política, Economia e Sociedade em Perspectiva Comparada
- Política Ambiental Global
- Política Exterior Comparada
- Prática supervisionada de ensino em Relações Internacionais
- Prática do Direito Internacional
- Processos Decisórios em Relações Internacionais (L)
- Proteção Internacional dos Direitos Humanos
- Relações Econômicas Multilaterais do Brasil (L)
- Relações Internacionais do Brasil no pós-2ª Guerra Mundial (L)
- Segurança Internacional
- Seminário em História Social e das Ideias
- Sociedade Internacional e Sistema Internacional: 1815 aos nossos dias
- Temas Globais e Políticas Públicas
- Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 2
- Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 1
- Tópicos Especiais em Brasil em Perspectiva Comparada 1
- Tópicos Especiais em Brasil em Perspectiva Comparada 2
- Tópicos Especiais em Política Exterior 1
- Tópicos Especiais em Política Exterior 2
- Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais
- Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 1
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 2
- Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 3
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 1
- Tópicos Especiais em Relações Internacionais 2

Doutorado

- As Perspectivas da Nova Ordem Mundial
- Dimensão Histórico Sociológico do Constitucionalismo (L)
- Globalização E Governança (L)
- Historiografia das Relações Internacionais
- Indivíduo e Globalização
- Integração Regional
- Integração Regional das Américas (L)
- Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais
- Modelos de Análise de Processo Decisório em Relações Internacionais (L)
- Organização Internacional (L)
- Prática Supervisionada de Ensino em Relações Internacionais

	● Prática do Direito Internacional ● Relações Internacionais do Brasil no pós-2ª Guerra Mundial (L) ● Seminário avançado em Tópicos Especiais em Política Exterior 1 ● Seminário Avançado em Modelo de Análise de Processo Decisório em Relações Internacionais (L) ● Seminário avançado em Tópicos Especiais em Política Exterior 2 ● Seminário Avançado em Análise de Política Externa Brasileira ● Seminário Avançado em Economia Política Internacional ● Seminário Avançado em Política Externa Comparada ● Seminário Avançado em Estudos Avançados em Metodologia Comparada ● Seminário Avançado em Globalização e Governança ● Seminário Avançado em Integração Regional ● Seminário Avançado em Política Ambiental Global ● Seminário Avançado em Economia Sociedade Perspectiva Comparada ● Seminário Avançado em Proteção Internacional dos Direitos Humanos ● Seminário Avançado em Relações Internacionais do Brasil no pós 2ª Guerra ● Seminário Avançado em Segurança Internacional ● Seminário Avançado em Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 1 ● Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 1 ● Seminário Avançado em Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais 2 ● Seminário Avançado em Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais ● Seminário Avançado em Cooperação Internacional ● Seminário Avançado em Organização Internacional ● Seminário Avançado em Prática do Direito Internacional ● Seminário em Relações Internacionais ● Teoria das Relações Internacionais ● Tópicos Especiais em a Nova Agenda Global 1 ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais 2
PUC-RIO	● Cosmopolítica ● Intervenções Humanitárias ● Império, Hierarquia e Hegemonia ● Violência e Exceção na Política Mundial ● Direitos Humanos Internacionais ● Temas avançados em Teoria das RIs I ● Segurança, Conflito, Violência e Pacificação I ● Relações Internacionais e América Latina ● Globalização, Desenvolvimento e Economia Política I ● Espaço, Movimentos e Resistências I ● Normas, Regras e Instituições Internacionais I ● Economia Política Internacional ● Identidade, Alteridade e Resistência no Local e no Global I

	● Tópicos Especiais em Globalização, Governança e Desenvolvimento III: Refúgios e Populações Refugiadas em Perspectiva Interdisciplinar ● Tópicos Especiais em Conflito, Violência e Pacificação IV: Identidades e Conflitos Identitários das RIs ● Tópicos Especiais em Globalização, Governança e Desenvolvimento IV: A Economia Política na Sociedade do Conhecimento ● Globalização, Desenvolvimento e Economia Política I ● Espaço, Movimentos e Resistências I ● Tópicos Especiais em Arquitetura do Sistema Internacional IV ● Operações de Paz ● Refugiados e Proteção Humanitária ● Human Rights in Global Politics ● Tópicos Especiais em Arquitetura do Sistema Internacional VII (A Política da Infância: ● Conceitos, Práticas e Dilemas do Regime Internacional de Proteção Infantil) ● Colonialidade/Pós-Colonialismo ● Critical Security Studies ● International Society
UFBA	● Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ● Cosmopolitismo e Governança Global ● Desenvolvimento Econômico Comparado ● Direitos Humanos na Política Internacional ● Economia Política Internacional ● Estudos Críticos da Globalização ● Governança Global Ambiental ● História das Relações Internacionais ● Migrações Internacionais, Nacionalidades e Direitos ● Organizações Internacionais ● Política Externa Brasileira ● Processos de Integração Regional ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais I ● Tópicos Especiais em Relações Internacionais II ● Transformações do Capitalismo Contemporâneo
USP	● A Política Internacional dos países emergentes: multipolaridade e desenvolvimento ● América Latina e a Guerra Fria ● Análise de Política Externa ● Cultura e Sociedade nos Estados Unidos ● Desenvolvimento Internacional ● Direito e Relações Internacionais ● Economia da Informação ● Elementos da Formação da Ordem Jurídica Global ● Estados Unidos e América Latina em Tempos de Transformação ● Estratégias de Desenvolvimento na Coreia/Ásia e América Latina ● Ética e Saúde Global ● Governança Global Ambiental

	● História das Relações Econômicas entre Brasil e Estados Unidos ● História e Política da Turquia Moderna ● Instituições e Cooperação ● Integração regional comparada ● Interesses organizados em processos decisórios em políticas públicas ● Introdução à Análise Quantitativa de Texto para Relações Internacionais ● Introdução à Economia Política Comparada ● Investimentos Diretos Externos e Desenvolvimento – Aspectos Jurídicos ● Mercados Ilícitos Globais, Crime Organizado e Cooperação Jurídica Internacional ● Metodologia Qualitativa em Relações Internacionais ● Metodologia Qualitativa: Estudos de Caso, ProcessTracing e Análise Configuracional (QCA) ● Métodos Experimentais para Relações Internacionais ● Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para Relações Internacionais ● Métodos Qualitativos: Abordagens Teóricas e Estratégias Empíricas na Análise de Ideias ● Métodos Quantitativos com Aplicações em Relações Internacionais ● Níveis Analíticos na Era Pós-Globalização: uma Introdução ● Organizações de Segurança Regional: conflitos e manejo de crises ● Os Estados Unidos e o Mundo: Análise de Política Externa Norte-Americana ● Os Reflexos da Justiça Internacional e das Relações Internacionais nos Direitos Humanos ● Países Emergentes e Governança Global ● Pesquisa Científica e Relações Internacionais ● Política e Sociedade nos Estados Unidos ● Política Externa Brasileira ● Política Interamericana ● Prática de Estatística Avançada ● Preparação Pedagógica ● Regimes Internacionais em Perspectiva Comparada ● Regiões e regionalismo na política mundial ● Relações Brasil-Estados Unidos: comércio e política externa ● Relações Internacionais e Desenvolvimento ● Relações Internacionais e Estudos de Gênero ● Representação, Influência e Competição ● Segurança Internacional Contemporânea ● Temas Contemporâneos da Política dos Estados Unidos ● Temas e Prática em Relações Internacionais ● Temas em Relações Internacionais Africanas ● Teoria Avançada das Relações Internacionais ● Terrorismo, Islã e Modernidade ● Tópicos Avançados em História das Relações Internacionais
UFU	● Instituições Internacionais

	● Integração Regional ● Instituições e Política Externa nos Estados Unidos ● Governança Multinível e Relações Internacionais ● Tópicos em Política Externa e Instituições Internacionais ● Estudos Estratégicos e Segurança Internacional ● Estudos Críticos em Segurança Internacional ● Tópicos em Segurança Internacional ● Tópicos em Teoria de Relações Internacionais ● Poderes Regionais e Dinâmicas da Segurança Regional e Global ● Economia Política Internacional ● Estado, Moeda e Desenvolvimento ● Globalização e Desequilíbrios Econômicos Mundiais ● Tópicos em Economia Política Internacional
UFSC	● Economia Política Internacional do Dinheiro e das Finanças ● Regimes Internacionais ● Análise Sociopolítica do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo ● Evolução do Capitalismo Contemporâneo ● Teorias do Desenvolvimento Econômico para as Relações Internacionais ● Economia Política dos Sistemas-Mundo ● Integração Regional ● Segurança Internacional ● Política Externa Brasileira ● Solução de Controvérsias Internacionais ● Globalização e Dinâmicas Sócio-Territoriais ● TEPI – O Brasil dentro da atual ordem econômica internacional ● TPI – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Governança Global e nas Políticas Externas ● TEPI – Leste Asiático e América do Sul na perspectiva sistêmica: trajetórias de desenvolvimento e subdesenvolvimento ● TPI – Cooperação Internacional: atores, agendas e perspectivas para o Brasil e para a UFSC ● TEPI – Negócios Internacionais: Comércio, Investimento e Logística ● TPI – Diplomacia, Cooperação e Negociação Internacional ● Gênero e Relações Internacionais ● Epistemologias do Sul e Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais ● Brasil e China na Economia-Mundo capitalista: Do século XIX à atualidade. ● Relações civis-militares em potências regionais democráticas
PUC/MG	<u>Núcleo Comum</u> ● Cooperação Internacional ● Economia Política da Cooperação Sul-Sul ● Fundamentos das abordagens teóricas de Relações Internacionais ● Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa ● Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa ● Organizações Internacionais

	● Política Externa Brasileira ● Teorias da Formação do Sistema e da Sociedade Internacional <u>Linha de pesquisa: Instituições, Conflitos e Negociações Internacionais</u> ● A constituição do Sistema Internacional (3 créditos) ● Fundamentos das abordagens teóricas das Relações Internacionais ● Processos de Negociação e Institucionalização Internacionais (3 créditos) ● Segurança e Relações Internacionais (3 créditos) ● Teorias da Formação do Sistema e da Sociedade Internacional ● Tópicos Especiais (tópico especial) <u>Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais</u> ● Economia Política Internacional ● Estado, Sociedade e Desenvolvimento Local ● Fundamentos das abordagens teóricas das Relações Internacionais ● Teorias da Formação do Sistema e da Sociedade Internacional ● Teorias e Estratégias de Desenvolvimento ● Tópicos Especiais (tópico especial) <u>Linha de pesquisa: Processos Decisórios em Política Externa e Internacional</u> ● Fundamentos das abordagens teóricas das Relações Internacionais ● Instituições Políticas e Estudos Legislativos ● Middle Powers: teoria(s) e prática ● Política Externa Brasileira ● Teorias da Formação do Sistema e da Sociedade Internacional ● Tópicos Especiais (tópico especial)
UNESP - UNICAMP - PUC-SP	● Política internacional contemporânea ● Processos de integração regional ● Processos de integração regional: política exterior argentina ● Questões teóricas e empíricas da escrita em Relações Internacionais ● Segurança internacional e defesa em contextos regionais ● Sistema monetário e financeiro internacional ● Temas de Segurança Internacional ● Teoria avançada das Relações Internacionais ● Teoria Política ● Território, Estado e Relações Internacionais ● Tópicos Especiais

													e s)		
UFPB- JP ME	x		x				x			x					
UEPB ME	x	x	x	x	x										
UERJ ME	x		x	x	x	x									
UERJ DO	x	x	xx	x						x					
UNB ME	x		x						x				x		
UNB DO	x		x						x				x		
PUC- RIO ME	x		x	x					x	x				x	x
PUC- RIO DO	x		x	x					x						
UFBA ME	x		x	x				x							
USP			x						x		x				

ME															
USP DO			XX						X		X				
UFU ME	X		X			X									
UFSC ME	X		X	X						X					
PUC/M G ME	X		X	X								X			
PUC/M G DO			X	X		X									
STD ME	X		X		X					X					
STD DO	X		X	XX	X					X					
Total	14/ 17	2/1 7	17/ 17	10/ 17	4/1 7	3/1 7	1/1 7	1/1 7	6/1 7	6/1 7	2/1 7	1/1 7	2/1 7	1/1 7	1/1 7

Fonte: URL e Secretaria dos Programas

*** Inclui disciplinas de Metodologia de Pesquisa em suas variações:** Metodologia de Pesquisa (UEPB-JP); Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais (UEPB), (UFBA), (UFU), (PUC/MG); Epistemologia e Métodos de Pesquisa I (UERJ); Epistemologia e Métodos de Pesquisa II (UERJ); Análise Quantitativa e Métodos Empíricos com Aplicações em Política Comparada e Relações Internacionais (USP); Introdução ao Desenho de Pesquisa (USP); Epistemologia e Metodologia das Relações Internacionais (UFSC); Métodos e Técnicas de Pesquisa em Relações Internacionais (PUC/MG); Metodologia das Ciências Sociais Aplicadas às Relações Internacionais (San Tiago Dantas); Metodologia das Relações Internacionais (ME/PUC-RIO); Desenho de Pesquisa em Relações Internacionais (DO/PUC-RIO); Metodologia de Pesquisa de Pesquisa em Relações Internacionais (ME/UNB); Seminário Avançado em Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais (DO/UNB).

****Inclui disciplinas de Seminário de Dissertação e Tese em suas variações:** Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (UEPB), Seminário de Dissertação (UERJ), (UFBA),

(UFSC); Seminário de Tese (UERJ), (PUC/MG), (San Tiago Dantas); Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (PUC/MG); Seminários de Orientação (San Tiago Dantas).

APÊNDICE B - Disciplinas de Política Externa Brasileira, Análise de Política Externa e outras disciplinas sobre Política Externa em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Disciplinas	Política Externa Brasileira			Análise de Política Externa**			Outras disciplinas sobre Política Externa***		
	OB	OP	N/C	OB	OP	N/C	OB	OP	N/C
UFPB-JP ME		x			x			x	
UEPB ME	x							x	
UERJ ME	x				x			XXXX	
UERJ DO	x*				x			XXXX	
UNB ME			x		xx			xxxxxx	
UNB DO			x		xx			xxxxxx	
PUC-RIO ME			x			x			x
PUC-RIO DO			x			x			x
UFBA ME		x				x			x
USP ME		x			x			x	
USP DO		x			x			x	
UFU ME			x			x		x	
UFSC ME		x				x		x	
PUC/MG ME		x				x			x
PUC/MG DO		x				x			x
STD ME	x					x		x	
STD	x					x		x	

DO									
Total de cursos	5/17	7/17	5/17	0/17	8/17	9/17	0/17	12/17	5/17

Legenda: OB: Obrigatória / **OP:** Optativa / **N/C:** Não consta / **ME:** Mestrado / **DO:** Doutorado
***Obrigatória para a Linha de Pesquisa em Política Externa Brasileira:** Estudos Avançados em Política Externa (UERJ)

****Encontram-se também:** Análise da Política Externa Brasileira (UNB); Os Estados Unidos e o Mundo: Análise de Política Externa Norte-Americana (USP)

*****Encontram-se as seguintes disciplinas:** Política Externa e Políticas Públicas (UFPB-JP); Tópicos Especiais em Política Externa (UEPB); Estudos de Política Externa (UERJ); Nacionalismo e Política Externa Brasileira (UERJ); Política Externa, Defesa e Segurança Internacional na América Latina (UERJ); Política Externa Comparada (UERJ); Tópicos em Política Externa e Instituições Internacionais (UFU); Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Governança Global e nas Políticas Externas (UFSC); A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (UNB); A Dimensão Multilateral da Política Externa Brasileira (UNB); Política Exterior Comparada (UNB); Tópicos Especiais em Política Exterior 1 (UNB); Tópicos Especiais em Política Exterior 2 (UNB); Tópicos Especiais em História da Política Exterior do Brasil (UNB); Processos de integração regional: política exterior argentina (STD)

APÊNDICE C – Conteúdo das ementas das disciplinas analisadas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Ies	Conteúdo das ementas da Disciplina de Teoria das Relações Internacionais
UFPB-JP ME (Obrigatória)	Principais debates teóricos constituidores da disciplina de Relações Internacionais: seu desenvolvimento histórico, suas especificidades e a empregabilidade nas pesquisas acadêmicas. Realismo e neo-realismo, em suas principais vertentes. Liberalismo, neo-institucionalismo e teoria de regimes internacionais. Marxismo e a Teoria Crítica. As principais correntes que emergiram da crítica ao neo-realismo: construtivismo e as correntes do pós-modernismo. 1. Apresentação do Curso e Discussão Geral 2. Teoria e Relações Internacionais, Teoria Política e as Ciências Sociais. - O Debate Tradicional da Disciplina - Teoria das Relações Internacionais e as Ciências Sociais 3. O Liberalismo e as Relações Internacionais - Liberalismo e Neoinstitucionalismo-liberal - Economia Política. Paz Democrática 4. O Realismo e a Política Internacional - Do Realismo Clássico ao Realismo Estrutural - Realismo Neo-clássico 5. Marxismo E Teoria Crítica - Materialismo Histórico e as Relações Internacionais - Teoria Crítica 6. Instituições E Regimes Internacionais - Debate Tradicional e a Perspectiva Crítica 7. Pos-estruturalismo e Pós-modernismo nas Relações Internacionais 8. Construtivismo 9. Pós-colonialismo e o Discurso Sobre a Modernidade 10. O Feminismo nas Relações Internacionais 11. Reteorizando as Relações Internacionais
UEPB ME (Obrigatória)	Ementa: a) Estuda a constituição, como Ciência Social, das Relações Internacionais e suas principais teorias: realismo, liberalismo, escola inglesa. b) A evolução contemporânea e os grandes debates: marxismo, funcionalismo, neorrealismo e neoliberalismo, direitos humanos, cosmopolitismo e ecologia. 1. Introdução. Teoria de Relações Internacionais 2. O esboço de uma área: idealismo ou liberalismo internacionalista no começo do século XX 3. Bases teóricas do liberalismo: a Política e as Relações Internacionais de Immanuel Kant 4. Realismo clássico e suas bases teóricas 5. Escola Inglesa 6. Liberalismo e Neoliberalismo 7. Neo-realismo

	8. Marxismo/Teoria Crítica das Relações Internacionais 9. Construtivismo nas Relações Internacionais 10. Pós estruturalismo
UERJ ME/DO (Obrigatória)	O objetivo do curso é prover ao aluno uma visão de alguns dos principais conceitos e debates teóricos tidos como tradicionais no campo das Relações Internacionais ("RI"). Os temas escolhidos não seguirão uma ordem cronológica, mas englobarão diferentes posições e perspectivas a cada aula. A escolha dos textos evidencia que os mesmos temas são tratados por autores de várias correntes teóricas das Relações Internacionais e que, frequentemente, não há acordo sequer em relação à definição dos termos. Aula 1- Níveis de análise Aula 2 e 3- Agente e estrutura no debate teórico das Relações Internacionais I Aula 4- A Anarquia Internacional I Aula 5 - A Anarquia Internacional II Aula 6 - A Anarquia Internacional III Aula 7 - A Sociedade Internacional Aula 8 - Instituições Internacionais I Aula 9 - Instituições Internacionais II Aula 10 - Equilíbrio de Poder Aula 11- O Realismo na Política Internacional Aula 12 - O Liberalismo na Política Internacional Aula 13 - O Marxismo na Política Internacional Aula 14- Debates, Teorias e Paradigmas
UNB ME (Obrigatória) DO (Opcativa)	O significado e o papel da teoria em RI. Teorias, modelos, paradigmas, marcos de referência. Teorias Gerais vs Teorias de Alcance Médio em RI. Teorias Constitutivas vs Teorias Explicativas. Os "Grandes Debates" Teóricos em RI. O Debate Interparadigmático. A TRI durante a Guerra Fria: Enfoques e Constrangimentos. O Legado das Principais Correntes Teóricas Gerais e suas Vertentes (Realismo, Neo-realismo/realismo estrutural, idealismo/neoliberalismo/pluralismo, globalismo/neomarxismo/estruturalismo). Positivismo vs pós-positivismo em RI. Construtivismo vs Neo-utilitarismo em RI.
PUC-RIO ME (Obrigatória)	A disciplina tem como objetivo introduzir os alunos às principais correntes e a alguns dos mais fundamentais e importantes conceitos, temas e/ou debates da área de Teoria de Relações Internacionais (TRI). Assim, o programa está organizado em duas partes. Na primeira parte, o programa enfoca e busca apresentar as diferentes, e plurais, correntes teóricas de Relações Internacionais (RI). Na segunda parte, o programa visa apresentar e discutir alguns dos mais fundamentais e relevantes conceitos, temas e/ou debates de RI. Espera-se que o curso proporcione um conhecimento abrangente das diferentes abordagens teóricas da área, bem como forneça as bases para o aprofundamento complementar nas disciplinas obrigatórias dos eixos temáticos do Programa de Pós-Graduação do IRI. 1. Historiografia 2. Realismos 3. Liberalismos

	4. Escolas Inglesas 5. Construtivismos 6. Pós-Estruturalismos 7. Pós-Colonialismos Demais aulas temáticas: Anarquia/Soberania; Poder; Hegemonia/Hierarquia; Estudos Interdisciplinares, Legalidades e Práticas; IPS e Novo Materialismo
UFBA ME (Obrigatória)	As principais correntes teóricas em Relações Internacionais. Conceitos-chave em Relações Internacionais e sua relação com as teorias (guerra e paz, balança de poder, interdependência, agência, estrutura, etc.). Os principais debates teóricos da disciplina: ontológico, metodológico, epistemológico. O Realismo. O Liberalismo. O Marxismo. O debate Neo-Neo. O pós-positivismo e as abordagens teóricas contemporâneas: Teoria Crítica, Construtivismo, Pós-Modernismo, Feminismo. -Introdução: o desafio teórico disciplinar e a construção das teorias de Relações Internacionais. -Realismos -Liberalismos -Marxismos (estruturalismo, imperialism, neo-gramscianos) -Construtivismos -Pós-Estruturalismos -Feminismo/ Pós-colonialismo -Debates/ Sínteses/ Questões epistemológicas -Níveis de Análise -Anarquia -Balança de Poder -Hegemonia -Instituições e Regimes Internacionais -Identidade/Diferença -Soberania/Crítica do Estado -Debates e desafios teóricos contemporâneos
UFU ME (Obrigatória)	A disciplina de Teoria de Relações Internacionais tem como objetivo familiarizar o aluno com os principais temas e abordagens da produção teórica na área. Com isso, a partir do debate teórico pretende-se expor a especificidade da área de Relações Internacionais, explorar a delimitação e os limites de seu objeto de estudo e refletir criticamente sobre o próprio desenvolvimento teórico do campo. Ao final do curso, espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de (i) avaliar criticamente o que é teoria e porque análises teoricamente informadas são de fundamental importância em Relações Internacionais, e (ii) compreender os principais desenvolvimentos teórico-epistemológicos das mais expoentes correntes teóricas da área. Aula 1- Cientificidade e Relações Internacionais: o que são Teorias das Relações Internacionais? Aula 2- Demasiadamente Humanos: o Realismo Clássico Aula 3 - Realismo Estrutural e os Efeitos da Anarquia Aula 4 - Instituições Internacionais e o Debate Neo-Neo Aula 5- Realismo Defensivo e o Balanço Ataque-Defesa Aula 6- Realismo Ofensivo: Lidando com o Comportamento Revisionista

	Aula 7 - Realismo Neoclássico: Combinando Níveis de Análise Aula 8 - Questionando os pressupostos epistemológicos e historiográficos das TRI Aula 09 – Cultura e Normas (Construtivismo) Aula 10 - Emancipação(ões) (Teoria Crítica) Aula 11- Hegemonia Aula 12 - Identidade / Diferença Aula 13 - “Outros/as” na política internacional (Feminismo, Virada Queer, Pós-Colonialismo) Aula 14 – Debates contemporâneos em Teorias de Relações Internacionais
UFSC ME (Obrigatória)	Correntes principais da teoria das Relações Internacionais: realismo e liberalismo. A Escola Inglesa. Reformulação atual das correntes principais: neo-realismo e neoliberalismo institucional. A teoria liberal atual. Construtivismo. Teoria crítica neogramsciana. Teoria crítica normativa. Pós-modernismos e feminismos. A contribuição da Sociologia Histórica.
PUC/MG ME (Obrigatória) DO (Optativa)	Secretaria não enviou ementa.
STD ME/DO (Obrigatória)	Analisar os principais fundamentos teóricos dos debates contemporâneos em Relações Internacionais, localizando o contexto histórico e mostrando onde e como estas teorias contribuem para uma melhor explicação/compreensão da política internacional, identificando suas debilidades e alcances. 1. - Apresentação do programa. 2. - Teoria e Relações Internacionais 3. - Teoria e Relações Internacionais 4. - Teoria e Relações Internacionais 5. - Ontologias, Epistemologias, Metodologias 6. - Neorrealismo e Institucionalismo Liberal 7. - Neorrealismo e Institucionalismo Liberal 8. - Pós-positivismo e o Terceiro Debate 9. - Conceito Marxista de Nação 10. - Marxismo aplicado à análise de Relações Internacionais 11. - A Teoria Crítica 12. - Hegemonia e o papel das Organizações Internacionais 13. - Construtivismo 14. - Feminismo 15. - Pós-modernismo e pós-colonialismo

Ies	Conteúdo das ementas da Disciplina de Teoria das Relações Internacionais II (e demais variações)
UEPB ME (Obrigatória)	Desenvolvimento teórico da disciplina para além do debate entre neorealistas e neoliberais. Teoria Crítica. O Marxismo nas Relações Internacionais. Positivismo X Pós-positivismo: o terceiro grande debate. Construtivismo. Pós-estruturalismo. Pós-colonialismo. Teorias Feministas das Relações Internacionais. Aula 1 - Apresentação do curso: O Debate epistemológico na disciplina de Relações Internacionais; Aula 2 - Marxismo e RI Aula 3 - Teoria da Dependência e Sistema Mundo Aula 4 - Teoria Crítica Aula 5 e 6 - Construtivismo(s) Aula 7 e 8 - Pós-Estruturalismo e Pós-Modernismo Aula 9 - Pós-colonialismo Aula 10 e 11 - Decolonialismo Aula 12 e 13 - Feminismos Aula 14 e 15 - Estudos de Caso
UERJ ME (Optativa) DO (Obrigatória)	Desenvolvimentos teóricos recentes na teoria social e seus impactos nas Teorias de Relações Internacionais. Problemas de agência, crença, identidade e formação de interesses dos agentes. Separação entre o interno e o internacional. Questionamento ao Estado, soberania e ao político. Novos temas e desafios às teorias das Relações Internacionais. 1) O programa de pesquisa realista: problematizando antecedentes 2) O programa de pesquisa realista: desdobramentos mais recentes 3) O programa de pesquisa liberal em Relações Internacionais: o diálogo com a teoria política e social 4) O programa de pesquisa liberal: instituições e escolha racional 5) Teorias construtivistas: o diálogo com a teoria política e social 6) Teorias construtivistas: “construtivismo estrutural” versus “construtivismo orientado por regras” 7) Marxismo e RI 8) Pós-Estruturalismo 9) Sociologia Política Internacional 10) Virada prática? 11) Relações Internacionais no Sul Global/a teorização sobre as relações Norte–Sul 12) Pós-colonialismo 13) Feminismos e RI
UNB ME (Optativa) DO (Obrigatória)	As Macro-Transformações Mundiais nas Décadas de 1980/1990. O Fim da Guerra Fria e a TRI: Questões Epistemológicas e Ontológicas. A ‘Nova’ Comunidade Internacional, a Sociedade Global e a TRI. Da Abordagem Tradicional ao Estudo das Relações Globais. Unipolaridade e Hegemonia vs Unipolaridade Não Hegemônica. Implicações para a TRI. O Novo Debate Positivismo vs Pós- positivismo e as Novas Vertentes Teóricas em RI.
PUC-RIO	Revisão de leituras clássicas da teoria política e seu estudo nas Relações

ME (Optativa) DO (Obrigatória)	Internacionais. Estudos de temas sobre a área e debates epistemológicos.
UFBA ME	Secretaria não enviou ementa.
USP ME/DO (Optativa)	Teorias positivistas. Realismo Defensivo e Ofensivo. Interdependência Complexa. Teoria de Estabilidade Hegemônica. Teoria da Complexidade. Nova Escola Inglesa. Paz Democrática. Teoria dos Dois Níveis. Pós-construtivismo e Pós-positivismo. Construtivismo. Teoria Crítica. Cosmopolitismo. Teoria de Gênero. Pós-colonialismo. Debate sobre o fim da teoria.
UFU ME (Optativa)	Ainda não ofertada em 2018
PUC/MG ME/DO (Optativa)	Secretaria não enviou ementa.
STD ME/DO (Optativa)	Apresentar e analisar o debate contemporâneo sobre as teorias das relações internacionais, complementando e avançando os debates clássicos da área; Mapear as principais tendências em transformação e ampliação no campo das teorias das relações internacionais.

Ies	Conteúdo das ementas da Disciplina de Economia Política Internacional
UEPB ME (Optativa)	Definição de EPI. Os arcabouços teóricos da economia política internacional: nacionalismo/realismo, liberalismo, marxismo. Teorias contemporâneas: teoria da estabilidade hegemônica, teoria da economia dual, teoria do sistema mundo moderno, Crítica Cepalina. Sistema Internacional. Atores da EPI. Sistema Monetário Internacional. Financeirização da economia. Ordem econômica mundial. Globalização. 1. Apresentação da disciplina e Definição de EPI. 2. Nacionalismo. Liberalismo. Marxismo. 3. T.Ec.Dual, T.Estab.Hegemônica, T. SMM e Teoria da Cepal. 4. Sistema Monetário Internacional. 5. Sistema Monetário Internacional (hierarquia) 6. Comércio Internacional 7. Comércio Internacional: GATT e OMC 8. Atores da EPI: as corporações 9. Sistema Internacional, Mídia e Terrorismo. 10. Aquecimento global, Recursos naturais estratégicos, OGM. 11. Raízes estruturais da crise econômica global 12. Tendências do capitalismo mundial: capital x renda 13. Tendências do capitalismo mundial: financeirização da economia. 14. Tendências do capitalismo mundial: financeirização da economia.
UERJ ME (Optativa) DO (Obrigatória para Linha de Pesquisa)	Discutir as perspectivas de desenvolvimento dos países periféricos no contexto das transformações globais que alteraram, nas últimas décadas, as relações entre o sistema econômico capitalista mundial e o seu sistema político de gestão hierárquico e inter-estatal. Dá especial destaque à relação entre as hegemonias políticas e os sistemas monetários e financeiros internacionais e seus constrangimentos sobre os governos nacionais. Terá uma dimensão mais analítica e conceitual e procurará estabelecer as bases de uma economia política para o exame dos problemas do quadro internacional contemporâneo; e outra dimensão dedicada ao conjunto das transformações que marcaram o contexto e a sociedade mundiais nos últimos anos. Nesse contexto, serão revistos os processos de ajuste e reestruturação em curso na economia mundial: os impactos da globalização e das mudanças dos estados nacionais; seus espaços de soberania e interdependência; sua nova institucionalidade e seus problemas de governabilidade.
UNB ME/DO (Optativa)	O objetivo deste curso é apresentar um panorama das relações econômicas internacionais na perspectiva do estudioso das relações internacionais. Primeiramente deverão ser discutidos alguns conceitos fundamentais da matéria distinguindo-a do tradicional entendimento da economia internacional estudada nos cursos de economia. a ênfase do curso será posta sobre os aspectos dinâmicos dos fluxos comerciais e financeiros visíveis nas regras, práticas e instituições formais e informais. Nesse sentido, o comércio, os fluxos financeiros e o sistema monetário internacional deverão ser analisados não apenas a partir das interpretações sobre a ação do mercado mas terão como referenciais igualmente importante a caracterização do

	sistema internacional e as noções de estado, poder, processo decisório e de bens públicos. Ao longo do curso, procurar-se-á analisar os vários aspectos que ajudam a compreender fenômenos como a crescente integração dos mercados, a de sistemas de integração regional, as dificuldades de se manter padrões de estabilidade conjugados com taxas aceitáveis de crescimento econômico. Serão também objeto de interesse as desigualdades internacionais e as iniciativas com vistas à harmonização de políticas de desenvolvimento com demandas sociais e de preservação ambiental 1) A Operação do Sistema de Registro e Contabilização das Tansações Comerciais e Financeiras Internacionais. Discussão de conceitos básicos das transações econômicas internacionais. A moeda, o câmbio e o sistema monetário internacional. Exportação/importação e pagamentos internacionais. O balanço de pagamentos e o problema do equilíbrio internacional. 2) O mundo da Economia e o Mundo da Política: Uma visão Moderna da Economia Política. Ordem econômica internacional: os Estados Nacionais e os padrões da distribuição da riqueza e do poder do mundo. Os regimes de comércio e das finanças. O papel do sistema monetário internacional. A lógica da estratégia de crescimento. As explicações teóricas para a formação e o declínio da ordem econômica internacional. Bens públicos e a questão dos interesses nacionais. 3) A Construção Institucional da Ordem Econômica Internacional. A ordem do padrão ouro e o liberalismo do século XIX. Crise e crescimento, um paradoxo inerente à ordem econômica internacional: o colapso da ordem econômica do padrão ouro. A construção de uma nova ordem econômica internacional: Bretton Woods e o liberalismo ambíguo sob a liderança dos Estados Unidos. 4) A Crise como parte do Processo de Ascensão e Declínio da Ordem Econômica Internacional. Desde o padrão ouro do século XIX, as crises têm marcado o processo de surgimento e substituição de padrões vigentes nas transações econômicas internacionais. Fatores econômicos e fatores políticos. Mudanças conjunturais e mudanças estruturais. As explicações teóricas. 5) Padrões Emergentes no Comércio Internacional a partir dos anos 80. Uma revisão teórica para explicar os principais fluxos de comércio na atualidade. Política comercial, protecionismo e livre comércio. Globalização, integração econômica internacional e formação de blocos regionais. Questões de destaque nas relações econômicas internacionais contemporâneas.
PUC-RIO ME/DO (Optativa)	Este curso visa fornecer aos alunos do Programa de Pós-Graduação uma visão paronâmica das principais perspectivas teóricas que compõem a área temática da “Economia Política Internacional” no âmbito da disciplina de Relações Internacionais. Ao final do semestre os alunos deverão conhecer as reflexões básicas dos autores do século XIX que serviram de fonte intelectual para a conformação dessa área temática, bem como seus principais desdobramentos no século XX e no início do século XXI. 1) <u>O Que é Economia Política Internacional (Gilpin)</u>

	2) <u>Perspectivas Clássicas</u> O liberalismo clássico: Adam Smith e David Ricardo; O nacionalismo econômico: Alexander Hamilton e Friedrich List; A alternativa socialista: Karl Marx e a Crítica da Economia Política. 3) <u>A Revisão das Perspectivas Clássicas</u> Perspectivas do Liberalismo Neoclássico: de Walras ao modelo de Heckscher-Ohlin; Perspectivas do Novo Intervencionismo: John M. Keynes e Karl Polany; O debate Marxista sobre a Economia Política do Imperialismo: Lenin e Rosa Luxemburgo 4) <u>Perspectivas teóricas do Pós-Guerra</u> As Bases do Novo Liberalismo: Friedrich Hayek e Theodore Levitt; Perspectivas da Estabilidade Hegemônica e da Interdependência: Charles Kildleberger e Robert Keohane; Teorias da Modernização: Walt Rostow e Alexander Gerschenkron; Novas Abordagens Desenvolvimentistas: de Raul Prebisch a Ha-Joon Chang; Teorias da Dependência e da Economia-Mundo Capitalista: Gunder Frank e Wallerstein
UFBA ME (Optativa)	Secretaria não enviou ementa.
USP ME/DO (Obrigatória)	Introdução à Economia Política Internacional; Fundamentos teóricos (comportamento estratégico dos Estados e modelos de comércio internacional); Teoria de comércio e coalizões; Jogos em dois níveis; Economia política da Organização Mundial do Comércio; Regionalismo. Fundamentos teóricos (macroeconomia de uma economia aberta); Economia Política das Relações Monetárias e Financeiras; Mobilidade internacional de capital e políticas econômicas domésticas; Acordos monetários internacionais: poder do Estado, arranjos regionais e instituições multilaterais; Crises financeiras.
UFU ME (Optativa)	A presente disciplina está voltada para o estudo do “desenvolvimento” na América Latina, a partir de uma análise sócio-histórica do tema no contexto das Relações Interamericanas. O curso abordará fenômenos associados aos processos de diferenciação, de transformações e, também, de oposição às diferentes maneiras pelas quais se deu o estabelecimento do capitalismo dependente e periférico latino-americano. O programa será realizado por meio de estudos teóricos e de caso, envolvendo interfaces com os temas mais relevantes do cenário contemporâneo: subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico; pobreza/exclusão social; especificidades do capitalismo e das classes sociais no contexto latino-americano; gênero; características e alternativas dos processos de desenvolvimento firmados na América Latina. 1) Independência e [de]Formação dos Estados Nacionais na América Latina A problemática das classes sociais no contexto latino-americano 2) O debate sobre o Indigenismo A reinvenção da indianidade: por novos paradigmas 3) Bolívia: desafios e potencialidades na construção de um Estado Plurinacional

	4) Características, realizações e limites do nacional-desenvolvimentismo. O Populismo e a política no nacional-desenvolvimentismo latino-americano. 5) Teoria Marxista da Dependência e a economia política latino-americana. Os processos de ingerência estadunidenses na América Latina 6) A experiência nicaraguense: Augusto Cesar Sandino e a FSLN Economia, política e identidade cultural na Jamaica 7) Um olhar sobre a Revolução Cubana 8) Regimes Militares e Redemocratização na América do Sul. A onda neoliberal dos anos 1990 9) A emergência política da “nova esquerda” e o caso da Venezuela chavista. O Neodesenvolvimentismo brasileiro. 10) Potências regionais: entre a Semiperiferia, e o Subimperialismo 11) O zapatismo enquanto experiência anti-capitalista no Sul do México
UFSC ME (Obrigatória)	Epistemologia e ontologia da Economia Política Internacional. Conceitos estruturantes da EPI. A Economia Política Internacional do Desenvolvimento. Dinâmicas contemporâneas do sistema econômico mundial.
PUC-MG ME/DO (Optativa)	Secretaria não enviou ementa.

Ies	Conteúdo das ementas da Disciplina de Política Internacional
UERJ ME (Obrigatória) DO (Optativa)	Formação e desenvolvimento do sistema internacional. Soberania. Instituições e Organizações Internacionais. Sociedade Internacional. Normas internacionais. Processos de integração regional. Multilateralismo. Equilíbrio de poder. Ordem e estabilidade. Hegemonia e contra-hegemonia. Meio ambiente e desenvolvimento. Guerras e outras formas de conflitos armados. 1. Os móveis dos grandes conflitos internacionais do século XIX: a. Sistema Europeu b. Os fatores de mudanças: as novas ideologias (nacionalismo e democracia) 2. O Equilíbrio de Poder e Primeira Guerra Mundial a. O equilíbrio de poder b. As causas da Primeira Guerra Mundial 3. Insucesso da Segurança Coletiva e a Segunda Guerra Mundial a. Instabilidade Internacional 1919-1939 b. O debate sobre as causas da segunda guerra mundial 4. Guerra Fria a. O Sistema bipolar do pós-guerra (os debates sobre a origem e o fim) b. O fim do mundo colonial e a emergência do chamado “Terceiro Mundo”
UFU ME (Obrigatória)	A disciplina abordará temas, questões de pesquisa e métodos de análise da política internacional na perspectiva da política externa e das instituições internacionais, da segurança internacional e da economia política internacional. 1. O campo das Relações Internacionais 2. Instituições, Regimes e Organizações Internacionais 3. Instituições, Regimes e Organizações Internacionais 4. Normas Internacionais e Difusão de políticas 5. Instituições Internacionais e Democracia 6. Instituições e Regionalismo comparado 7. Instituições e Regionalismo comparado 8. Regionalismo comparado: sobreposição de regionalismos 9. Política externa e Análise de Política Externa 10. Segurança Internacional 11. Segurança Internacional - América do Sul
UFSC ME (Obrigatória)	Na primeira parte do curso será considerada a formação do sistema internacional e suas diferentes configurações, desde a Paz de Vestfália até a atualidade. A segunda parte estará dedicada a tópicos atuais da política internacional. Objetivo: Debater questões da dinâmica política internacional da formação dos Estados-Nação aos dias contemporâneos.
PUC-MG DO (Obrigatória)	Secretaria não enviou ementa.

STD ME/DO (Optativa)	Ementa: Analisar os principais fundamentos teóricos dos debates contemporâneos em Relações Internacionais, localizando o contexto histórico e mostrando onde e como estas teorias contribuem para uma melhor explicação/compreensão da política internacional, identificando suas debilidades e alcances. Conteúdo Programático: - Introdução - Teoria das Relações Internacionais - Realismo / Neorrealismo - Liberalismo / Interdependência / Institucionalismo - Neorrealismo / Economia Política Internacional - Escola Inglesa - Marxismo / Neomarxismo - Teoria Crítica - Racionalismo x Construtivismo - Construtivismo - Teorias: Cooperação e Integração Regional - Teorias: Análise de Política Externa - Pós-estruturalismo/ Pós-colonialismo
-------------------------------------	---